

DIÁLOGO GLOBAL

16.1

3 edições por ano em vários idiomas

Falando de
sociologia com Abdie
Kazemipur

Nazanin Shahrokni

Nazanin Shahrokni
Reyhaneh Javadi
Esmail Khalili
Zohreh Bayatrizi
Aghil Daghighaleh
Shiva Alinaqian
Nafiseh Azad
Maral Latifi

Repensando a sociologia
no Irã

Mahbubeh Moqadam
Fateme Moghadasi
Ladan Rahbari
Reza Sohrabi

A economia política
e social da migração
laboral

Karen Shire
Heidi Gottfried
Rina Agarwala
Ashwin Kumar
María Camila Vega-Salazar
Carolina Moreno
Suelen Castiblanco-Moreno
Javier A. Pineda D.
Lynn Yu Ling Ng
Yunhui Ye
Anju Mary Paul
Mustafa Yavas
Sejin Park
Feng Xu
Tsz Chung Lai
Kaxton Siu

Seção aberta

> Gaza: a guerra como acumulação entrelaçada

REVISTA



International
Sociological
Association
isa

VOLUME 16 / EDIÇÃO 1 / ABRIL 2026
<https://globaldialogue.isa-sociology.org/>

GD



> Editorial

Esta primeira edição do Volume 16 da *Diálogo Global* inaugura um novo momento marcado simultaneamente pela continuidade e pela renovação. Após três anos de trabalho intenso e dedicado, Carolina Vestena e Vitória Rodriguez concluem sua atuação como assistentes editoriais da *Diálogo Global*. Sua dedicação, cuidado editorial e visão crítica foram fundamentais para a manutenção e o fortalecimento da revista em um período particularmente desafiador para a sociologia global. Em nome da equipe editorial, expresso minha mais profunda gratidão a ambas. Ao mesmo tempo, é com grande satisfação que damos as boas-vindas à Marcia Rangel Candido, pesquisadora do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, que passa a assumir essa função a partir de agora. Com ampla experiência editorial, forte compromisso com a sociologia pública e uma perspectiva comparativa e global, Marcia certamente trará contribuições importantes para esta nova etapa da trajetória da revista.

Após o número anterior, que foi um tributo coletivo ao legado intelectual, político e humano de Michael Burawoy, editor fundador da *Diálogo Global*, esta nova edição retoma sua estrutura regular. Ela o faz em diálogo direto com duas preocupações urgentes que moldam o nosso momento histórico: a situação no Irã e as transformações globais associadas à migração laboral.

A seção “Falando de sociologia” abre esta edição com uma entrevista conduzida por Nazanin Shahrokni com Abdolmohammad (Abdie) Kazemipur, na qual se refletem os debates em torno das sociologias nacionais, das transformações sociais, das desafiadoras fronteiras entre o sagrado e o secular e das questões em evolução que hoje moldam a sociologia iraniana.

Esta conversa é seguida por um rico conjunto de contribuições reunidas na seção “Repensando a sociologia no Irã”, cuidadosamente editada por Nazanin Shahrokni e Reyhaneh Javadi, que coloca em evidência as tensões e os paradoxos de se fazer sociologia em contextos marcados pela repressão política, pela vigilância epistêmica e por profundas disputas culturais. Da relevância pública da sociologia e da (não) institucionalização do campo, passando pela privatização do ensino, pela questão étnica, pelas disputas em torno dos estudos de gênero e pelas restrições à pesquisa crítica, esta seção oferece uma análise multifacetada dos desafios enfrentados atualmente pela sociologia iraniana. A seção inclui ainda uma mesa-redonda dinâmica que reúne pesquisadoras e pesquisadores situados em múltiplas geografias, contribuindo para um retrato situado e coletivo da produção de conhecimento sobre e a partir do Irã.

Em um momento em que o Irã volta a ocupar as manchetes em todo o mundo — frequentemente retratado por meio de narrativas seletivas, simplificações geopolíticas ou perspectivas restritas de segurança — torna-se ainda mais crucial mobilizar perspectivas sociológicas ancoradas, públicas e globais. Para além das imagens que circulam na grande mídia, a sociedade iraniana é marcada por formas complexas de disputa política, tradições intelectuais vibrantes, lutas cotidianas por dignidade e configurações em transformação do poder estatal e da mobilização social. Compreender essas dinâmicas exige ouvir pesquisadoras e pesquisadores que trabalham no, sobre e com o Irã, e que são capazes de situar os acontecimentos atuais em histórias mais amplas de repressão, resistência, produção de conhecimento e transformação social. Embora esta seção não seja dedicada à análise dos acontecimentos mais recentes, ela contribui de maneira significativa para oferecer uma compreensão mais ampla e historicamente fundamentada da situação.

A segunda grande seção, “A economia política e social da migração laboral”, editada por Karen A. Shire, Heidi Gottfried e Rina Agarwala, examina uma das questões definidoras do nosso tempo: a centralidade da migração laboral na reorganização do capitalismo global. A partir de programas de mobilidade “segura e ordenada” na Índia, passando pelas cadeias globais de cuidado que conectam Venezuela e Colômbia, até sistemas de trabalho migrante na China, em Singapura, em Dubai e no Camboja, as contribuições mostram como desigualdade, gênero, etnicidade, fronteiras e poder estatal se articulam na produção de novas formas de precariedade — e de novas possibilidades de agência e resistência.

Na seção “Seção aberta”, a edição se encerra com uma análise contundente de Guilherme Leite Gonçalves sobre a guerra em Gaza, interpretada como uma forma de acumulação entrelaçada, enraizada em dinâmicas políticas, econômicas e coloniais que se estendem muito além do campo de batalha.

Com esta edição, a *Diálogo Global* renova seu compromisso com uma sociologia pública e global capaz de analisar os processos contemporâneos por meio de perspectivas situadas, plurais e dialógicas. Esperamos que as reflexões, debates e pesquisas aqui reunidos contribuam para ampliar as conversas, fortalecer redes e abrir novas questões em um mundo marcado por desigualdades, violência e deslocamentos — mas também por resistência, imaginação crítica e esforços coletivos em direção a futuros mais justos. ■

Breno Bringel, editor da *Diálogo Global*

> *Diálogo Global* pode ser encontrada em vários idiomas em seu [site](#).

> As submissões devem ser enviadas para: globaldialogue@isa-sociology.org.

ISA International
Sociological
Association

**DIÁLOGO
GLOBAL**

> Equipe editorial

Editor: Breno Bringel.

Editores assistentes: Marcia Rangel Candido.

Editor associado: Christopher Evans.

Editores executivos: Lola Busuttil, August Bagã.

Consultores: Brigitte Aulenbacher, Klaus Dörre.

Editores regionais

Mundo árabe: (*Líbano*) Sari Hanafi, (*Tunísia*) Fatima Radhouani, Safouane Trabelsi, Siwar Harrabi, Ahmed Jemaa.

Argentina: Magdalena Lemus, Juan Parcio, Dante Marchissio.

Bangladesh: Habibur Haque Khondker, Khairul Chowdhury, Bijoy Krishna Banik, Shaikh Mohammad Kais, Mohammed Jahirul Islam, Helal Uddin, Masudur Rahman, Rasel Hussain, Yasmin Sultana, Md. Shahidul Islam, Farheen Akter Bhuian, Ruma Parvin, Arifur Rahaman, Md. Nasim Uddin, Alamgir Kabir, Taslima Nasrin, Suraiya Akter, Nusanta Audri, Ekramul Kabir Rana, S. Md. Shahin.

Brasil: Fabrício Maciel, Andreza Galli, José Guirado Neto, Jéssica Mazzini Mendes, Carine Passos.

França/Espanha: Lola Busuttil.

Índia: Rashmi Jain, Manish Yadav.

Indonésia: Reyhaneh Javadi, Niayesh Dolati, Elham Shushtarizade, Ali Ragheb.

Polónia: Aleksandra Biernacka, Joanna Bednarek, Sebastian Sosnowski.

Rússia: Elena Zdravomyslova, Daria Kholodova.

Taiwan: WanJu Lee, Yun-Hsuan Chou, Zhi Hao Kerk, Yi-Shuo Huang, Yun-Jou Lin, Tao-Yung Lu, Chien-Ying Chien, Yu-wen Liao, Ni Lee.

Turquia: Gül Çorbacioğlu.



Em “Falando de sociologia”, Nazanin Shahrokni conversa com **Abdie Kazemipur** sobre as questões em constante evolução que moldam a sociologia iraniana.



A seção temática “**Repensando a sociologia no Irã**” explora as tensões de se fazer sociologia em meio à repressão, à vigilância epistêmica e à contestação cultural.



A seção temática “**Economia política e social da migração laboral**” examina o papel central da migração laboral na reorganização do capitalismo global.

Imagem da capa: Hans-Peter Gauster, via Unsplash.



Diálogo Global é possível graças a um generoso subsídio da **SAGE Publications**.

> Nesta edição

Editorial 2

> FALANDO DE SOCIOLOGIA

O fetiche do particular e o sagrado como secular:
uma entrevista com Abdie Kazemipur

por **Nazanin Shahrokni, Canadá** 5

> REPENSANDO A SOCIOLOGIA NO IRÃ

Entre repressão e relevância:
repensando a sociologia a partir da perspectiva do Irã

por **Nazanin Shahrokni e Reyhaneh Javadi, Canadá** 8

A Associação Iraniana de Sociologia
e a institucionalização da não institucionalização

por **Esmail Khalili, Irã** 11

Entre política e lucros: aulas privadas de sociologia
no Irã

por **Reyhaneh Javadi e Zohreh Bayatrizi, Irã** 14

Etnicidade no Irã: a questão que a sociologia iraniana evita

por **Aghil Daghagheleh, EUA** 17

Vidas situadas, saberes contestados:
Reivindicando os estudos de gênero no Irã

por **Shiva Alinaqian, Irã** 20

Sob restrições : pesquisa sociológica sobre o Irã.
Uma mesa-redonda

com **Nafiseh Azad, Maral Latifi, e Fatemeh Moghadasi, Iran; Mahbubeh Moqadam, EUA; Ladan Rahbari, Países Baixos; e Reza Sohrabi, Nazanin Shahrokni, e Reyhaneh Javadi, Canadá** 22

> A ECONOMIA POLÍTICA E SOCIAL DA MIGRAÇÃO LABORAL

A economia política e social da migração laboral:
uma introdução

por **Karen Shire, Alemanha; e Heidi Gottfried e Rina Agarwala, EUA** 30

Contribuições sociológicas para o desafio da migração

por **Rina Agarwala, EUA** 33

A prática do Estado indiano de uma migração
segura e ordenada

por **Ashwin Kumar, EUA** 35

Cuidando além das fronteiras: mulheres migrantes
venezuelanas na Colômbia

por **María Camila Vega-Salazar, Carolina Moreno, Suelen Castiblanco-Moreno, e Javier A. Pineda D., Colômbia** 37

“Desenvolvimentismo móvel” da migração do trabalho
de cuidado na China e em Singapura

por **Lynn Yu Ling Ng e Yunhui Ye, Canadá** 39

A atração singular de Dubai para expatriados não-ocidentais

por **Anju Mary Paul, Mustafa Yavaş, e Sejin Park, EUA** 41

Migrantes educacionais chineses:
no país, no exterior e após o retorno

por **Feng Xu, Canadá** 43

Trabalhadores migrantes do setor de vestuário
no Camboja: precariedade e protesto

por **Tsz Chung Lai e Kaxton Si, Hong Kong** 46

> SEÇÃO ABERTA

Guerra como acumulação entrelaçada: o caso de Gaza

por **Guilherme Leite Gonçalves, Brasil** 48

“Embora sociologias nacionais ou regionais desafiem, com razão, paradigmas dominantes, elas também podem reproduzir as exclusões que procuram contestar — essencializando contextos ou substituindo uma universalidade por outra.”

Abdie Kazemipur

> O fetiche do particular e o sagrado como secular

Uma entrevista com Abdie Kazemipur



Retrato de Abdie Kazemipur. Crédito: Abdie Kazemipur.

Os debates sobre as dinâmicas globais da produção de conhecimento sociológico têm se intensificado nos últimos anos, acompanhados por um interesse crescente em “sociologias nacionais”, “teoria do Sul” e “tradições regionais”. O Irã oferece um terreno fértil para essas discussões, como se observa em uma entrevista com o **Dr. Abdolmohammad (Abdie) Kazemipur**, professor de Sociologia e diretor do Departamento de Estudos Étnicos na Universidade de Calgary, além de ex-presidente da Associação Canadense de Sociologia. Seu trabalho recente examina como o sagrado e o secular se entrecruzam no Irã contemporâneo e como a migração está remodelando seu panorama social. Nesta conversa abrangente, o Dr. Kazemipur reflete sobre o estado da sociologia iraniana — seus desafios, suas contribuições e a busca por uma disciplina enraizada localmente, mas ao mesmo tempo engajada globalmente. Ele é entrevistado aqui pela **Dra. Nazanin Shahrokni**, professora associada de Estudos Internacionais na Universidade de Simon Fraser, no Canadá.

Nazanin Shahrokni (NS): Muitos sociólogos têm questionado a ideia de uma sociologia “universal”, apontando que aquilo que por muito tempo foi apresentado como universal é, na verdade, uma tradição particular enraizada nas experiências europeias e norte-americanas. Em resposta, o movimento em direção ao particular, por meio de sociologias nacionais, abordagens regionais e da teoria do Sul, busca colocar em primeiro plano epistemologias alternativas. Como você vê esse movimento e o que significa falar em uma “sociologia nacional” no contexto iraniano?

Abdie Kazemipur (AK): Considero essa distinção problemática, tanto do ponto de vista descritivo quanto normativo. Embora sociologias nacionais ou regionais desa-

fiem, com razão, paradigmas dominantes, elas também podem reproduzir as exclusões que procuram contestar, essencializando contextos ou substituindo uma universalidade por outra. Argumentar contra o universalismo já não é controverso, mas corremos o risco de um novo “fetichismo do particular”.

Primeiro, cada “particular” contém uma diversidade interna. Pretender falar por todas as suas subcategorias repete o mesmo erro do universalismo. Irã e Turquia, que não foram diretamente colonizados, não podem ser facilmente agrupados com países anteriormente colonizados, como Argélia, Índia ou Egito. E mesmo dentro do Oriente Médio árabe, como observa Sari Hanafi, as partes oriental e ocidental da região apresentam diferenças marcantes.

>>

Em segundo lugar, enquadrar a “sociologia nacional” ou a teoria do Sul principalmente como oposição aos paradigmas do Norte muitas vezes serve mais a objetivos políticos centrados na identidade do que a propósitos epistemológicos. Isso pode levar à elevação de figuras simbólicas cujo apelo revolucionário se dissipa com o tempo. Por exemplo, Raewyn Connell cita Ali Shari’ati como uma voz central contra o imperialismo cultural ocidental antes da Revolução Iraniana de 1979. No entanto, sua influência intelectual diminuiu pouco tempo depois, mostrando como reivindicações identitárias podem mobilizar politicamente, mas contribuir pouco para o crescimento sustentado do conhecimento sociológico.

NS: Diante de suas preocupações com o fetichismo do particular, você acredita que deveríamos abandonar completamente a ideia de sociologias nacionais? O conceito de algo como uma “sociologia iraniana” é analiticamente útil ou corre o risco de reforçar as mesmas divisões epistemológicas que procura superar?

AK: Sociologias nacionais existem e devem existir, mas não como enclaves teóricos. Seu valor não está em reivindicar teorias ou métodos próprios, mas em formular perguntas distintas, enraizadas nas condições específicas de suas sociedades. Uma “boa” sociologia começa com questões claramente definidas e ancoradas no contexto local; e respondê-las exige recorrer a todos os recursos intelectuais disponíveis — do Norte ou do Sul, do Leste ou do Oeste — sem desqualificar nenhum *a priori*. Tais respostas emergem de longos processos de negociação entre ideias e realidades, bem como de intercâmbios entre diferentes tradições intelectuais. Devemos, portanto, praticar um agnosticismo teórico e um ecletismo intelectual acolhendo conceitos provenientes de múltiplas tradições, em vez de sacralizar ou descartar teorias específicas.

NS: Permita-me fazer duas perguntas adicionais. Você sugere que o valor das sociologias nacionais reside nas perguntas que formulam, e não no desenvolvimento de teorias próprias. No entanto, como as sociólogas feministas vêm argumentando há muito tempo, não existe um ponto de vista neutro: as perguntas que fazemos são condicionadas pelas ferramentas conceituais e pelas lentes analíticas de que dispomos. Paradigmas dominantes podem impedir que certas perguntas sequer sejam formuladas. Nessa perspectiva, sociologias nacionais ou regionais não dizem respeito apenas à formulação de perguntas locais, mas também ao desenvolvimento de quadros analíticos alternativos que tornem possíveis novos tipos de investigação. Como você responde a isso?

AK: Concordo, mas penso que isso funciona nos dois sentidos. Assim como as perspectivas chamadas “universalistas” podem limitar as perguntas que somos capazes de fazer, também as perspectivas “nacionais” podem fechar outras linhas de investigação. Essa tensão tem sido especialmente evidente na produção acadêmi-

ca feminista. Embora a postura universalista de certas vertentes do feminismo no Norte Global frequentemente as tenha cegado para problemas alternativos e possibilidades teóricas que emergem do Sul, grande parte da consciência feminista no Sul foi, de fato, moldada pelo engajamento com agendas feministas enraizadas no Norte. É precisamente por isso que um diálogo sustentado e ativo entre diferentes perspectivas é essencial.

NS: Partindo disso, já que você enfatiza que as sociologias nacionais emergem das perguntas que formulam, poderia comentar quais tipos de questões e temas têm definido a sociologia iraniana nas últimas décadas?

AK: A sociedade iraniana passou por transformações extraordinárias nos últimos 50–60 anos, o que moldou as questões investigadas pelos sociólogos. Entre elas estão a rápida modernização conduzida pelo Estado e a secularização no período pré-revolucionário; a inesperada ascensão da religião como uma poderosa força política e pessoal durante a Revolução Islâmica de 1979, que mobilizou cerca de 10% da população; e a Guerra Irã-Iraque, a mais longa do século XX.

Nas últimas décadas, observaram-se tanto processos de secularização — seja pelo abandono completo da religião, seja pela adoção de uma espiritualidade personalizada, desvinculada de instituições, rituais, hierarquias clericais e teologia — quanto uma forma de secularismo na qual a religião se torna subordinada ao Estado; um resultado não intencional de sua fusão sob um processo agressivo de islamização.

O Irã também possui um perfil migratório singular: é simultaneamente um grande país de emigração e de recepção de migrantes. O país abriga cerca de 4,5 milhões de refugiados (aproximadamente 5% da população), enquanto cerca de 8 milhões de iranianos vivem no exterior (em torno de 9%). Pesquisas sugerem que mais da metade da população emigraria se tivesse a possibilidade, o que faz do Irã um caso raro para o estudo simultâneo da imigração e da emigração.

Por fim, um movimento de mulheres poderoso e autêntico emergiu em resposta às desigualdades de gênero sistêmicas e ao patriarcado cultural, transformando a natureza, o alcance e as reivindicações dos movimentos sociais no país. Essas dinâmicas interessantes e interligadas — mudanças ideológicas, transformações religiosas, guerra, migração e gênero — têm impulsionado uma vibrante produção sociológica no Irã e entre a diáspora iraniana, especialmente nos campos da sociologia da migração, da identidade, do gênero e do capital social.

NS: Diante dessa história dinâmica, quais você considera os obstáculos mais significativos para o crescimento da sociologia no Irã hoje, e de que maneira esses desafios moldam os tipos de perguntas que podem ou não ser feitas?



AK: O maior desafio é a restrição imposta pelo Estado à livre investigação. O Dr. Saeed Madani, um dos principais sociólogos dos problemas sociais, encontra-se atualmente preso; a Dra. Fariba Adelkhah, antropóloga radicada na França, passou vários anos na prisão antes de ser libertada. Muitos outros foram expulsos das universidades, mas continuam a produzir trabalhos excepcionais.

Intimamente ligado a isso está o contínuo predomínio do Estado e do “político” no imaginário intelectual dos iranianos, incluindo muitos cientistas sociais. Essa preocupação tende a obscurecer o próprio “social”, limitando os tipos de perguntas que são formuladas e as direções analíticas que são seguidas. Em particular, há uma escassez de pesquisas sobre o fortalecimento das comunidades ou sobre iniciativas de base local em uma situação na qual o Estado não está disposto ou não é capaz de atuar como se espera.

Outro obstáculo é uma patologia dupla: uma fascinação excessiva pela teoria, quase um fetichismo, combinada com um trabalho empírico ateuórico, aquilo que C. Wright Mills chamou de “empirismo abstrato”. A sociologia iraniana precisa de mais pesquisas empíricas orientadas pela teoria, que sejam ao mesmo tempo ancoradas na realidade e conceitualmente robustas.

Por fim, a sociologia iraniana permanece em grande medida desconectada da sociologia global e da pesquisa comparativa, inclusive em relação a contextos regional e/ou historicamente comparáveis, como Turquia, Egito e Arábia Saudita.

Dito isso, mecanismos emergentes vêm conectando a sociologia iraniana a conversas acadêmicas mais amplas. Um número crescente de sociólogos mais jovens, frequentemente imigrantes de segunda geração e radicados fora do Irã, traz nova energia e curiosidade para o estudo da sociedade iraniana. Embora às vezes romantizado, o trabalho desse grupo tem sido fundamental para traduzir as realidades sociais do Irã para públicos globais e para ampliar a visibilidade internacional do campo. Outro mecanismo é o vibrante movimento de tradução dentro do Irã, que tem tornado disponíveis em persa, com notável rapidez, tanto obras clássicas quanto contemporâneas da sociologia. Isso tem moldado significativamente o debate acadêmico local e exposto os estudiosos iranianos a debates globais, embora ainda sobretudo no nível da recepção, e não da contribuição.

NS: *Esse movimento de tradução é, sem dúvida, impressionante, mas também evidencia uma assimetria mais profunda: o fluxo de traduções permanece amplamente unidirecional. Obras produzidas fora do Irã — especialmente em inglês — são traduzidas para o persa, enquanto muito pouco do trabalho sociológico produzido em persa é traduzido para outros idiomas, e tampouco há grande incorporação de sociologias árabes, turcas, curdas ou de outras tradições regionais dentro do Irã. Esse desequilíbrio linguístico e epistêmico levanta questões mais amplas. Diante disso, como você vê o lugar do Irã no projeto mais amplo de uma sociologia do Sul Global, e particularmente em relação à sociologia do Oriente Médio?*

AK: Você tem razão: esse fluxo unidirecional é prejudicial para a sociologia iraniana. As associações iranianas de sociologia poderiam contribuir para mudar esse quadro ao estabelecer vínculos mais sistemáticos e regulares com instituições congêneres na região e em outras partes do mundo, beneficiando ambos os lados.

Como argumenta Michael Burawoy, as sociologias nacionais, assim como as identidades pessoais, formam-se relacionalmente e passam a compreender a si mesmas por meio do engajamento com os outros. Em suas palavras: “Já não podemos projetar o particular — seja os Estados Unidos ou a França, os homens ou os colonizadores — como universal. Mas tampouco podemos recuar para um pântano de particularismos desconectados. A sociologia global precisa ser construída a partir de um diálogo entre particularismos.”

Parafraseando uma observação de Michel Foucault, o futuro da sociologia reside em espaços de encontro — onde Europa e não Europa, Ocidente e Oriente, Norte e Sul, e as diversas partes existentes no interior de cada um desses pólos se encontram e se desestabilizam mutuamente. A contribuição da sociologia iraniana para esse futuro depende de cultivar uma disciplina ancorada em questões reais e específicas de seu contexto: nem aprisionada em modelos teóricos importados, nem reduzida a um excepcionalismo nacional. ■

Contato com:
Nazanin Shahrokni <nazanin_shahrokni@sfu.ca>

> Entre a repressão e a relevância: repensando a sociologia a partir da perspectiva do Irã

por **Nazanin Shahroki**, Universidade Simon Fraser, Canadá e **Reyhaneh Javadi**, Universidade de Alberta, Canadá.



Este simpósio sobre a sociologia do Irã surge num momento em que a produção de conhecimento no país enfrenta uma pressão extraordinária. A sociologia iraniana tem sido há muito tempo marcada por debates sobre seu papel público – se deve servir como uma voz crítica, uma ferramenta de diagnóstico para crises sociais ou uma mediadora entre Estado e sociedade. Hoje, porém, o terreno em que esses debates se desenrolam se estreitou drasticamente. A repressão política, o silenciamento de vozes acadêmicas dissidentes em uma esfera pública fragmentada, a precariedade econômica, as sanções globais e os regimes restritivos de mobilidade e vistos enfraqueceram coletivamente as infraestruturas institucionais e intelectuais que sustentam a vida acadêmica. As universidades operam sob restrições políticas cada vez mais rígidas, o financiamento para pesquisa é escasso e a colaboração internacional se torna cada vez mais difícil. Mesmo assim, a sociologia iraniana persiste, sustentada por pesquisadores que continuam a analisar, documentar e a se engajar nas profundas transformações que moldam sua sociedade.

Ao prepararmos este simpósio, a volatilidade deste cenário tornou-se impossível de ignorar. O Irã atravessou uma sequência de crises que ilustram a precariedade da vida acadêmica e da produção de conhecimento. Em junho

de 2025, Israel lançou uma guerra de doze dias contra o Irã, atacando infraestruturas militares e civis em todo o país. Meses depois, eclodiram os levantes de janeiro de 2026, que foram recebidos com uma brutal repressão estatal que deixou milhares de civis mortos. Os protestos e a violenta resposta do Estado foram [descritos pela Associação Iraniana de Sociologia](#) como não sendo nem inéditos nem imprevisíveis. A Associação alertou que a normalização da violência ameaça a solidariedade social e a dignidade humana. Neste contexto, a sociologia torna-se ainda mais necessária: um meio de documentar crises, interpretar suas raízes estruturais e sustentar o debate público sobre possíveis futuros.

Contudo, mesmo essas circunstâncias restritivas foram ainda mais prejudicadas. No momento em que este simpósio é publicado, uma nova rodada de ataques militares coordenados entre os EUA e Israel matou civis indiscriminadamente em todo o país. Entre as vítimas estão mais de 100 meninas menores de 12 anos mortas em um ataque devastador a uma escola primária na pequena cidade de Minab, no sul do país. Os bombardeios devastaram ainda mais a infraestrutura, agravando um cenário institucional já frágil e colocando em risco os fundamentos intelectuais cuidadosamente construídos e sustentados por gerações de cientistas sociais iranianos.

Em conjunto, esses desenvolvimentos capturam o terreno em que a sociologia no Irã deve operar. Os acadêmicos enfrentam pressões de múltiplas direções simultaneamente: a repressão interna que restringe a autonomia intelectual e o debate público, e a coerção militar e econômica externa que desestabiliza ainda mais as instituições das quais depende a vida acadêmica. Este simpósio, portanto, reflete não apenas sobre a sociedade iraniana, mas também sobre as condições sob as quais a própria sociologia deve persistir e se manifestar.

> **Trabalhadores e infraestruturas sob ataques reiterados dentro e fora do Irã**

A fragilidade dessas condições talvez se torne mais viável na própria existência física precária da Associação Iraniana de Sociologia. Seu escritório oficial na Universidade de Teerã permanece vulnerável à vigilância regulada pelo Estado, o que expõe a Associação a pressões recorrentes sobre sua autonomia. As tentativas frustradas de garantir uma sede independente e permanente ilustram ainda um processo mais amplo de retração da vida sociológica e pública. Essas incertezas institucionais ocorrem paralelamente a sucessivas ondas de prisões que têm como alvo acadêmicos, tradutores e pesquisadores, minando não apenas indivíduos, mas também as infraestruturas que sustentam o pensamento crítico. Nessas condições, o trabalho sociológico frequentemente implica riscos pessoais consideráveis. Tais pressões possuem raízes históricas profundas: a sociologia tem sido há muito tempo tratada como ideologicamente suspeita, sendo repetidamente submetida a processos de islamização, a “depuração” disciplinares e a uma securitização persistente.

Essas contradições vão além das fronteiras do Irã. Acadêmicos iraniano-americanos e de outras diásporas enfrentam um aumento da vigilância e restrições à mobilidade tanto no Irã quanto em instituições acadêmicas ocidentais, navegando por lógicas de segurança sobrepostas que limitam viagens e trabalhos colaborativos. A suspeita que marca a sociologia dentro do Irã passa, cada vez mais, a acompanhá-la também fora dele.

> **Formas inesperadas de resiliência**

Ainda assim, essas pressões coexistem com mudanças significativas. A eleição, em 2025, da Dra. Shirin Ahmadnia como a primeira mulher presidente da Associação Iraniana de Sociologia provocou numerosas reações, sinalizando tanto o reconhecimento tardio do trabalho sociológico das mulheres quanto a possibilidade de reconfigurar um espaço institucional historicamente masculino em uma disciplina que hoje é amplamente sustentada por estudantes mulheres. O fato de tal eleição ter ocorrido em meio a um cenário de precariedade institucional é, por si só, revelador: mesmo quando as estruturas se enfraquecem, novas reivindicações de visibilidade e autoridade emergem. Nesse contexto de tensão, a sociologia iraniana tem cultivado formas inesperadas de resiliência, à medida que pesquisadores e estudantes abrem espaços para o pensamento e o debate em universidades, institutos privados, grupos de leitura e redes da diáspora.

> **Objetivos desta coleção e um auxílio heurístico**

Esta coletânea persegue dois objetivos. Por um lado, busca evidenciar tanto a vitalidade intelectual da sociologia iraniana quanto os obstáculos que moldam sua prática; por outro, situar esses debates no interior de esforços mais amplos da disciplina para repensar a sociologia a partir de uma perspectiva global atenta às geometrias desiguais de poder. Como guia heurístico, introduzimos a distinção entre *sociologia no Irã* e *sociologia do Irã* — não como um binarismo geográfico, mas como uma forma de marcar as fissuras epistemológicas, metodológicas e políticas que estruturam o campo.

> **Sociologia no e sociologia do: circulações entre contextos**

Por *sociologia no Irã*, referimo-nos ao conjunto diverso de práticas profissionais, pedagógicas e de pesquisa que se configuram no interior das universidades, associações, institutos privados e redes intelectuais informais do país. Isso inclui não apenas a produção de conhecimento sociológico, mas também sua circulação por meio de uma dinâmica indústria de traduções, de palestras públicas, oficinas e espaços de ensino semi-independentes que sustentam o engajamento sociológico para além das instituições formais. Essas práticas se desenvolvem sob condições de censura, vigilância, controle ideológico, austeridade econômica e mecanismos institucionais internacionais de controle de acesso — incluindo barreiras linguísticas, reputacionais e geopolíticas: restrições que tornam a investigação crítica arriscada e desigual, mas que também geram estratégias inventivas de colaboração, pedagogia e debate público.

Por *sociologia do Irã*, referimo-nos ao conjunto de pesquisas que buscam compreender o Irã — suas formações sociais, suas histórias e suas economias políticas — sejam elas produzidas dentro ou fora do país. Grande parte desse trabalho circula em marcos acadêmicos globais e é moldada por expectativas de “legibilidade” perante públicos disciplinares dominantes. Essas pressões podem marginalizar conceitos, prioridades e vocabulários epistemológicos que emergem de dentro do Irã, mesmo quando contribuem para ampliar a visibilidade internacional e o debate acadêmico.

É crucial observar que essas orientações não constituem domínios fixos nem categorias opostas. Ideias, arquivos e sensibilidades metodológicas circulam através das fronteiras, apesar das barreiras políticas e institucionais. Ao longo de suas trajetórias, pesquisadores transitam entre essas posições, e seus trabalhos são moldados por combinações mutáveis de acesso, restrição e público.

> **Sob suspeita em todo o mundo e limitado por sanções.**

Ainda assim, as assimetrias de visibilidade, recursos e reconhecimento institucional permanecem significativas. Pesquisadores que estão no Irã enfrentam censura, vigilância e precariedade material; aqueles que estão fora do país lidam com regimes de sanções, restrições de visto e com o olhar disciplinador de instituições ocidentais. Para muitos pesquisadores da diáspora, isso significa serem vistos como suspeitos em ambos os contextos — monitorados no Irã e escrutinados na América do Norte ou na Europa — de maneiras que afetam materialmente aquilo que pode ser estudado, escrito e compartilhado.

Essas fraturas são ainda mais intensificadas pela geopolítica. As sanções dos Estados Unidos têm tornado difícil, e por vezes impossível, que pesquisadores sediados no Irã participem de redes acadêmicas globais, paguem anuidades a associações profissionais ou participem de conferências. Antes um polo mais robusto de debate público, a Associação Iraniana de Sociologia hoje enfrenta dificuldades até mesmo para sustentar atividades básicas sob pressão econômica e institucional. Essas exclusões

>>

não apenas restringem a sociologia iraniana; elas também empobrecem a sociologia global, ao normalizar a ausência de vozes provenientes de contextos sancionados, vigiados e estruturalmente marginalizados.

> Tensões epistemológicas, metodológicas e institucionais

As contribuições reunidas neste simpósio abordam esses dilemas a partir de múltiplos ângulos. Algumas examinam as condições institucionais nas quais a sociologia é praticada; outras investigam questões epistemológicas fundamentais; e uma entrevista com Abdolmohammad Kazempur situa os debates iranianos no interior de reflexões teóricas mais amplas sobre particularismo e universalidade.

Os ensaios de Aghil Daghagheleh e Shiva Alinaqian mapeam os silêncios epistemológicos em torno da etnicidade e do gênero, revelando como um centro normativo dominante — moldado por hierarquias interseccionais de gênero, etnia e classe — há muito estrutura a sociologia iraniana, posicionando perspectivas periféricas e feministas como marginais ou suspeitas. Essas exclusões não são apenas intelectuais, mas também institucionais. Como mostra Esmail Khalili, a Associação Iraniana de Sociologia incorpora uma “institucionalização da não institucionalização”: uma forma de vida organizacional na qual a aspiração de institucionalizar a sociologia persiste, mesmo quando as estruturas destinadas a sustentá-la são continuamente minadas. Sua análise destaca o paradoxo de que, embora grande parte da energia do campo seja direcionada à construção de formas institucionais duradouras, esses próprios esforços se desenvolvem em contextos que restringem a autonomia substantiva e reproduzem os limites que procuram superar. Uma tensão semelhante aparece nos estudos sobre privatização: Reyhaneh Javadi e Zohreh Bayatrizi demonstram como a privatização da sociologia, inicialmente imaginada como um remédio parcial para a ausência de autonomia acadêmica, acabou por aprofundar as lógicas neoliberais de mercantilização, transformando a educação em um mercado de credenciais, e não em um bem público.

As dificuldades metodológicas discutidas na mesa-redonda “Sob restrição: pesquisa sociológica sobre o Irã” estendem essa análise à prática cotidiana da pesquisa. Das limitações ao trabalho de campo e de procedimentos éticos pouco transparentes até a ameaça de criminalização, os participantes mostram como ambientes politicamente carregados — seja no Irã, seja nos contextos diaspóricos e institucionais em que o Irã é estudado — moldam não apenas o que pode ser investigado, mas também como os dados podem ser coletados, arquivados e disseminados.

> Práticas transformadoras emergentes e modos inovadores de engajamento

Contudo, o simpósio também destaca possibilidades que se forjam dentro e contra as restrições existentes. Pesquisadoras feministas continuam a produzir análises incisivas sobre gênero, religião e poder estatal, apesar da marginalização no interior das instituições oficiais. Estudos sobre etnicidade tensionam as ortodoxias nacionalistas, insistindo que a diferença étnica deve ser situada nas histórias de formação do

Estado, da soberania e das resistências cotidianas. A Associação Iraniana de Sociologia — apesar de suas instalações precárias e de sua dependência das universidades públicas ou da boa vontade de autoridades municipais — continua a oferecer plataformas para conferências, publicações e eventos voltados ao público. Cursos privados e semiprivados de sociologia geram espaços pedagógicos híbridos que oscilam entre a resistência e a reprodução neoliberal. Em todos esses contextos, sociólogos transformam limitações em inovações metodológicas e conceituais.

Tomadas em conjunto, essas contribuições iluminam um terreno marcado por restrições complexas e multiescalares, ao lado de formas diversas e inventivas de engajamento. Elas mostram como o campo é continuamente reconfigurado pela interação entre pressões estruturais e as práticas engenhosas mobilizadas por pesquisadores para persistir, adaptar-se e intervir.

> Em direção a uma sociologia com o Irã

Este simpósio não pretende mapear de forma abrangente a sociologia iraniana, mas antes situar essas pressões no interior de um conjunto mais amplo de questões disciplinares. As precariedades enfrentadas pela sociologia no/do Irã ressoam com padrões mais amplos observados em diferentes regiões do Sul Global, onde sociólogos lidam com formas de governança autoritária, pressões de mercado e acesso desigual aos circuitos globais de produção e circulação do conhecimento. Ao reunir essas intervenções, buscamos não apenas documentar esses desafios, mas também convidar os leitores a considerar os *insights* conceituais e metodológicos que eles oferecem para a disciplina de maneira mais ampla. Nesse sentido, a história da sociologia iraniana torna-se também uma história sobre a própria sociologia: seus limites, suas possibilidades e sua luta contínua para permanecer responsável perante as sociedades das quais emerge.

O que propomos, portanto, é um gesto em direção a uma sociologia com o Irã: um modo de engajamento fundamentado na colaboração, na reciprocidade e na reflexividade. Essa abordagem não resolve as tensões entre sociologia *no* Irã e sociologia *do* Irã, mas insiste em trabalhar através delas e entre elas. Reconhece a sociologia iraniana como central — e não periférica — para repensar as trajetórias globais da disciplina e para desafiar as exclusões que moldam a produção e a circulação do conhecimento sociológico.

Tal postura recusa tratar a sociologia iraniana como um caso ou como um objeto de escrutínio externo. Em vez disso, afirma que o trabalho intelectual, as lutas institucionais e as inovações metodológicas dos sociólogos iranianos constituem contribuições vitais para a sociologia em sentido amplo. Em um momento em que vozes iranianas são sistematicamente excluídas de fóruns internacionais, o imperativo de construir uma sociologia *com* o Irã é também um imperativo de justiça disciplinar. ■

Contato com:
Nazanin Shahrokni <nazanin_shahrokni@sfu.ca>
Reyhaneh Javadi <javadi1@ualberta.ca>

> A Associação Iraniana de Sociologia e a institucionalização da não institucionalização

por **Esmail Khalili**, ex-docente do Instituto de Estudos Civilizacionais e Socioculturais e vice-presidente da Associação Iraniana de Sociologia (2021–2025), Irã



Sexta Conferência de Reflexões Conceituais e Críticas sobre a Sociedade Iraniana, setembro de 2025.

Crédito: Mohadeseh Ghazvini.

A sociologia entrou no cenário do ensino superior iraniano com a fundação da Universidade de Teerã em 1934, onde Gholamhossein Sadighi, formado pela Sorbonne, começou a lecionar a disciplina em 1940. Em suas décadas formativas, a sociologia no Irã era um campo pequeno e elitizado, marcado por influências intelectuais francesas e vinculado ao projeto modernizador de construção nacional do Estado Pahlavi. A disciplina permaneceu amplamente cultivada no interior da elite acadêmica de Teerã, com alcance institucional limitado e uma comunidade profissional restrita.

A Revolução de 1979 e a subsequente Revolução Cultural de 1980–1983 trouxeram simultaneamente ruptura e expansão. A nova República Islâmica reestruturou radicalmente o sistema universitário, expulsando docentes considerados ideologicamente suspeitos, fechando universidades para reorganização e incorporando mecanismos de triagem ideológica em todas as etapas da vida acadêmica. A sociologia — assim como outras ciências sociais — foi submetida a um escrutínio intenso, com correntes intelectuais inteiras sendo expurgadas e os programas de ensino reescritos para refletir valores islâmicos e revolucionários.

Paradoxalmente, o período de reconstrução pós-guerra que se seguiu ao fim da Guerra Irã–Iraque, no final dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990, testemunhou uma rápida expansão do ensino superior e um aumento expressivo das

matrículas em sociologia. O crescimento institucional do campo, contudo, estava profundamente inserido no aparato burocrático e ideológico do Estado rentista. Promoções acadêmicas, financiamento de pesquisas e nomeações departamentais eram regidos menos pela autonomia intelectual ou pelo mérito acadêmico do que pela lealdade política, por redes pessoais e pela conformidade burocrática. Embora o número de departamentos e de estudantes de sociologia tenha aumentado significativamente, a qualidade da vida intelectual foi moldada pela tensão entre expansão formal e as restrições do controle ideológico.

> *Um **mainstream** heterogêneo, em conformidade com as exigências burocráticas e uma periferia acadêmica diversa*

Dentro desse cenário pós-revolucionário, a sociologia iraniana tornou-se progressivamente mais diferenciada. A interação entre triagem ideológica, formalismo burocrático e a economia de prestígio da universidade rentista produziu uma profissão na qual os pesquisadores passaram a ocupar posições distintas — e, por vezes, profundamente divergentes. Alguns ingressaram no campo por meio de canais rentistas vinculados à ideologia oficial, convertendo lealdade política em cargos de gestão dentro de redes acadêmicas oligárquicas. Outros, menos comprometidos ideologicamente, ainda assim assumiram funções burocráticas por interesse pragmático, buscando segurança e progressão dentro das regras existentes do sistema.

>>

Havia também ideólogos convictos — religiosos, de esquerda ou nacionalistas — que se posicionavam fora do *mainstream* universitário, concentrando-se na afirmação política em vez de se dedicarem a uma investigação empírica sustentada. Para além do núcleo académico, pesquisadores independentes, muitos deles expulsos nos expurgos da década de 1980, continuaram a produzir trabalhos de valor intelectual duradouro, apesar de não possuírem vínculos institucionais formais.

A “periferia universitária” incluía aqueles empregados em institutos de pesquisa ou organismos científicos, que frequentemente alcançavam públicos mais amplos por meio de palestras públicas, publicações e fóruns *online*. Surgiu também uma geração mais jovem de pesquisadores fora da universidade — alguns excluídos da academia por regulações institucionais, outros que a evitavam por escolha — que permaneceram em diálogo com correntes intelectuais críticas em circulação no plano global. A diáspora iraniana compreendia dois grupos distintos: aqueles formados no Irã, mas impedidos de retornar devido a proibições políticas, e aqueles nascidos ou criados no exterior, cuja produção intelectual, no entanto, mantinha forte interlocução com a sociedade iraniana. Por fim, havia os “buscadores de identidade”: diplomados para os quais a sociologia funcionava menos como uma vocação intelectual duradoura do que como um meio de filiação pessoal ou simbólica, oferecendo reconhecimento, *status* ou um sentimento de pertencimento, mais do que uma contribuição acadêmica contínua.

> Legados

Esse terreno profissional estratificado e fragmentado antecedeu a formação da Associação Iraniana de Sociologia, mas moldou decisivamente sua cultura e sua política interna. A coexistência de orientações tão diversas — que vão da lealdade burocrática à independência radical, do engajamento intelectual global à identificação meramente pessoal — assegurou que a vida institucional da Associação Iraniana de Sociologia fosse marcada tanto pelo pluralismo quanto pela tensão.

Esses legados prepararam o terreno para aquilo que poderia ser chamado de institucionalização da não institucionalização: uma cultura profissional na qual a aparência de vitalidade acadêmica frequentemente pesa mais do que a produção substantiva de conhecimento.

> Entre forma e substância

Quando avaliada segundo critérios formais, a Associação Iraniana de Sociologia realizou avanços visíveis em direção à institucionalização: ampliou seu número de membros, ampliou sua conferência anual e aumentou sua visibilidade nos debates públicos. O passo inicial e decisivo rumo à organização profissional formal havia sido dado em 1991, quando dezessete sociólogos iranianos, em sua maioria formados na Europa e nos Estados Unidos, fundaram a Associação Iraniana de Sociologia. Durante sua fase formativa, a Associação desenvolveu uma organização interna mais estruturada. Além de funções administrativas — como a organização progressivamente mais sistemática de suas

conferências e publicações — criou também grupos de trabalho alinhados a diferentes subcampos da sociologia. Ainda assim, muitos desses grupos funcionaram sem um foco claramente definido ou um conjunto preciso de objetivos.

O que emerge aqui é um paradoxo que pode ser descrito como a institucionalização da não institucionalização. Associações científicas frequentemente operam de maneiras que privilegiam a forma em detrimento da substância: a encenação da produção de conhecimento por meio de conferências, oficinas e reuniões torna-se a própria medida de legitimidade, enquanto a efetiva geração de novos insights permanece em segundo plano. Nesse sentido, a heteronomia se configura não apenas pela dependência em relação a forças externas, mas também pela rotinização de práticas que simulam trabalho intelectual sem necessariamente produzir resultados tangíveis.

> Consolidação seguida pelo enraizamento de convenções

Os anos entre 2000 e 2015 constituíram um período de relativa estabilidade e consolidação, durante o qual a Associação Iraniana de Sociologia adquiriu credibilidade acadêmica e social. Os anos subsequentes, porém, trouxeram uma renovação geracional: nesse período, muitos pesquisadores mais experientes se afastaram da participação ativa, e os novos ingressantes — frequentemente navegando em um ambiente acadêmico mais restritivo — passaram a dispor de menos caminhos para formação sistemática e integração em redes profissionais. Embora o crescimento quantitativo tenha continuado, o núcleo intelectual da associação se enfraqueceu. As normas e rotinas institucionais estabelecidas durante o período de estabilização se enraizaram, formando uma identidade que, embora tenha sido eficaz no passado, tornou-se resistente à mudança.

O projeto organizacional inicial da Associação Iraniana de Sociologia baseava-se menos em um planejamento explícito do que em um saber tácito: os hábitos e pressupostos informais de seus membros fundadores. Em vez de desenvolver estruturas adaptadas às realidades iranianas, a associação em grande medida reproduziu a forma externa de associações profissionais na Europa e nos Estados Unidos. Essa emulação conferiu à associação a aparência de uma organização formal, mas sem a adaptação reflexiva ou as regras codificadas que poderiam sustentar uma identidade institucional duradoura. Como resultado, a associação carece de documentos fundadores que articulem sua missão intelectual, seus códigos éticos e científicos ou uma visão de longo prazo. Debates sobre questões centrais para a vida acadêmica — como democracia, ética associativa ou a divisão de trabalho entre grupos de trabalho — permanecem pouco desenvolvidos.

A ausência de normas codificadas fez com que a Associação Iraniana de Sociologia passasse a operar com base em convenções não codificadas e em processos decisórios personalizados. Trata-se menos de uma instituição moderna do que de um híbrido: formalmente organizada, mas desprovida da autocompreensão reflexiva que a durabilidade institucional requer. Essa “não institucionalização dentro da institu-

cionalização” torna-se visível em seus processos democráticos: os membros raramente se envolvem em deliberações substantivas sobre os rumos da associação, e a Associação Iraniana de Sociologia não é amplamente reconhecida por seus próprios membros como um projeto intelectual e organizacional compartilhado.

> O prestígio se sobrepõe ao rigor e à responsabilidade intelectual

Ao mesmo tempo, a vida interna da associação tem sido marcada por paradoxos. A Associação Iraniana de Sociologia reproduz os rituais externos da vida organizacional — conferências, eleições, publicações — sem realizar plenamente os objetivos substantivos de uma associação acadêmica. Em vez de promover um debate intelectual vigoroso em torno de teorias, métodos ou prioridades de pesquisa, suas energias competitivas frequentemente se voltam para questões de prestígio, visibilidade e identidade. Impulsos ativistas e de afirmação identitária tornaram-se mais visíveis nos últimos anos e, embora tenham ampliado o perfil público da associação, por vezes acabaram por ofuscar a tarefa de construir uma capacidade institucional duradoura.

Essas dinâmicas se manifestam em três eixos interligados de competição: ideológico, baseado em prestígio e institucional. As divisões ideológicas, antes atenuadas pela relativa homogeneidade dos primeiros membros, tornaram-se mais pronunciadas, frequentemente entrelaçando-se com o ativismo e com a política identitária. A competição baseada em prestígio reflete a cultura acadêmica mais ampla no Irã, na qual posições de liderança são buscadas mais pelo capital simbólico que proporcionam do que pela responsabilidade intelectual que implicam. Já o eixo institucional permanece pouco desenvolvido: apesar da realização de seminários e conferências, a Associação Iraniana de Sociologia oferece poucos indícios de uma competição científica efetiva — isto é, debates em torno de teorias, metodologias ou agendas de pesquisa — que pudesse impulsionar a consolidação de uma comunidade acadêmica robusta.

Esses padrões não são apenas internos, mas são reforçados por fragilidades estruturais do próprio sistema universitário iraniano: uma formação acadêmica desigual anterior à atuação da associação, oportunidades limitadas de orientação e mentoria nas universidades e a predominância de lógicas rentistas e de painéis acadêmicos de caráter oligárquico. Em conjunto, esses fatores iluminam o paradoxo de uma associação que está formalmente presente, publicamente visível e em expansão quantitativa, mas que ainda enfrenta dificuldades para consolidar uma base intelectual e institucional duradoura, deixando em aberto a sua trajetória futura.

> Perspectivas futuras

Em meio às ambiguidades institucionais da Associação Iraniana de Sociologia, começam a surgir oportunidades de transformação. Um pequeno, mas crescente, grupo de pesquisadores críticos, muitas vezes desprovidos dos privilégios das gerações anteriores, engaja-se profundamente com o pensamento crítico global, resiste à busca de pres-

tígio orientada por identidades e procura construir trajetórias intelectuais independentes das hegemonias vigentes. Seus compromissos, ancorados na prática democrática, no pluralismo intelectual e na reflexividade institucional, permanecem marginais na cultura dominante da Associação, mas ainda assim apontam para possíveis caminhos de renovação.

Para que tais correntes se consolidem, alguns pilares interdependentes são essenciais: a democracia, para canalizar a heterogeneidade para a deliberação, em vez de para o faccionalismo; o pluralismo, para garantir que os grupos de trabalho reflitam orientações diversas; a autonomia operacional, para permitir que esses grupos definam agendas substantivas; e a continuidade de conferências periódicas, organizadas em torno de pesquisas centradas em problemas, e não em agendas orientadas por identidades ou pela busca de prestígio. A mudança gradual em direção a comunicações de conferência mais orientadas por problemas sugere uma abertura para esse tipo de transformação, com potencial para fomentar colaborações que se estendam para além do próprio evento.

> O desafio à frente

A Associação Iraniana de Sociologia reflete hoje legados sobrepostos: a sociologia elitista e fortemente influenciada pelo exterior do período pré-revolucionário; as rupturas ideológicas e os expurgos da década de 1980; a expansão burocrático-rentista das décadas posteriores à guerra; e a cultura intelectual cada vez mais fragmentada do presente. Essa trajetória deixou a Associação Iraniana de Sociologia marcada simultaneamente por vitalidade e volatilidade: uma base ampla de membros — que inclui burocratas leais ao regime, intelectuais independentes e pesquisadores críticos engajados em circuitos acadêmicos globais —, mas sem uma autocompreensão codificada ou uma cultura de debate democrático sustentado.

O desafio que se coloca não é o crescimento numérico nem a visibilidade pública, mas o cultivo de hábitos, normas e estruturas que permitam à associação tornar-se mais do que a simples soma de seus segmentos internos. Em outras palavras, trata-se de superar o paradoxo da forma sem substância: transformar a performance em prática e a aparência em produção acadêmica efetiva. Se a Associação Iraniana de Sociologia conseguir se ancorar no pluralismo, na deliberação democrática e na autonomia intelectual, talvez ainda possa converter sua heterogeneidade em fonte de força coletiva. Sem uma mudança dessa natureza, corre o risco de permanecer uma associação apenas na forma, e não na substância: uma instituição com aparência de coesão, mas cuja realidade é a fragmentação. A trajetória que escolher definirá o próximo capítulo da vida coletiva da sociologia no Irã. ■

Contato com:
Esmail Khalili <esmaeil.khalili@gmail.com>

> Entre política e lucros:

aulas privadas de sociologia no Irã

por **Reyhaneh Javadi** e **Zohreh Bayatrizi**, Universidade de Alberta, Canadá



A placa diz "Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Teerã". Nesta imagem de 2009, a antiga placa está encostada em um canto do pátio da faculdade, apoiada em um portão danificado. Crédito: Reyhaneh Javadi.

Forças políticas e econômicas domésticas e internacionais há muito moldam o ensino e a pesquisa universitários, frequentemente produzindo efeitos tanto construtivos quanto prejudiciais. Nas últimas décadas, o subfinanciamento, os modelos neoliberais de financiamento e a politização do ensino e da pesquisa têm levado universidades em muitos países a priorizar a formação profissionalizante, bem como pesquisas alinhadas às prioridades do Estado ou do setor privado. No campo educacional, o micro-credenciamento, os MOOCs (*massive open online courses*, ou cursos online massivos e abertos) e a educação baseada em certificados são, ao menos em parte, uma resposta a essas pressões político-econômicas mais amplas. Esse processo, por sua vez, tem levado a uma

>>

crescente mercantilização do ensino superior, ao enfraquecimento do ensino formal em sala de aula e à desvalorização de diversas áreas de formação e investigação.

Essas tendências mais amplas às vezes subvertem e, em outras ocasiões, reforçam dinâmicas preexistentes em contextos locais. No caso do Irã, que é o foco deste artigo, a censura política, o subfinanciamento e políticas de contratação que privilegiam a lealdade ideológica em detrimento do mérito acadêmico há muito restringem o ensino da sociologia. Por outro lado, desde o início do século XXI, o ativismo estudantil tem pressionado por uma educação de maior qualidade e pela livre circulação de ideias. Estudantes organizaram grupos de leitura sobre temas populares ou proibidos e formaram turmas privadas com acadêmicos politicamente marginalizados. Com o tempo, cursos privados pagos também passaram a surgir como forma de enfrentar a lacuna de qualidade nas universidades e de oferecer plataformas educacionais alternativas.

Este artigo examina cursos privados de sociologia no Irã, analisando suas origens, estrutura, participantes, qualidade percebida e implicações políticas e acadêmicas mais amplas. Argumentamos que essas aulas ilustram as dinâmicas simultâneas de mercantilização e resistência no meio acadêmico. Utilizamos uma combinação de métodos, incluindo pesquisa em arquivos, investigação na web e entrevistas semiestruturadas com 28 estudantes e professores de oito institutos privados que oferecem cursos de sociologia. Nosso estudo mostra que, embora alguns desses desenvolvimentos sejam específicos do Irã, em certos aspectos eles se alinham a transformações mais amplas do ensino superior em todo o mundo, especialmente à mercantilização do conhecimento. No contexto iraniano, contudo, as aulas privadas de sociologia também funcionam como um espaço potencial de resistência às restrições impostas pelo Estado.

> Aulas privadas: dos círculos de leitura ao lucro

Círculos de leitura e séries de palestras existem há muito tempo no Irã. No entanto, cursos pagos de sociologia passaram a surgir principalmente no setor privado na década de 2010, em institutos educacionais como o [Porsesh](#) e o [Rokhdad-i Tazeh](#) (dois institutos proeminentes sediados em Teerã). Associações acadêmicas, incluindo a [Associação Iraniana de Sociologia](#), também começaram a oferecer cursos pagos. Os cursos oferecidos nessas plataformas variam de temas teóricos específicos e em voga (como *Fenomenologia do Espírito* ou Derrida em *A farmácia de Platão*) a metodologias aplicadas (como análise do discurso ou codificação no NVivo). Esses institutos exemplificam uma forma de “educação paralela”, que opera ao lado das instituições formais, mas é orientada por incentivos e lógicas distintas.

Muitos cursos privados são baseados em aulas expositivas, com participação limitada e sem ementa, avaliações ou tarefas. Alguns institutos privados emitem certificados, que são utilizados principalmente por candidatos ao doutorado para fortalecer suas candidaturas. As mensalidades dos cursos — que variam amplamente — e a renda limitada obtida com gravações das aulas constituem as fontes de lucro desses institutos. Embora existam incentivos financeiros, os institutos privados de sociologia não são altamente lucrativos; dos oito institutos que identificamos, dois haviam falido.

Não surpreende que os institutos priorizem temas populares, de baixo custo e baseados em aulas expositivas. Inicialmente, esses temas eram tópicos teóricos em voga, que tinham público garantido entre os estratos intelectuais dos grandes centros urbanos, como Teerã — cidade que abriga várias universidades importantes e onde círculos intelectuais florescem há muito tempo. Essas aulas, porém, também têm seus críticos. Um dos entrevistados mencionou como a lógica do lucro leva os institutos privados a dar maior visibilidade a debates teóricos ocidentais muito específicos: “Esses institutos definem a agenda. São negócios poderosos e operam como comerciantes. E qual é a mercadoria? O pensamento [social] é a mercadoria; o pensamento é irrelevante para a nossa situação social e econômica.” (Entrevistado nº 5).

> Contrapúblicos subalternos privatizados

Esses espaços funcionam como aquilo que Nancy Fraser chamaria de *contrapúblicos subalternos*: fóruns semi-autônomos nos quais vozes marginalizadas se engajam em discursos críticos fora do controle do Estado. Os participantes têm diferentes formações acadêmicas, e suas motivações incluem exploração intelectual, frustração política, construção de redes de contato e uma forma de escapar das pressões universitárias. Muitos veem essas aulas como um refúgio intelectual, especialmente ao longo da década de 2010, após a repressão ao Movimento Verde de 2009, que afetou profundamente as universidades. Para sociólogos politicamente marginalizados, os cursos privados oferecem tanto engajamento acadêmico quanto sustento financeiro, enquanto professores universitários com renda estável também lecionam nessas aulas, que percebem como espaços mais livres para expressar posições críticas.

Apesar de exigirem autorizações do Estado, os institutos privados permitem discussões mais abertas do que as universidades. Os estudantes apreciam as dinâmicas de poder mais flexíveis, em contraste com as hierarquias rígidas das universidades. Alguns veem esses institutos como fontes de prestígio intelectual, especialmente o agora extinto Porsesh, que em seu auge possuía considerável capital simbólico e capital social

>>

de elite. As aulas privadas também atraem estudantes que buscam oportunidades de aprendizagem com professores de outras universidades.

Os participantes dessas aulas frequentemente criticam os programas universitários de sociologia como ineficazes, o que os leva a buscar alternativas. Embora as aulas privadas ofereçam maior engajamento, as opiniões sobre sua qualidade variam. Alguns valorizam o conhecimento especializado, enquanto outros consideram que os cursos apenas comercializam o intelectualismo, oferecendo pouco que já não esteja publicamente acessível. Críticos apontam o risco de mercantilização do próprio pensamento, transformando trabalhos teóricos complexos em conteúdos comercializáveis para consumo individual.

Muitas aulas privadas oferecem um espaço intelectual para estudantes que buscam um engajamento teórico mais profundo, para além dos currículos universitários limitados. Ainda assim, críticos argumentam que frequentemente elas glorificam o pensamento ocidental sem abordar sua relevância para o contexto iraniano. Um dos entrevistados comparou essa experiência a uma catarse espiritual, na qual os participantes se sentem intelectualmente enriquecidos sem, contudo, adquirir aprendizado substantivo. Esse entrevistado defendeu a educação universitária oficial, argumentando que ela expõe os estudantes à pesquisa social realizada no Irã, diferentemente do foco teórico desligado da realidade presente em muitas aulas privadas.

> Impactos

As aulas privadas oferecem uma alternativa contestada, mas vital, ao ambiente acadêmico restritivo do Irã. Alguns argumentam que essas aulas enfraquecem as universidades ao oferecer alternativas de alta qualidade e, assim, reduzir o ativismo estudantil dentro da academia. Outros consideram as aulas privadas essenciais para preservar um discurso sociológico independente em um ambiente acadêmico controlado pelo Estado. Argumenta-se que as universidades são rígidas demais para mudar, o que torna necessários espaços intelectuais externos. Alguns veem as aulas privadas como uma nova — ainda que imperfeita — plataforma para o engajamento crítico: “Se esses institutos fecharem, qual será a alternativa? O Estado controlará tudo.” (Entrevistado nº 23).

As aulas privadas também expõem tensões estruturais mais profundas no sistema de ensino superior iraniano, particularmente em torno da questão da reforma e da legitimidade institucional. Enquanto alguns acreditam que a competição privada pressiona as universidades a melhorar, outros temem que esses institutos funcionem como distrações, permitindo que o Estado evite reformas. Para muitos, as aulas privadas de sociologia oferecem uma alternativa contestada, mas vital, ao ambiente acadêmico restritivo do Irã.

O impacto socioeconômico das aulas privadas também é significativo. Décadas de mudanças orientadas pelo mercado remodelaram o panorama do ensino superior no Irã, tornando o acesso cada vez mais estratificado. O ingresso nas principais universidades públicas financiadas pelo Estado tornou-se altamente competitivo e suscetível a manipulações por parte de famílias de renda mais elevada. Além disso, embora essas universidades devessem oferecer ensino gratuito, brechas institucionais têm sido cada vez mais exploradas para a cobrança de taxas. O declínio da qualidade educacional nas universidades públicas e a expansão de cursos privados pagos reforçam desigualdades já existentes e restringem ainda mais o acesso a uma educação de qualidade.

Em muitos países, o microcredenciamento resulta de pressões corporativas sobre as universidades. No Irã, os cursos pagos emergem de disputas políticas e das fragilidades da academia controlada pelo Estado. Inicialmente, esses cursos funcionavam como espaços intelectuais para debates teóricos, mas hoje também incluem formações baseadas em habilidades e certificados que ampliam as perspectivas acadêmicas e profissionais dos participantes.

> Conclusão

As aulas privadas de sociologia no Irã representam mais do que uma simples adaptação ao mercado; elas ocupam um espaço contestado no qual a mercantilização se encontra com a resistência. Como forma de educação paralela, refletem as lógicas neoliberais do credencialismo, ao mesmo tempo que criam espaços de contrapúblicos que desafiam o controle estatal e o conformismo intelectual. Essas respostas privatizadas às restrições políticas sistêmicas refletem transformações mais amplas no ensino superior iraniano, no qual as instituições públicas são enfraquecidas pelo subfinanciamento, pela interferência ideológica e pelo aumento das desigualdades.

Pesquisas futuras deveriam examinar de que maneira a ascensão das redes sociais como espaço de engajamento intelectual afeta as dinâmicas do conhecimento público, reconfigurando as fronteiras entre educação formal e informal. As plataformas de redes sociais podem ampliar a sociologia pública, estendendo o discurso crítico para além da sala de aula, mas também podem intensificar a mercantilização do conhecimento por meio de estratégias de marca pessoal e da monetização de conteúdos. Se essa transformação democratiza o acesso ao conhecimento sociológico ou apenas reproduz a lógica de mercado em formato digital permanece uma questão em aberto. ■

Contato com:
Reyhaneh Javadi <javadi1@ualberta.ca>
Zohreh Bayatrizi <bayatriz@ualberta.ca>

> Etnicidade no Irã: a questão que a sociologia iraniana evita

por **Aghil Daghighaleh**, Universidade do Norte do Colorado, Estados Unidos



Mapa da diversidade étnica do Irã mostrando os principais grupos. Crédito: Grupos étnicos no Irã, por Mapper 01, Wikimedia Commons, CC BY-SA 4.0.

A etnicidade no Irã é um elefante na sala — pelo menos quando se trata da sociologia dominante. O Irã abriga diversos grupos étnicos, incluindo persas, curdos, turcos, árabes e balúchis. Os persas constituem a maioria no planalto central, enquanto outros grupos étnicos concentram-se em regiões periféricas. Essas divisões étnicas se entrecruzam com diferenças religiosas, já que o islamismo xiita predomina no centro, enquanto populações sunitas são mais comuns nas regiões periféricas. Mesmo essa breve descrição já levanta questões sociológicas, como a maneira pela qual tais diferenciações e intersecções étnicas e religiosas configuram experiências sociais. Ainda assim, de forma surpreendente, na produção acadêmica sobre o Irã essas fragmentações são frequentemente ignoradas.

Isso não significa negar a existência de um corpo crescente de literatura sobre etnicidade, que examinarei mais adiante. No entanto, em estudos sociológicos de caráter mais geral, a etnicidade é amplamente rejeitada como categoria analítica capaz de diferenciar experiências sociais no Irã. Multiplicam-se estudos que abordam

uma variedade de temas, desde as revoluções iranianas até as lutas das mulheres, os movimentos sociais, a política subalterna e outros desafios sociopolíticos enfrentados pelo país. Contudo, em grande parte dessa literatura, o sujeito permanece reduzido a um singular “povo iraniano”, enquanto a etnicidade permanece silenciada.

Essa negação decorre, por um lado, de perspectivas nacionalistas que retratam o Irã como uma nação historicamente unificada e homogênea. A etnicidade, nesse contexto, é vista como uma questão de variações culturais, e não como uma dimensão estruturante da experiência social. Essa visão frequentemente se apoia em narrativas de um [Irã antigo glorificado, bem como em mitos de descendência ariana](#), para naturalizar a unidade nacional e rejeitar a existência de fragmentações nacionais. Dentro desse enquadramento, incluir a etnicidade como eixo analítico para compreender as realidades cotidianas do país é considerado irrelevante e até mesmo perigoso, pois teme-se que o reconhecimento dessas diferenças possa consolidá-las e fragmentar aquilo que é imaginado como um todo unificado.

Pesquisadores críticos são mais propensos a reconhecer o caráter moderno da construção da nação. A maioria deles reconhece que o Irã não é excepcional na história global da formação dos Estados-nação. Ainda assim, mesmo dentro dessa tradição, a etnicidade recebeu pouca atenção como dimensão estruturante da vida sociopolítica iraniana, embora alguns trabalhos recentes tenham começado a enfrentar essa lacuna. Por exemplo, um artigo recente de [Kadivar et al. \(2025\)](#) incorpora a etnicidade como uma dimensão na análise das recentes ondas de protesto no Irã. Ainda assim, essa abordagem permanece marginal.

Esse silêncio analítico não é acidental, mas está enraizado na própria posição ocupada pela sociologia iraniana. O campo foi historicamente moldado por tradições intelectuais persas, xiitas e de classe média. Essa tradição tende a equiparar a nação à cultura, à língua e à experiência histórica do planalto central do Irã, ignorando, assim, a possibilidade de realidades sociais distintas. Esse aspecto torna-se ainda mais significativo quando consideramos a interseção entre etnicidade e religião, uma vez que grandes populações das regiões periféricas são simultaneamente sunitas e não persas. Também é importante ter em mente que as comunidades periféricas experimentaram trajetórias distintas em sua relação com o Estado iraniano central. A formação do Estado iraniano moderno, por exemplo — amplamente celebrada no centro como o nascimento da nação iraniana moderna e de sua integridade territorial —, [é lembrada nas regiões periféricas como a perda de autonomia](#). Algo semelhante pode ser dito sobre a Revolução Islâmica de 1979, quando a ênfase no xiismo desencadeou resistência e repressão violenta nas regiões periféricas. Evidentemente, a lista poderia continuar. O ponto central, porém, permanece: aquilo que o historiador iraniano [Arash Khazeni chama de “visão a partir da margem”](#) permanece amplamente ausente nessa produção acadêmica. O problema aqui não é que essas perspectivas sejam difíceis de reconciliar, nem se trata simplesmente de uma falta de disposição individual para enxergar o mundo social pelos olhos daqueles que vivem nas margens. A questão, antes, é que a perspectiva da periferia permanece em grande medida impensável a partir de um ponto de vista profundamente enraizado no centro. Subjacentes a tudo isso estão, evidentemente, relações de poder mais profundas, que deixo de lado por ora.

> **A etnicidade no Irã costuma ser enquadrada como uma patologia, e não como um eixo de desigualdade**

Apesar desse silêncio analítico mais amplo, os estudos sobre etnicidade no Irã se desenvolveram como um campo estreito, relativamente separado, embora em expansão. Dentro do país, grande parte das pesquisas sobre etnicidade adota uma [perspectiva patologizante](#)

[orientada por preocupações de política pública](#). A etnicidade é tratada como um “problema”, uma ameaça existencial à integridade nacional que deve ser monitorada, contida ou neutralizada. Os pesquisadores transitam entre diferentes grupos étnicos como se investigassem zonas de risco. Avaliam continuamente os níveis de identidade nacional, examinando até que ponto as afiliações étnicas convergem ou divergem da identidade nacional e se, naquele momento, representam uma ameaça.

Temas como separatismo, coesão nacional e etnocentrismo (*qawmgerayi*) dominam o campo. Alguns estudos chegam a negar a própria existência da etnicidade no Irã, retratando-a como um mito fabricado por elites ou por atores estrangeiros interessados em desestabilizar a nação. Outros a tratam como uma crise em formação: uma ameaça latente à soberania, uma “patologia da segurança” (*bimaari-ye amniati*) que precisa ser diagnosticada e tratada, um possível foco de conflito futuro ou ainda um desafio securitário que deve ser administrado. Trata-se, de fato, de uma sociologia que [“vê como um Estado”](#), para usar a expressão de James Scott, procurando tornar as populações étnicas legíveis e administráveis para fins de controle, em vez de compreendê-las em seus próprios termos.

Paralelamente, emergiu um corpo de trabalhos mais crítico e interpretativo, que analisa como as políticas étnicas foram moldadas por projetos mais amplos de construção do Estado. Em vez de enquadrar a etnicidade como uma patologia a ser administrada, essa produção situa a identidade étnica nos processos históricos de construção nacional, integração coercitiva e desenvolvimento desigual. Estudos nessa tradição examinam como discursos e instituições estatais produziram marginalização por meio de mecanismos como a homogeneização linguística, a supressão das histórias das minorias e a securitização das comunidades não persas. Alguns autores também destacaram formas de resistência cotidiana, analisando como minorias étnicas negociam, subvertem ou contestam as narrativas dominantes de identidade nacional. Existe ainda um corpo crescente, embora ainda limitado, de [pesquisas empíricas](#) que começou a [explorar desigualdades étnicas](#) em áreas como educação, saúde e oportunidades econômicas, levantando uma questão difícil, ainda amplamente sem resposta: se a etnicidade funciona, no [Irã contemporâneo](#), como um [eixo de desigualdade](#).

> **A etnicidade está entrelaçada a lutas de longa duração**

Persistem ainda lacunas importantes. A primeira é de ordem conceitual: no contexto iraniano, a etnicidade permanece de difícil definição, o que leva alguns estudiosos a substituí-la por termos como “minoria”, a fim de evitar tensões políticas e teóricas. Em geral, “minoria” refere-se à marginalidade numérica ou à subordinação

estrutural, mas se ocupa menos de questões controversas, como definir o que é um grupo étnico, onde traçar suas fronteiras ou como evitar a essencialização das identidades. Essa mudança permite aos pesquisadores seguir aquilo que Rogers Brubaker chamou de “etnicidade sem grupismo” (como se observa no [trabalho de Elling](#)), o que pode possibilitar a análise de processos de marginalização sem recorrer a reivindicações de identidade coletiva ou a questionamentos da soberania.

Ainda assim, a questão permanece: o que significa, de fato, “etnicidade” — mesmo quando formulada de modo mais cauteloso como “minoria” — no contexto iraniano? Esse problema torna-se ainda mais relevante quando se aplicam, sem crítica suficiente, referenciais teóricos ocidentais que frequentemente enfatizam identidade, diferença cultural ou fronteiras simbólicas, mas dedicam bem menos atenção à questão histórica da soberania. No Irã, a etnicidade não diz respeito apenas à distinção cultural. Ela está entrelaçada a lutas de longa duração em torno da soberania estatal, do controle territorial e da incorporação forçada de regiões periféricas. Os principais grupos étnicos do país — turcos, curdos, balúchis, árabes e turcomenos — concentram-se no que comumente se denomina “periferia”: regiões geograficamente distantes de Teerã e do planalto central. Muitas dessas regiões e de suas comunidades tiveram, no passado, experiências de governo semi-autônomo e mantiveram tensões duradouras com o poder central: territórios cuja incorporação ao corpo político do Estado iraniano implicou campanhas militares, políticas de assimilação forçada e mecanismos de controle populacional. Essas trajetórias históricas, contudo, frequentemente são excluídas das análises contemporâneas sobre etnicidade, o que dificulta compreender plenamente a complexidade das dinâmicas étnicas atuais.

> **Integrar as histórias tribais à sociologia da etnicidade revela como legados históricos estruturam as realidades atuais**

É certo que a expansão do Estado para as regiões periféricas já foi [documentada](#) — sobretudo na literatura influenciada pelos estudos subalternos. Esses trabalhos examinam a violência estatal e as formas de resistência local, geralmente enquadradas como “política tribal”. No entanto, os estudos sobre política tribal e aqueles sobre etnicidade permaneceram compartimentalizados: os primeiros relegados à história, os segundos ao presente. Essa divisão obscurece a maneira pela qual legados históricos estruturam as realidades atuais. Superar essa separação abriria novos horizontes conceituais para os [estudos sobre etnicidade no Irã](#).

Um pequeno, mas crescente, conjunto de pesquisas começa justamente a fazer isso. Amparados nas [histórias periféricas da formação do Estado](#), esses trabalhos questionam a própria [natureza do Estado iraniano](#). Examinam episódios de deslocamento forçado, apagamento cultural e violência estatal, argumentando que a formação do Estado envolveu não apenas processos de modernização, mas também lógicas de dominação colonial. Nessa perspectiva, a expansão do Irã sobre suas periferias etnicamente distintas assemelha-se a um projeto colonial de povoamento, e a resistência a esse processo constitui uma *práxis* decolonial. Esse re-enquadramento desestabiliza paradigmas dominantes e exige a integração das histórias tribais à sociologia da etnicidade.

> **A necessidade censurada de pesquisa empírica que reconheça a multiplicidade das experiências vividas**

Ainda assim, compreender a etnicidade, independentemente do enquadramento teórico, requer fundamentação empírica. Ela deve ser estudada como um fenômeno vivido, negociado e situado, moldado por práticas cotidianas e por significados em disputa. Isso exige um engajamento etnográfico de longo prazo. No entanto, esse tipo de pesquisa é severamente limitado no Irã por barreiras políticas e estruturais. A securitização da etnicidade criou um clima de medo e autocensura. Pesquisadores e interlocutores correm o risco de serem acusados de separatismo ou de agir contra a segurança nacional. O trabalho de campo torna-se delicado e arriscado, e é pouco provável que as instituições apoiem pesquisas que desafiem as narrativas dominantes.

Colocar a etnicidade no centro da análise obriga a sociologia iraniana a confrontar suas exclusões, questionar os imaginários nacionais dominantes e reconhecer a multiplicidade das experiências vividas. Isso também convida a uma compreensão mais empiricamente ancorada do Estado iraniano — uma compreensão moldada não apenas pela revolução e pela ideologia, mas também por geografias contestadas, histórias periféricas e disputas em torno da soberania. ■

Contato com:
Aghil Daghighaleh <aghigh.daghighaleh@unco.edu>

> Vidas situadas, saberes contestados:

reivindicando os estudos de gênero no Irã

por **Shiva Alinaqian**, pesquisadora independente, Irã



Ilustração de Yonesu.

Durante os oito anos em que ministrei cursos sobre gênero, etnografia e narrativa nas universidades de Teerã, minha experiência pessoal esteve continuamente entrelaçada com restrições institucionais e com a política do cotidiano. Ser demitida de meu cargo docente em 2022 — precisamente no momento em que eclodia o levante Mulher, Vida, Liberdade (Jina) — não marcou apenas uma ruptura pessoal; revelou de forma explícita como a produção de conhecimento crítico sobre gênero no Irã é inseparável das relações de poder e das formas de resistência cotidiana. Nessas condições, mesmo pequenas decisões pedagógicas — convidar estudantes a escrever microetnografias, enfatizar experiências vividas ou discutir teorias feministas globais em diálogo com narrativas locais — tornam-se profundamente políticas: elas desestabilizam a expectativa institucional de que o gênero permaneça confinado a marcos jurídico-administrativos ou a enquadramentos “seguros” de políticas familiares.

A sala de aula, portanto, não é um espaço acadêmico protegido; é um lugar onde as lógicas disciplinares do Estado colidem com o desejo dos estudantes de compreender suas próprias vidas. Minha demissão apenas tornou visível aquilo que muitos docentes já sabiam: o conhecimento sobre gênero no Irã é precário porque emerge da vida cotidiana — e não apesar dela.

> Uma cronologia dos estudos de gênero no Irã: uma disciplina construída de cima para baixo

Para compreender o que está em jogo nas práticas de ensino mobilizadas nos estudos de gênero no Irã, é preciso situá-las na história local do campo. Os estudos de gênero não surgiram no Irã em um ambiente acadêmico aberto ou autônomo; desenvolveram-se, antes, em um contexto no qual as ciências sociais já se encontravam fortemente limitadas politicamente vigiadas. A sombra da Revolução Cultural — processo de reestruturação das universidades entre 1980 e 1983 — ainda molda a vida acadêmica no Irã hoje. Departamentos das humanidades foram submetidos a escrutínio, currículos foram reescritos e disciplinas consideradas potencialmente perturbadoras passaram a ser rigidamente reguladas. Os estudos de gênero nasceram nesse clima de suspeita.

Nos primeiros anos do século XXI, o campo foi formalmente lançado como um projeto estatal. Programas de estudos sobre mulheres foram introduzidos em universidades importantes. Desde o início, o objetivo não era cultivar a crítica feminista, mas regular um domínio de conhecimento que vinha ganhando visibilidade na sociedade. À medida que o ativismo das mulheres se expandia e os debates de gênero ingressavam na vida pública, o Estado passou a conter essas energias definindo os termos pelos quais as “questões das mulheres” poderiam ser estudadas. A disciplina tornou-se, assim, um mecanismo para canalizar preocupações sociais para marcos jurídico-administrativos e centrados na família, em vez de permitir que se desenvolvessem como investigação crítica.

Os seminários islâmicos tornam essa tensão ainda mais visível. Teorias feministas passaram a circular nesses espaços teológicos, mas apenas dentro dos limites da jurisprudência islâmica. Foram mobilizadas não para repensar hierarquias de gênero, mas para reafirmar “papéis naturais”, defender fronteiras doutrinárias ou responder a objeções religiosas. Tanto nas universidades quanto nos seminários, conceitos feministas circularam, mas sempre sob condições que neutralizavam seu potencial transformador.

Essas escolhas institucionais foram reforçadas pela ordem epistêmica mais ampla que governa as ciências sociais. O positivismo e os métodos quantitativos clássicos dominavam a hierarquia institucional, moldando aquilo que era reconhecido como conhecimento legítimo e descartando abordagens baseadas na experiência vivida ou na corporeidade

>>

como “não científicas”. Essa hierarquia estava alinhada ao desejo do Estado por uma disciplina despolitizada e administrativamente útil.

> **Em meio a significativas limitações, o conhecimento popular e a resistência vinda de baixo abriram novas possibilidades**

Uma ausência fundamental também marcou o desenvolvimento da disciplina: a exclusão quase total da teoria *queer*, profundamente marginalizada tanto no plano jurídico quanto no acadêmico. Essa omissão impediu que os estudos de gênero desenvolvessem análises interseccionais capazes de articular gênero com sexualidade, desejo, parentesco e formas não normativas de corporeidade. Paralelamente, a predominância de um feminismo liberal anglófono — importado sem a base social que lhe deu origem — estreitou o campo em direção a preocupações individualizadas e de classe média. Embora insuficiente para abordar as condições estruturais que moldam a vida de minorias e de mulheres subalternas, esse enquadramento trouxe à tona desafios no contexto da classe média que permanecem sem solução: a persistente desvalorização do trabalho reprodutivo e de cuidado, as vulnerabilidades jurídicas e a feminização da pobreza. Em conjunto, essas forças produziram uma disciplina presente em nome, mas limitada em substância — uma disciplina que agora precisa lidar simultaneamente com seus segmentos negligenciados e com as desigualdades persistentes em seu suposto núcleo

Ainda assim, mesmo quando o campo acadêmico permanecia restrito, ele encontrava ressonância na sociedade. Embora os estudos sobre mulheres nunca tenham se consolidado plenamente na universidade, tornaram-se profundamente entrelaçados com o ativismo feminino desde o início do século XXI. Por meio de ONGs, associações de caridade, círculos de leitura, campanhas e atos cotidianos de resistência silenciosa, mulheres produziram suas próprias formas de análise e crítica. Esses saberes produzidos na base existiam em tensão com as estruturas acadêmicas criadas de cima para baixo.

Essa história deu origem a uma disciplina moldada por duas forças opostas: a regulação vinda de cima e a resistência que emerge de baixo. Essa dinâmica dupla — controle estatal e inovação feminista — definiu a trajetória dos estudos de gênero no Irã e continua a abrir possibilidades para repensar as próprias fronteiras do conhecimento social.

> **Da regulação à reapropriação: a reconstrução dos estudos de gênero no Irã**

Diante das restrições institucionais que há muito estruturaram os estudos de gênero no Irã, pesquisadoras feministas, estudantes e ativistas vêm trabalhando de forma constante — muitas vezes em silêncio, muitas vezes correndo riscos pessoais — para reapropriar o próprio espaço intelectual do qual foram excluídas. Em minhas próprias salas de aula, essa resistência tornava-se visível nos trabalhos que as estudantes escolhiam escrever: relatos sobre trabalho de cuidado, intimidade, mobilidade e as pequenas regulações que moldam a vida marcada pelo gênero. Esses textos não eram

meros exercícios; eram formas insurgentes de conhecimento que resistiam à domesticação do campo.

Fora da universidade, ativistas pelos direitos das mulheres, organizadoras de ONGs, feministas curdas, árabes e balúchis, mulheres migrantes e inúmeras outras construíram quadros analíticos enraizados na luta vivida, e não em currículos sancionados pelo Estado. Esse trabalho de longa duração lançou as bases para a profunda inflexão que se seguiu ao levante de Jina.

Originado no Curdistão iraniano, o momento Jina tornou visível uma nova consciência feminista: interseccional, decolonial e transnacional em sua orientação. Ele se nutriu de décadas de organização entre mulheres curdas, balúchis, árabes e migrantes que há muito enfrentam regimes entrelaçados de patriarcado, militarismo, marginalização étnica e espoliação econômica. Suas lutas provincializaram o feminismo centrado em Teerã e revelaram como o gênero é inseparável da etnicidade, da classe, da violência e da colonialidade.

Essa consciência feminista emergente está enraizada localmente, mas permanece atenta aos circuitos globais de violência e solidariedade. Ela reconhece que as lutas em Rojhelat e no Sistão-Baluchistão ressoam com aquelas na Palestina e no Afeganistão, e que a demanda por vida e dignidade é sempre transnacional. Ao mesmo tempo, desafia os estudos de gênero a romper com suas origens moldadas pelo Estado e a se reconstruir em torno de solidariedades vindas da base — em torno do conhecimento que emerge dos corpos, das comunidades e das práticas cotidianas de sobrevivência.

> **A necessidade de realizar uma sociologia ancorada na experiência vivida e comprometida com a transformação coletiva**

À luz disso, minha demissão não foi um evento isolado, mas um sintoma da disputa mais ampla sobre quem pode produzir conhecimento e quais formas de conhecimento são autorizadas a existir. Ela nos lembra que recuperar os estudos de gênero exige trazer para o centro da cena precisamente aquelas formas de narrativa, cuidado e investigação situada que por muito tempo foram tratadas como periféricas.

A partir daí, a práxis feminista não aparece como uma alternativa aos estudos de gênero, mas como sua reorientação. Ela promove uma ética regional de solidariedade que mantém juntas as lutas de minorias, afegãs e palestinas, sem produzir hierarquias de sofrimento. Nesse cenário, os estudos de gênero emergem como uma prática conectiva de escuta, tradução e visibilização de mundos sociais marginalizados: uma epistemologia situada, mas transversal; enraizada no contexto, mas capaz de atravessar fronteiras disciplinares, nacionais e identitárias. Seu futuro depende menos do reconhecimento institucional e mais de sua capacidade de produzir e realizar uma sociologia voltada para as pessoas, ancorada na experiência vivida e comprometida com a transformação coletiva. ■

Contato com:
Shiva Alinaghian <sh_alinaghian@yahoo.com>

> Sob restrições: pesquisa sociológica sobre o Irã

Uma mesa-redonda



Credito: Hans-Peter Gauster, via Unsplash.

Esta mesa-redonda reúne seis sociólogos que pesquisam o Irã, inseridos em diferentes áreas acadêmicas e contextos institucionais, distribuídos por distintas localizações geopolíticas. Embora compartilhem uma formação disciplinar em sociologia, os participantes apresentam posicionamentos distintos, moldados por suas localizações dentro e fora do Irã, produzindo conhecimento para além de fronteiras nacionais, linguísticas e institucionais. A mesa-redonda aborda três questões metodológicas centrais que examinam os desafios, as inovações e os dilemas éticos envolvidos na realização de pesquisas sociológicas sobre o Irã. Embora seus trabalhos abranjam uma variedade de temas — incluindo vida urbana, políticas educacionais, ativismo digital e justiça ambiental — todos compartilham um compromisso com uma investigação empiricamente ancorada, crítica e reflexivamente engajada. Cada um de-

les navega o terreno complexo de pesquisar a sociedade iraniana em meio a restrições políticas, apagamento epistêmico, limitações institucionais e hierarquias globais da produção de conhecimento. Os participantes podem ser brevemente apresentados da seguinte forma.

Nafiseh Azad é uma pesquisadora social radicada no Irã cujo trabalho se concentra em gênero e vida urbana por meio de metodologias qualitativas. **Maral Latifi**, pesquisadora baseada no Irã que estuda marginalidade urbana e sofrimento social, examina processos de mobilidade social descendente em Teerã. **Mahbubeh Moqadam**, doutoranda na Universidade de Illinois (EUA), mobiliza a teoria feminista transnacional para investigar ativismo juvenil, estética e subjetividade política. **Fatemeh Moghadasi**, pesquisadora de educação e políticas sociais radicada no Irã, analisa a privatização da educação, o trabalho infantil e iniciativas de combate à po-

>>

breza. **Ladan Rahbari**, professora associada de sociologia na Universidade de Amsterdã (Países Baixos), investiga discursos (digitais) e a política do gênero e da resistência. **Reza Sohrabi**, doutorando na Universidade Carleton, em Ottawa (Canadá), estuda política ambiental e escassez de água.

Em conjunto, esses pesquisadores se debruçam sobre três questões centrais: como lidar com os restrições metodológicos de estudar o Irã em condições de vigilância e acesso restrito; quais quadros éticos orientam seu trabalho em meio a sensibilidades políticas e riscos; e de que modo as dinâmicas globais de poder moldam as condições e as hierarquias da produção de conhecimento. Essas questões foram formuladas por **Reyhaneh Javadi** e **Nazanin Shahrokni**, que estruturaram a conversa e conduziram o diálogo.

Reyhaneh Javadi (RJ) e Nazanin Shahrokni (NS): Começamos pelos desafios que moldam a própria possibilidade da pesquisa. Qual foi um obstáculo metodológico específico que você encontrou ao conduzir pesquisas sobre o Irã, e como você lidou com ele ou se adaptou a ele? Que percepções mais amplas essa experiência oferece sobre a prática da sociologia em contextos politicamente restritos ou opacos?

Nafiseh Azad: Minha pesquisa recente concentra-se na interseção entre mulheres e vida urbana, utilizando métodos qualitativos para explorar as experiências vividas das mulheres. Dois obstáculos persistentes têm marcado esse trabalho: o acesso limitado a dados e a elevada sensibilidade política em torno das questões relacionadas às mulheres no Irã.

O acesso a dados confiáveis permanece um grande desafio em toda a pesquisa social, especialmente nos campos relacionados ao gênero. Estatísticas fundamentais, como aquelas relativas à autoimolação ou crimes de honra, são frequentemente mantidas sob sigilo ou inacessíveis. Ao triangular dados provenientes do Centro Estatístico do Irã com números divulgados por organizações semigovernamentais ou privadas, tenho conseguido extrair percepções parciais apesar dessas restrições.

O segundo obstáculo decorre do crescente distanciamento entre cultura oficial e cultura pública no Irã, que tem corroído tanto a possibilidade quanto a infraestrutura para pesquisas nacionais independentes. Institutos independentes dispostos a lidar com temas sensíveis são poucos, mas oferecem oportunidades cruciais fora do sistema universitário. Meu estudo mais recente sobre a agência econômica das mulheres foi realizado por meio de um desses institutos.

As sensibilidades políticas continuam a impor limitações temáticas: certos assuntos permanecem fora de alcance. Ainda assim, ao concentrar-me em populações e domínios acessíveis e ao inovar metodologicamente, consegui produzir dados qualitativos aprofundados com implicações sociológicas mais amplas. Embora a disseminação pública permaneça limitada — especialmente fora de periódicos

acadêmicos —, essa abordagem tem me permitido sustentar uma investigação crítica em condições restritivas.

Fatemeh Moghadasi: As reflexões de Nafiseh sobre a dificuldade de acessar dados confiáveis sobre questões relacionadas às mulheres ressoam com minha própria experiência na pesquisa sobre formulação de políticas sociais. Em meu trabalho, os obstáculos que encontro estão menos ligados a tabus culturais e mais a limitações institucionais profundas que estruturam o próprio campo.

A formulação de políticas sociais depende de uma interação contínua entre pesquisadores e formuladores de políticas públicas; no entanto, no Irã essa relação é notavelmente frágil. A predominância de abordagens abstratas e filosóficas, somada à baixa demanda por pesquisas empíricas por parte dos formuladores de políticas, tem isolado os pesquisadores e rompido o vínculo entre a produção de conhecimento e a ação política. Esse distanciamento tem moldado minhas pesquisas sobre desigualdade educacional e sobre a privatização da educação pública, nas quais tenho repetidamente encontrado barreiras metodológicas.

Em primeiro lugar, há a questão do acesso a dados em nível micro. Para analisar de forma eficaz a desigualdade educacional, é necessário dispor de dados que reflitam os contextos individuais, familiares e ambientais dos estudantes. No Irã, tais dados são escassos, reportados de forma inconsistente e, em geral, disponíveis apenas em níveis agregados — nacional ou provincial. Mecanismos formais para acessar dados detalhados por meio de instituições como o Ministério da Educação são em grande medida inexistentes ou ineficazes. Isso leva pesquisadores a recorrer a canais informais e redes pessoais — métodos que não apenas são insustentáveis, mas também eticamente problemáticos.

Em segundo lugar, o controle governamental sobre dados de pesquisas de opinião representa um obstáculo significativo. Desde a década de 1990, numerosas pesquisas nacionais de grande escala, bem como levantamentos menores sobre atitudes e percepções, têm sido conduzidos, em sua maioria financiados por instituições públicas. No entanto, os dados resultantes permanecem inacessíveis a pesquisadores independentes. Essa monopolização dos dados de campo contribui para uma escassez mais ampla de fontes confiáveis nas ciências sociais iranianas.

Por fim, o acesso ao próprio campo de pesquisa tem se tornado cada vez mais restrito. Mesmo quando se trabalha com autorizações oficiais de ministérios, tentativas de realizar observações em escolas, entrevistas ou outras formas de coleta de dados frequentemente se deparam com entraves burocráticos ou suspeitas. O ambiente educacional é tratado como um espaço politicamente sensível, o que dificulta a realização até mesmo de pesquisas empíricas básicas. Como resultado, os pesquisadores muitas vezes são obrigados a recorrer a documentos ou a análises secundárias, o que limita o alcance e a profundidade da investigação qualitativa.



Biblioteca Nacional do Irã.
Credito: Wikimedia Commons.

Essas restrições não apenas moldam os tipos de perguntas que podem ser formuladas, mas também afetam a própria possibilidade de realizar pesquisas significativas e baseadas em evidências sobre políticas públicas no Irã.

Ladan Rahbari: Assim como Fatemeh, também tenho enfrentado dificuldades relacionadas a dados inacessíveis ou incompletos; no entanto, o distanciamento institucional que ela descreve assume contornos diferentes quando se trabalha a partir da diáspora e não se tem acesso fácil ou seguro ao campo de pesquisa. Conduzir pesquisas a partir de fora do Irã acrescenta uma camada adicional de complexidade. Posso ilustrar isso com um exemplo do meu trabalho sobre discursos digitais de resistência e dissenso.

Em um de meus projetos atuais, estou analisando publicações no Twitter em língua persa que circularam durante e após o levante “Mulher, Vida, Liberdade”, em 2022. Levei algum tempo para conseguir compreender sociologicamente esse levante e me sentir pronta para estudá-lo, especialmente como pesquisadora que se sente próxima do tema tanto no plano profissional quanto no pessoal, mas que vive longe do centro dos acontecimentos, nos Países Baixos.

Neste projeto específico, meu foco tem sido como usuários que se expressam em persa manifestam seus posiciona-

mentos em relação à religião. Um desafio metodológico persistente que enfrentei tem sido separar as críticas ao Islã como religião das críticas à República Islâmica como sistema político. Trata-se de uma dificuldade analítica que provavelmente é familiar a muitos pesquisadores que trabalham sobre o Irã e sobre o discurso político popular a respeito de religião e religiosidade. Tenho observado uma tendência a superinterpretar os dados em favor de um ou de outro polo desse espectro.

Se eu tivesse acesso direto ao campo, complementaria a análise de discurso com uma pesquisa de grande escala que combinasse métodos qualitativos e quantitativos, a fim de esclarecer melhor intenções e interpretações. Sei que pesquisas remotas são tecnicamente possíveis, mas realizá-las a partir de outro país, por meio de ferramentas online, introduz inúmeras complicações e vieses. Além disso, como sabem bem os estudiosos do Irã, a diáspora não pode servir como um substituto confiável da população iraniana em geral. Assim, disponho apenas de instrumentos imperfeitos para trabalhar.

Há, evidentemente, maneiras de lidar com esses desafios. Preciso, por exemplo, recorrer a métodos alternativos, como o uso de co-leitores e interpretações colaborativas, bem como a técnicas de validação junto aos participantes. Ainda assim, continuo acreditando que essas estra-

>>

tégias, por mais valiosas que sejam, não podem substituir plenamente o rigor e o alcance de uma pesquisa sólida e representativa realizada no próprio Irã. Um método remoto e direcionado de validação junto aos participantes pode ajudar em certa medida, mas não resolve completamente as ambiguidades interpretativas.

Mahbubeh Moqadam: Ecoando as preocupações de Ladan sobre o distanciamento do campo e as restrições impostas pelas limitações de deslocamento, tive de redefinir o que significa “estar no campo”. Um dos desafios metodológicos mais significativos que enfrentei ao pesquisar o papel da Geração Z no movimento “Mulher, Vida, Liberdade” foi a impossibilidade de viajar ao Irã e realizar trabalho de campo presencial. Essa limitação restringiu o acesso às interações cotidianas e às conversas informais que são fundamentais para a pesquisa etnográfica.

O movimento catalisou protestos liderados por jovens em todo o Irã contra a violência de gênero e o autoritarismo. Em vez de abandonar o tema, recorri à etnografia digital. Tenho me dedicado a aprender essa abordagem metodológica e comecei a coletar sistematicamente dados em plataformas de redes sociais, coberturas jornalísticas e arquivos digitais. Para enriquecer essa abordagem digital, venho construindo uma rede de confiança por meio da amostragem em bola de neve — realizando entrevistas *online* e conversas informais com pessoas que atualmente estão no Irã, bem como com aquelas que deixaram o país recentemente. Também converso regularmente com pessoas que viajam entre o Irã e os Estados Unidos, fazendo perguntas específicas e recolhendo suas observações. Amigos no Irã também me ajudam a acessar pesquisas recentes e dissertações acadêmicas.

Embora o projeto ainda esteja em seus estágios iniciais, essa estratégia adaptativa e baseada em múltiplas fontes tem me permitido reunir percepções sobre a vida cotidiana e as perspectivas dos atores locais que estudo, oferecendo uma compreensão mais situada e nuançada do campo, apesar da ausência física.

Reza Sohrabi: O recurso de Mahbubeh à etnografia digital e a relatos anedóticos me lembra o quanto o acesso hoje depende não apenas das relações com os participantes, mas também dos próprios métodos. No meu caso, a construção de confiança não foi apenas uma condição prévia para a pesquisa; tornou-se um método em si.

Minha pesquisa de doutorado concentra-se na escassez de água e nos movimentos sociais no Irã. Trata-se de um estudo comparativo das províncias de Isfahan e Khuzestan, no qual entrevisto pesquisadores, ativistas e agricultores sobre a política da água. As restrições ao trabalho de campo têm sido particularmente marcantes, especialmente no que diz respeito ao recrutamento de participantes.

Assim como Mahbubeh, estudar a partir do exterior tornou a construção de confiança fundamental para conseguir en-

trevistas. Para lidar com essa situação, recorri amplamente à amostragem em bola de neve: solicitando sugestões e recomendações sem indicar se eu daria ou não continuidade aos contatos, a fim de proteger o anonimato. Também descobri que o engajamento com as comunidades envolvidas é uma estratégia particularmente eficaz. Estabelecer uma comunicação aberta com os participantes antes da entrevista ajudou a transmitir o caráter acadêmico e os objetivos do meu projeto. Uma vez que compreenderam a importância de suas contribuições, muitos se mostraram dispostos a participar.

Em contextos politicamente sensíveis, a pesquisa exige abordagens ancoradas nas realidades locais — abordagens que dependem da confiança dos participantes no pesquisador e de sua crença no valor do projeto. Para mim, a comunicação e o engajamento comunitário surgiram não apenas como meios de acesso ao campo, mas como componentes centrais para realizar pesquisa de forma ética e eficaz em contextos de restrição.

Maral Latifi: O que Reza destaca sobre a fragilidade da confiança em contextos de pesquisa sensíveis é absolutamente crucial. Minha tese de doutorado examinou a mobilidade social descendente de grupos de renda média em Teerã a partir de um referencial bourdieusiano, com foco no entrelaçamento entre sofrimento social e deslocamento espacial no contexto das recentes crises econômicas no Irã. Do ponto de vista empírico, a pesquisa baseou-se em 32 entrevistas com indivíduos que atravessavam essa trajetória, das quais 25 constituíram o núcleo analítico. Dois desafios metodológicos centrais exigiram uma abordagem bourdieusiana reflexiva e relacional. Primeiro, os participantes foram convidados a articular formas crônicas e sedimentadas de sofrimento social — aquilo que Bourdieu chamou de *misère du monde* — que se desenvolveram ao longo de muitos anos. Segundo, essas experiências estavam intimamente ligadas a processos de pauperização que, para as classes médias, carregam um estigma particular.

Esse duplo vínculo corria o risco de reduzir as entrevistas a trocas formulaicas ou, de modo ainda mais crítico, de reproduzir a violência estrutural no próprio encontro de pesquisa. Uma metodologia cuidadosa, baseada na construção de confiança, era essencial para engajar-se eticamente com essas narrativas de perda e deslocamento.

RJ & NS: **O que emerge de suas reflexões é que o método nunca é apenas uma questão de técnica; ele é moldado pelas condições nas quais a pesquisa se desenvolve: onde o acesso é precário, as informações são retidas e o próprio campo permanece instável. Diante dessas condições, em suas pesquisas sobre o Irã, como vocês têm lidado com as tensões éticas relacionadas ao risco — seja para vocês mesmos, para seus interlocutores ou para seus dados? Que princípios éticos têm orientado suas decisões e de que maneiras eles podem complicar ou desafiar os marcos dominantes da ética em pesquisa?**

Ladan Rahbari: Como muitos sociólogos que pesquisam o Irã, enfrento continuamente questões complexas relacionadas à segurança e à confidencialidade de meus interlocutores, bem como à minha própria segurança e à de outros pesquisadores que trabalham comigo ou para mim. No entanto, um dos desafios mais significativos que enfrentei recentemente não veio do próprio campo de estudo nem do Estado iraniano, mas do processo de avaliação ética da minha própria universidade.

Depois de submeter o projeto que mencionei em meu comentário anterior e obter financiamento para realizá-lo, o comitê de ética da minha universidade classificou-o como de alto risco, com base na suposição de que qualquer contato com pessoas no Irã poderia acionar o aparato (remoto) de vigilância do Estado iraniano, levando a que eu, minha instituição e os usuários de redes sociais que estudo nos tornássemos alvos. Reconheço que essas preocupações não eram totalmente infundadas e, de fato, compartilho algumas delas. No entanto, os protocolos propostos para mitigar esses riscos de segurança não estavam suficientemente fundamentados e tornariam a pesquisa extremamente difícil — ou quase impossível — de ser realizada.

Uma das recomendações foi obter consentimento informado de todos os usuários de redes sociais presentes no conjunto bastante amplo de dados com o qual eu pretendia trabalhar. Isso seria uma tarefa inviável e, além disso, contraproducente, pois poderia inclusive colocar esses usuários em maior risco ao estabelecer um contato direto comigo. Outra recomendação foi realizar toda a análise em um ambiente digital altamente securitizado e apagar imediatamente os dados, o que me impediria de revisar o material ou verificar minhas conclusões.

Após meses de negociação, finalmente obtive autorização para prosseguir. Foi um processo longo, que atrasou o início do projeto por vários meses. Depois de passar por esse processo, fiquei profundamente desanimada e optei por não coletar novos dados. Em vez disso, utilizei um conjunto de dados já existente, compilado por um colega de outra universidade nos Países Baixos, que já havia obtido aprovação ética de sua instituição. Tive muita sorte de que esse conjunto de dados já estivesse disponível.

Compartilho essa história para mostrar como os próprios marcos institucionais de ética (ocidentais) podem acabar funcionando como instrumentos de securitização, especialmente quando se trata de pesquisas centradas nos chamados contextos não ocidentais, percebidos como “sensíveis” e de “alto risco”. Esses processos, embora bem-intencionados, correm o risco de restringir a liberdade acadêmica, especialmente para pesquisadores migrantes e diaspóricos como eu, ao levar à autocensura ou ao desestímulo dos pesquisadores a ponto de acabarem mudando completamente seus temas ou estratégias de pesquisa.

Mahbubeh Moqadam: A securitização institucional descrita por Ladan ressoa com um dilema ético relacionado que fre-

quentemente enfrento em meu próprio trabalho. Em minha pesquisa sobre o ativismo digital da Geração Z no Irã, tensões éticas surgem com frequência em torno das questões de visibilidade e risco.

Um caso particularmente significativo envolveu uma adolescente cujo conteúdo público no *Instagram* se tornou emblemático durante o movimento “Mulher, Vida, Liberdade”. Embora suas publicações tenham sido amplamente compartilhadas, optei por não citá-las diretamente. Em vez disso, anonimizei e parafraseei seu conteúdo, incorporando-o a narrativas compostas para evitar a reidentificação. Tenho priorizado consistentemente a segurança e o consentimento dos participantes em detrimento da suposta “completude” dos dados. Embora alguns marcos éticos considerem dados públicos como neutros, não posso ignorar os perigos da hipervisibilidade em um contexto politicamente tão sensível.

Após a repressão ao movimento, a jovem apagou muitas de suas publicações e *stories*. O tom de seu perfil mudou de maneira perceptível: os destaques de seu *Instagram* e as publicações em seu canal no *Telegram* passaram de comentários sociopolíticos para conteúdos de humor e curiosidades. Essa mudança evidenciou os riscos reais da exposição.

Outras preocupações éticas surgiram durante entrevistas *online* com participantes que estavam no Irã. Utilizei plataformas criptografadas, como o *Signal*, evitei gravar as conversas salvo quando havia autorização explícita e garanti total anonimato. Essas práticas não são apenas escolhas técnicas, mas compromissos éticos moldados pelas condições precárias nas quais tanto pesquisadores quanto participantes atuam.

Reza Sohrabi: A atenção de Mahbubeh à questão da visibilidade me faz pensar em uma tensão mais ampla que muitos de nós enfrentamos: como preservar a integridade das narrativas dos participantes sem aumentar sua vulnerabilidade. Em minha pesquisa, enfrentei esse desafio ético por meio de uma abordagem flexível e centrada nos participantes, que lhes permitia avaliar e moldar o processo de entrevista à medida que ele se desenvolvia.

A realização de entrevistas anônimas mostrou-se essencial. Ela permitiu que os participantes falassem com mais liberdade, sem medo de represálias. O anonimato reduziu significativamente a ansiedade que muitos sentiam ao expressar suas opiniões. Em um caso, um ativista compartilhou uma crítica detalhada às políticas governamentais de gestão da água. Embora a conversa tenha sido aberta, o participante posteriormente manifestou preocupação quanto à possibilidade de seus comentários serem rastreados. Após discutirmos os riscos, ele se tranquilizou ao saber que sua opinião não poderia ser identificada e consentiu em sua inclusão na pesquisa.

Ainda assim, tomei medidas adicionais para reforçar o anonimato, omitindo referências temporais e geográficas específicas a fim de reduzir o risco de exposição. Isso me

permitiu preservar o conteúdo substantivo do relato, ao mesmo tempo em que protegia a identidade do participante.

Essa experiência reforçou para mim que a pesquisa ética, especialmente em contextos politicamente sensíveis, exige não apenas atenção à ética da visibilidade, mas também um compromisso com a segurança dos participantes como parte integrante do próprio trabalho de pesquisa. Flexibilidade e sensibilidade às preocupações dos participantes foram fundamentais para criar um espaço de confiança e, em última instância, tornar a pesquisa possível.

Maral Latifi: Assim como Reza, passei a compreender a ética não como uma lista de verificação, mas como uma relação em permanente construção. Para mim, isso exigiu repensar não apenas o anonimato, mas também a própria gramática do engajamento com os participantes. Resistir eticamente à objetificação dos participantes significou deslocar-me de um “você” que exterioriza para um “nós” coletivo e empático.

Seguindo a abordagem de Bourdieu em *A Miséria do Mundo*, recrutei participantes por meio de redes sociais de confiança — seja por conhecidos diretos, seja por indicações. Essa estratégia reduziu a distância simbólica e criou condições para o compartilhamento de experiências estigmatizadas. Ela foi ainda reforçada por minha própria proximidade biográfica, já que eu mesma vivenciei formas de rebaixamento espacial. Essas afinidades contribuíram para favorecer uma compreensão mútua e possibilitaram interpretações mais nuançadas.

Entretanto, as mesmas condições que facilitaram a confiança e o acesso também tornaram a anonimização mais complexa e exigiram adaptações metodológicas. Por exemplo, optei por abrir mão do retrato biográfico, que talvez captasse melhor a profundidade relacional do sofrimento dos participantes, em favor de uma análise temática, que oferecia maior proteção à identidade, ainda que à custa de certa coerência narrativa.

Fatemeh Moghadasi: O ponto levantado por Maral sobre proximidade e risco evidencia um dilema que frequentemente enfrento: a própria confiança e intimidade que sustentam a pesquisa ética podem entrar em conflito com instituições estatais que percebem a investigação crítica como uma ameaça política. Embora a academia ofereça aos pesquisadores certo grau de liberdade na escolha de temas e métodos, essa liberdade se estreita rapidamente quando a pesquisa ultrapassa os limites acadêmicos — seja por meio da colaboração com instituições estatais, seja pela divulgação pública dos resultados. Essas limitações não são meramente técnicas ou burocráticas; são profundamente éticas e ideológicas.

No campo da formulação de políticas educacionais, a crítica costuma ser tolerada quando dirigida a ineficiências gerenciais ou a falhas do executivo. Mas, quando passa a questionar questões mais profundas — como os funda-

mentos ideológicos do sistema educacional, os valores normativos incorporados nas escolas ou problemas de justiça linguística, cultural e política — ela frequentemente provoca reações que não se baseiam no debate acadêmico, mas na vigilância ideológica ou no controle político. Em um ambiente como esse, a crítica estrutural raramente é bem-vinda. Com frequência, ela é descartada como “manobra política” ou acusada de “minar as instituições nacionais”. Essas condições colocam o pesquisador em uma posição ética difícil, exigindo negociações constantes entre integridade científica, acesso ao campo e segurança pessoal ou profissional, especialmente em pesquisas orientadas pela justiça social, que envolvem riscos e complexidades próprios.

Nafiseh Azad: As reflexões de Fatemeh sobre a politização da liberdade de pesquisa ressoam com meu trabalho nos estudos sobre mulheres, onde preocupações com segurança e consentimento moldam cada etapa do processo. Dado que minha pesquisa se baseia em métodos etnográficos e em amostragem intencional, o anonimato é essencial, especialmente em pesquisas sobre mulheres. Utilizo uma série de estratégias para proteger as participantes, incluindo o armazenamento anonimizado dos dados, a remoção de detalhes identificadores e a exclusão das entrevistas após a conclusão da pesquisa. As participantes podem retirar suas entrevistas a qualquer momento, total ou parcialmente, e podem solicitar que eu interrompa a gravação a qualquer instante. Tomo todas as medidas possíveis para garantir sua segurança. Evito compartilhar entrevistas por aplicativos de mensagens ou por *e-mail* e só as compartilho com outros membros da equipe de pesquisa quando as participantes dão consentimento explícito.

Em alguns casos, recusei-me a submeter pesquisas a instituições financiadoras quando as participantes não concordaram em compartilhar as entrevistas originais. Em outros, assumi inteira responsabilidade pela análise escrita, a fim de evitar revelar os nomes ou os locais das mulheres participantes. Essas precauções tornam-se ainda mais desafiadoras fora do sistema universitário, onde as proteções institucionais e os recursos disponíveis são limitados.

Talvez o aspecto mais doloroso e inevitável desse trabalho seja o fato de que, por vezes, abandono preventivamente áreas inteiras de pesquisa quando sinto que não posso garantir a segurança dos dados, das participantes ou mesmo a minha própria segurança na divulgação dos resultados.

RJ & NS: E, no entanto, essas tensões éticas e metodológicas não são apenas locais: elas estão inscritas em estruturas globais de poder e são moldadas pelas políticas do conhecimento. Desde quais perguntas podem ser formuladas até quais narrativas são consideradas creíveis, o poder define o que conta como pesquisa. De que maneira dinâmicas globais — como sanções, a posição da diáspora ou as expectativas da academia ocidental — moldam a produção, a circulação e a recepção do conhecimento sociológico sobre o Irã?

Maral Latifi: Um outro obstáculo, menos visível, à produção de conhecimento sociológico no Irã é a demanda predominante de que a pesquisa sociológica responda aos desdobramentos políticos imediatos ou preveja os resultados de protestos coletivos. Esse imperativo, enraizado no discurso da “sociedade em transição”, desestimula de forma sutil a pesquisa de base sobre as dinâmicas do espaço social. Paradoxalmente, tais pressões restringem o surgimento de uma sociologia iraniana capaz de oferecer uma elucidação nuançada do presente e de imaginar possíveis futuros sociais.

Fatemeh Moghadasi: Desenvolvendo o ponto levantado por Maral, tenho observado que mesmo iniciativas voltadas à realização de pesquisas de longo prazo ou de caráter mais fundamental frequentemente esbarram em limitações estruturais de financiamento. Um dos principais obstáculos à pesquisa sociológica no Irã é a dependência de universidades e centros de pesquisa de projetos encomendados, geralmente financiados por instituições governamentais ou semigovernamentais. Esses projetos seguem um modelo de “solicitação e resposta”, deixando pouco espaço para investigações independentes ou de longo prazo.

Em minha experiência, já elaborei propostas sobre questões sociais urgentes que nunca se concretizaram devido à falta de financiamento. Isso não apenas desperdiça potencial de pesquisa, como também enfraquece a motivação e reduz a qualidade da produção de conhecimento.

No plano internacional, o Irã raramente é priorizado como estudo de caso em pesquisas sobre políticas sociais. As agendas de pesquisa de instituições voltadas para o Oriente Médio e Norte da África (MENA) tendem a alinhar-se aos interesses de organismos internacionais ou a privilegiar casos com acesso mais fácil a dados. Como resultado, as questões iranianas são frequentemente marginalizadas ou reduzidas a enquadramentos geopolíticos e de segurança.

Essa lacuna torna-se evidente na literatura sobre privatização da educação. Países como Afeganistão e Iraque — apesar de enfrentarem crises — são frequentemente analisados, enquanto o Irã, embora tenha passado por mudanças significativas de política pública, permanece amplamente ausente. Isso se deve, em parte, à falta de um sistema transparente de dados e à ausência de colaborações internacionais sustentadas, fatores que dificultam posicionar o Irã como um objeto “analisável” nos marcos de pesquisa transnacionais.

Reza Sohrabi: Desenvolvendo o ponto levantado por Fatemeh sobre as exclusões estruturais, gostaria de destacar como as sanções internacionais reconfiguram até mesmo os aspectos mais básicos da logística da pesquisa acadêmica, especialmente para pesquisadores que vivem na diáspora. As sanções econômicas dos Estados Unidos contra o Irã afetam os pesquisadores de diversas maneiras. Durante meu trabalho de campo,

não pude oferecer apoio financeiro nem enviar presentes aos participantes, já que transações internacionais — incluindo cartões-presente — estavam bloqueadas.

Também solicitei um financiamento externo para pesquisa, mas minha candidatura nunca chegou a ser avaliada porque meu trabalho de campo estava baseado no Irã. A justificativa mencionava uma proibição de pesquisas em “zonas de guerra” — uma classificação que incluía o Irã, apesar da ausência de conflito ativo nos últimos anos. Isso revela como imaginários militarizados mais amplos sobre o Oriente Médio e o Sul Global moldam classificações ocidentais, distorcendo as realidades locais e excluindo pesquisadores da diáspora de recursos essenciais.

Experiências como essa evidenciam as limitações específicas enfrentadas por pesquisadores que trabalham a partir da diáspora, incluindo mobilidade restrita, dificuldade de acesso a financiamento e obstáculos acadêmicos estruturais que não são enfrentados por aqueles que atuam em contextos menos politizados.

Nafiseh Azad: O isolamento a que Reza se refere não é apenas material; ele é profundamente intelectual. Falando a partir do Irã, vivencio um isolamento sufocante moldado tanto pelas sanções internacionais quanto pelas restrições internas. As sanções têm limitado o acesso a recursos acadêmicos, programas de formação e ferramentas essenciais de pesquisa. A participação em conferências internacionais frequentemente é bloqueada por negativas de visto e, nos últimos anos, tornou-se praticamente impossível. Essas barreiras são agravadas pelas próprias restrições impostas pelo governo iraniano à participação em eventos internacionais, o que conduz a um isolamento generalizado dos pesquisadores iranianos — um isolamento que não está emergindo agora, mas que já se encontra profundamente enraizado.

Ainda mais preocupantes, porém, são as expectativas e os vieses presentes nas instituições acadêmicas ocidentais, que frequentemente obscurecem as complexidades e a diversidade da sociedade iraniana, especialmente no que diz respeito às mulheres. Visões estereotipadas das mulheres muçulmanas do Oriente Médio continuam a moldar as percepções de pareceristas e editores de periódicos. Um de meus artigos recentes foi rejeitado por uma importante revista de estudos de gênero porque seus resultados foram considerados incompreensíveis ou inaceitáveis. Acredito que isso decorreu de uma dissonância entre minha pesquisa e as narrativas ocidentais dominantes sobre mulheres muçulmanas. Expressões de agência, resistência ou abordagens alternativas em relação à família e à maternidade são frequentemente questionadas em um nível fundamental.

Ao longo do processo de avaliação, senti cada vez mais que estava sendo tratada não como pesquisadora, mas como uma coletora de dados. Em outro artigo — que acabou sendo publicado após extensas revisões — tive a clara impressão de que os pareceristas, apesar de nunca terem estado

no Irã, acreditavam compreender as mulheres iranianas melhor do que eu. Tentativas de representar as mulheres em toda a sua diversidade e transformação frequentemente encontram forte resistência nos espaços acadêmicos globais. Esse problema torna-se ainda mais evidente em contextos de conferências, onde dinâmicas semelhantes se repetem. Infelizmente, alguns pesquisadores iranianos que atuam em instituições ocidentais também reforçam essas dinâmicas, avaliando o trabalho de seus pares através da mesma lente exotizante. No entanto, o que emerge de um trabalho de campo aprofundado são mulheres cujas vidas e escolhas desafiam essas narrativas redutoras.

Ladan Rahbari: Quero deslocar o foco para a política da voz e da credibilidade nos espaços diaspóricos, particularmente no interior da academia ocidental. Como acadêmica que integra a vasta diáspora iraniana e que dispõe, em certa medida, de recursos institucionais que lhe conferem algum grau de autonomia, estou ao mesmo tempo protegida da repressão direta do Estado iraniano e beneficiada por formas de apoio às quais nem todos têm acesso. Embora eu não esteja inteiramente a salvo de vigilância remota ou assédio, enfrento outras formas de controle de acesso, tanto no interior das instituições acadêmicas quanto, infelizmente, também em círculos da diáspora iraniana.

Tenho observado também que certos tipos de vozes, especialmente aquelas percebidas como especialistas seculares e alinhados ao Ocidente (por vezes autoprotoclamados), são mais facilmente acolhidos em contextos ocidentais. São também essas vozes que tendem a reproduzir narrativas coloniais ou orientalistas de salvacionismo ocidental. Em um ambiente assim, torna-se difícil ser ouvido quando determinadas narrativas diaspóricas, às vezes dominantes, já moldaram os enquadramentos considerados aceitáveis ou preferíveis.

Isso torna ainda mais importante produzir pesquisas empiricamente fundamentadas e ancoradas na realidade. No entanto, como mencionei em meu comentário anterior, protocolos de pesquisa hipersecuritizados colocam obstáculos sérios não apenas à coleta e ao tratamento de dados, mas ao próprio processo mais amplo de produção do conhecimento. Também me identifico com o que Nafiseh menciona sobre a maneira como as instituições operam dentro de paradigmas epistemológicos já estabelecidos e demonstram pouca abertura quando se trata de conhecimentos alternativos ou de outras formas de produção de conhecimento. O que precisamos fazer, a meu ver, é rejeitar a abordagem que nos vê como minas de dados destinadas a confirmar teorias ocidentais previamente estabelecidas: o contexto iraniano possui especificidades próprias e é melhor compreendido por meio de uma combinação de repertórios de conhecimento que são locais, regionais e, sim, também por vezes transnacionais. O que mais necessitamos agora é de pesquisas rigorosas e nuançadas que resistam a enquadramentos redutores, importados, repetidos e frequentemente já desgastados.

Digo tudo isso, mas também sei que não é simples. Existem pressões institucionais e neoliberais para simplificar as realidades políticas e sociais do Irã. E nem tudo pode ser atribuído apenas às estruturas. Acadêmicos, como qualquer outra pessoa, fazem parte de um mercado capitalista orientado por benefícios, e às vezes fazer certas escolhas tem custos elevados. Navegar por esses desafios, juntamente com restrições metodológicas e éticas, normas disciplinares, disputas no interior da diáspora e persistentes mecanismos de controle de acesso, é realmente exaustivo. Para muitos acadêmicos (especialmente aqueles em início de carreira), que tentam sobreviver em um mercado de trabalho brutalmente competitivo, tais decisões epistemológicas acabam profundamente entrelaçadas com a própria vida pessoal. Como nós, sociólogos, gostamos de dizer: é complicado.

Mahbubeh Moqadam: A reflexão de Ladan sobre o esgotamento ressoa profundamente em mim. Em meu próprio trabalho, tenho observado como epistemologias dominantes restringem aquilo que é reconhecido como conhecimento válido. Baseio minha pesquisa em abordagens feministas transnacionais e anticoloniais, tratando as dinâmicas globais de poder não como limitações externas, mas como elementos centrais para compreender como o conhecimento sobre o Irã é produzido, circula e é recebido.

Como pesquisadora da diáspora, me benefico de formas de visibilidade — plataformas, acesso linguístico e oportunidades de publicação — frequentemente negadas àquelas cujas vidas e formas de resistência estudo. Ainda assim, as sanções, as tensões entre Estados Unidos e Irã, a censura e a vigilância continuam a limitar meu acesso a arquivos, ao trabalho de campo e à colaboração com pesquisadores no Irã.

Ao mesmo tempo, a academia ocidental tende a privilegiar formas liberais e institucionais de conhecimento centradas na legalidade, em políticas públicas ou em reformas ao mesmo tempo que negligencia o significado político do afeto, da memória, da estética e das formas cotidianas de resistência. Meu trabalho sustenta que essas práticas, menos facilmente reconhecíveis nos marcos convencionais, são politicamente vitais. Isso não é apenas uma posição teórica, mas também um reflexo das condições específicas do Irã e das estratégias criativas de luta que emergem nesse contexto.

Trata-se também de um compromisso ético de resistir a enquadramentos extrativistas e de colocar no centro formas de conhecimento enraizadas na experiência incorporada. Trata-se de uma recusa feminista a tornar a pesquisa inteligível apenas nos termos definidos pelo Norte Global. ■

> A economia política e social da migração laboral

por **Karen Shire**, Universidade de Duisburg-Essen, Alemanha, **Heidi Gottfried**, Universidade Estadual de Wayne e Fundação Russell Sage, EUA, e **Rina Agarwala**, Universidade Johns Hopkins, EUA



Selos de uma exposição de arte.
Crédito: Karen Shire.

Durante séculos, a migração oscilou entre ser vista como uma oportunidade para alguns e uma maldição para outros. Do século XV ao XIX, a migração da Europa para o Sul e Sudeste Asiático, América do Norte e do Sul e África ofereceu novos recursos, terras e oportunidades aos imigrantes europeus. Mas esses mesmos fluxos migratórios significaram conquista, desapropriação de terras, doenças, violência e (em alguns casos) aniquilação cultural total para as populações nativas dos países receptores. Durante os séculos XVIII e XIX, a migração forçada

da África e do Sul da Ásia para outras partes da África, Ásia e, especialmente, para as Américas, trouxe riqueza para os colonizadores das nações receptoras, mas violência desumana e degradação para os próprios migrantes, sem mencionar as gerações de descendentes desses migrantes. Hoje, testemunhamos outra versão do mesmo dilema. Para bilhões de pessoas, a migração oferece a única chance de sobrevivência econômica e/ou segurança física. No entanto, esses mesmos fluxos migratórios estão criando profundas inseguranças e angústias para bilhões de nativos. Essas tensões estão le-

>>

vando um país após o outro a formar coalizões de direita alimentadas pelo ódio. Chegou a hora de oferecermos um novo conjunto de lentes analíticas para examinar a questão da migração, e os sociólogos estão bem posicionados para enfrentar esse desafio.

Esta seção especial aprofunda as análises sociológicas da economia política e social da migração laboral, concentrando-se nos Estados, nas políticas, nos atores e nos desafios enfrentados por pessoas que buscam melhorar seus meios de subsistência por meio da mobilidade, tanto interna quanto transfronteiriça. Os artigos que se seguem baseiam-se em contribuições originalmente apresentadas na conferência sobre a “Economia Política Internacional do Trabalho Migrante”, patrocinada pelo Comitê de Pesquisa em Economia e Sociedade (RCO2) da Associação Internacional de Sociologia e pela Fundação Sociedade Mundial, na Universidade de Duisburg-Essen, no verão de 2024. Abordam os Estados de origem e as políticas de emigração; o capital para investimento estrangeiro; as complexas interseções entre a migração rural-urbana e a migração transfronteiriça, especialmente de e para o Sul Global; comparações entre Estados de origem e de destino; a migração de trabalhadores qualificados e de baixa renda; e como todos esses fatores moldam as expectativas e as trajetórias de vida dos migrantes. Os países apresentados abrangem uma ampla geografia sociopolítica, revelando fluxos migratórios intrarregionais e transnacionais complexos em todo o sistema mundial.

> **Analisando os regimes de migração e desenvolvimento**

Uma inovação importante na análise sociológica da migração é a mudança na conceituação do papel e das consequências da migração laboral para os países de origem, onde a transformação econômica, social e política se torna intrinsecamente ligada à migração, no que Agarwala denomina “regime de migração-desenvolvimento”. Conforme resumido no artigo principal de Agarwala, três questões norteiam o estudo dos regimes de migração-desenvolvimento na Índia, onde Agarwala desenvolveu originalmente o conceito, e em outros contextos do mundo em desenvolvimento: primeiro, quem se beneficia da migração; segundo, quais são as consequências da migração; e terceiro, como a relação entre migração e desenvolvimento está em constante transformação.

Revelar quem se beneficia da migração pode contribuir para moldar positivamente a opinião pública e o apoio à migração. Analisar as consequências da migração, especialmente em relação às hierarquias de classes sociais e às coligações de elite, pode fornecer *insights* sobre a migração como um modelo de crescimento e seus efeitos sobre as proteções sociais. Por fim, estudar como os regimes de migração e desenvolvimento mudam ao longo do tempo pode gerar imaginários alternativos de como a migração pode beneficiar o desenvolvimento social.

Ao estudar a emigração da Índia para setores com salários mais baixos no exterior, Kumar examina se existiam acordos bilaterais entre os países de origem e de destino, uma prática que prometia, pelo menos nominalmente, garantir uma migração segura e ordenada. Kumar constata que esses acordos não consideram adequadamente a saúde e a segurança dos emigrantes indianos, em parte porque negligenciam a consulta e a participação de organizações de migrantes e sindicatos no desenvolvimento de medidas de proteção. Para o Estado indiano, a emigração serve a múltiplos propósitos: promove o desenvolvimento econômico, garante legitimidade política tanto interna quanto externamente e obtém consenso para um novo *habitus* neoliberal.

> **Migração de trabalho de cuidados e trabalho doméstico**

O trabalho sociológico sobre mobilidades migratórias há muito investiga as consequências da migração para o cuidado, tanto para as comunidades de origem que sofrem com a falta de serviços de cuidado, quanto para as desigualdades sociais nos destinos, onde as condições de trabalho exploratórias estão enraizadas em hierarquias sociais e étnicas globais. Esta série de artigos sobre migração interna e para o cuidado promove comparações transnacionais de mobilidades dentro do Sul Global e comparações entre migrações rurais-urbanas e transfronteiriças.

Vega-Salazar, Moreno, Castiblanco-Moreno e Pineda demonstram como as mobilidades Sul-Sul de mulheres na América Latina divergem sistematicamente dos fluxos Sul-Norte, que têm dominado as pesquisas sobre migração de cuidado. As cadeias globais de cuidado não são simples sistemas de transferência de trabalho reprodutivo. A grande população de mulheres venezuelanas que migram para a Colômbia leva consigo suas obrigações de cuidado em casa quando migram com seus filhos e outros adultos dependentes. No setor de trabalho de cuidado, contudo, as mulheres colombianas deslocadas também estão fortemente presentes, enquanto a migração irregular e a informalidade comuns no setor afetam as condições de trabalho e a segurança de subsistência das mulheres migrantes venezuelanas.

Ng e Ye comparam padrões no Leste e Sudeste Asiático, entre a migração rural-urbana de cuidadoras na República Popular da China e a migração transnacional de trabalhadoras domésticas de países de baixa renda para Singapura. As ideologias do “desenvolvimentismo móvel” operam de maneira muito semelhante em ambos os contextos, situando as trabalhadoras domésticas migrantes como menos modernas e, portanto, menos merecedoras de trabalho decente e tratamento justo por parte das famílias urbanas modernas para as quais trabalham.

>>

> Questionando pressupostos sobre migrantes instruídos e qualificados

Duas contribuições se concentram em análises de migrantes instruídos e qualificados, ainda relativamente negligenciados nos estudos sobre migração. Isso é especialmente verdadeiro para pesquisas sobre migração para os Estados do Golfo. Paul, Yavaş e Park discutem as descobertas de sua pesquisa sobre migrantes expatriados do Oriente Médio e Norte da África (MENA) e do Sul da Ásia para Dubai: um destino preferido em relação aos mercados de trabalho tradicionais do Norte Global. Embora o desenvolvimento de carreira e os padrões de vida em Dubai não diverjam muito dos contextos do Norte Global, os expatriados da região MENA e do Sul da Ásia consideram a proximidade geográfica, que permite visitas familiares facilmente, e a tolerância às identidades religiosas e étnicas, como fatores que tornam Dubai um destino preferencial em relação ao Norte Global. Essa condição, no entanto, não se aplica aos migrantes da África Subsariana, que sofrem discriminação em Dubai semelhante à vivenciada no Norte Global. Cidades globais como Dubai são locais de incorporação de um grande número de imigrantes de baixa renda que atendem a expatriados de elite, criando uma economia feminizada precária de serviços reprodutivos.

Xu compara as motivações de migrantes da China, que se deslocam tanto internamente, quanto internacionalmente para o Canadá, em busca de educação. Pesquisas anteriores presumiam que a cidadania canadense e o registro urbano “hukou” na China eram as principais motivações para a migração educacional, tanto interna quanto internacional. Contrariando essa premissa, Xu constatou que os migrantes rurais em busca de educação estão mais interessados nas melhores perspectivas de emprego no mercado de trabalho urbano chinês após a graduação do que em um status de registro diferente (hukou). Os migrantes chineses em busca de educação no Canadá preferem a residência permanente à cidadania, assim como os chineses que migraram de regiões rurais da China para o Canadá, visto que a cidadania estrangeira poderia restringir sua mobilidade de volta à China e sua capacidade de viver em diferentes países.

> O caso da influência chinesa no Camboja

O artigo final de Lai e Siu concentra-se especificamente em como o investimento direto estrangeiro chinês no Camboja, responsável por 90% da indústria de vestuário e 55% de todas as fábricas de propriedade estrangeira, fortalece um modelo de capitalismo autoritário no país, onde o crescimento econômico dependente de investimento estrangeiro é priorizado em detrimento dos direitos trabalhistas e da participação democrática. Embora os trabalhadores do setor de vestuário cambojano continuem a lutar contra a exploração, a incidência de greves

diminuiu drasticamente, visto que o país busca oferecer mão de obra barata para atrair e apaziguar os investidores chineses. O regime de desenvolvimento migratório que emerge assemelha-se a pesquisas anteriores sobre desenvolvimento dependente na América Latina e em outros contextos do Sudeste Asiático.

> Ideologias e políticas influenciam se a migração oferece mobilidade social ou apenas fortalece as hierarquias existentes

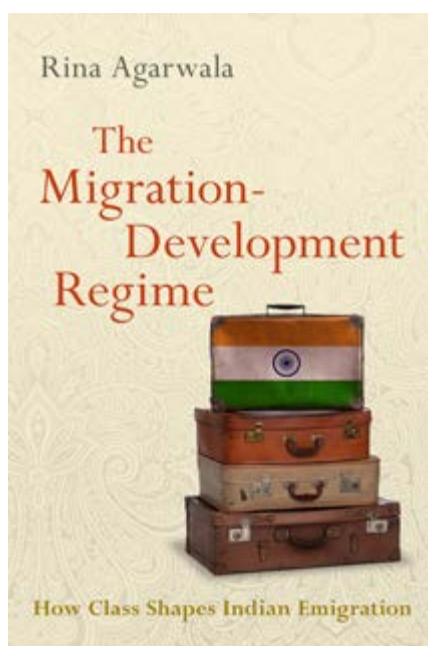
Novas vias para futuras pesquisas sociológicas sobre migração, sugeridas por estes artigos, apontam para a importância dos Estados – de origem e de destino – e seus modelos de desenvolvimento e investimento na definição da migração abrir oportunidades para mobilidade social e segurança de subsistência, ou resultar no aprisionamento de migrantes já vulneráveis em meios de subsistência precários. Classe social, assim como gênero e etnia, especialmente quando esta última se sobrepõe às diferenças nos níveis de renda dos países de origem e de destino, influencia fortemente essas possíveis consequências da migração. Embora os migrantes com maior nível de escolaridade sejam os que mais provavelmente se beneficiarão, isso depende de sua integração ou exclusão dos mercados de trabalho em seus destinos.

As ideologias e políticas de desenvolvimento são importantes para determinar se a migração representa uma oportunidade de mobilidade social ou se consolida hierarquias de gênero, classe e etnia. A governança internacional para uma migração segura e ordenada, contudo, ainda não garantiu equidade e proteção para migrantes em trabalhos de baixa remuneração. Além disso, as políticas nos países de destino ainda não oferecem aos migrantes qualificados as proteções sociais e políticas que buscam. As consequências da migração em relação às fronteiras e às questões de inclusão e exclusão são muito semelhantes para a migração interna e transnacional, que se cruzam em setores como o trabalho doméstico e de cuidados e a indústria de baixa qualificação. A migração Sul-Sul e a confluência da emigração e da imigração em um número crescente de contextos ressaltam a necessidade de mais pesquisas sobre as instituições e práticas que moldam as experiências dos migrantes em todo o mundo. ■

Contato com:
Karen Shire <karen.shire@uni-due.de>
Heidi Gottfried <ag0921@wayne.edu>
Rina Agarwala <agarwala@jhu.edu>

> Contribuições sociológicas para o desafio da migração

por **Rina Agarwala**, Universidade Johns Hopkins, EUA



Capa do livro *The Migration-Development Regime*, de Rina Agarwala, publicado pela Oxford University Press.

A migração global está entre os maiores desafios do nosso século. O próprio tema está influenciando os resultados das eleições, e as opiniões das pessoas sobre o assunto estão dividindo países, comunidades e até famílias. Como a sociologia pode ajudar a enfrentar esse desafio?

Durante décadas, os sociólogos têm ajudado a redirecionar nosso olhar, deixando de se concentrar apenas nos migrantes individuais e passando a compreender também as forças econômicas e sociais mais amplas que catalisam os fluxos migratórios internos e globais. A compreensão desses fatores estruturais ajudou a esclarecer quem migra, como e para onde migra e porque migra, apesar dos custos e riscos envolvidos. Por exemplo, os sociólogos analisaram os diferentes “fatores de repulsão” – como pobreza econômica, surtos de doenças, desapropriação de terras e violência – que levam certas populações a tomar a difícil e muitas vezes perigosa decisão de deixar seus lares e entes queridos nas regiões de origem. Os sociólogos também destacaram os diversos “fatores de atração” – como os marcos legais e

institucionais e a demanda por mão de obra – que atraem pessoas para determinadas regiões de destino em detrimento de outras. Sabendo que as pessoas não são simplesmente agentes racionais, os sociólogos também estudaram os processos mediadores – como redes étnicas, afinidades culturais e conjuntos de decisões em nível familiar/domiciliar – que impulsionam certos fluxos migratórios, mesmo quando não são os mais econômicos ou isentos de riscos.

Mas, como sociólogos, não devemos parar nossa investigação aqui. Em meu livro recente, *The Migration-Development Regime: How Class Shapes Indian Emigration* [O regime de migração-desenvolvimento: como a classe molda a emigração indiana], ofereço uma nova estrutura analítica que denomino regime de migração-desenvolvimento, ou RMD, que se baseia em nosso conjunto de ferramentas sociológicas para expandir a investigação de três maneiras importantes.

> Quem se beneficia dos regimes migratórios?

Primeiramente, devemos recorrer à nossa compreensão sociológica do poder para expor os atores não migrantes que não apenas perdem, mas também se beneficiam da migração. Embora as controvérsias públicas e políticas em torno da migração tenham demonstrado que ela afeta claramente populações muito além daquelas que de fato migram, os debates atuais tendem a se concentrar nos custos incorridos. No entanto, destacar exatamente quem, entre as populações não migrantes, está se beneficiando e como esses benefícios ocorrem pode explicar melhor por que os fluxos migratórios continuam, apesar dos custos e riscos envolvidos. Destacar esses beneficiários e os benefícios também pode ajudar a aumentar o apoio público à migração. Por fim, expor esses beneficiários e benefícios pode ajudar a identificar exatamente quais áreas necessitam de proteção.

Então, quais atores não migrantes se beneficiam da migração e como? No caso da migração global, sabemos que os empregadores nativos frequentemente obtêm maior lucro econômico e mobilidade social baseada em raça e gênero por meio da mão de obra migrante barata na esfera produtiva remunerada. Sociólogos também ajudaram a expor como as famílias nativas obtêm maior poder baseado

>>

em raça e gênero na esfera reprodutiva, remunerada e não remunerada, ao dependerem de migrantes para cuidar de seus idosos, de seus filhos e até mesmo de si mesmas.

A estrutura RMD destaca outro beneficiário que muitas vezes é obscurecido nos estudos sociológicos sobre migração: o Estado. Desde o início do século XX, os “Estados migratórios” dos países de origem e de destino controlam quem tem o direito de entrar ou sair de determinadas fronteiras nacionais. E, apesar da crescente popularidade do “transnacionalismo”, os Estados-nação ainda são os únicos atores com autoridade legítima para regular, restringir e governar o movimento transfronteiriço de pessoas. Mas essa governança é custosa. Então, por que os Estados se dariam ao trabalho? Com base no caso da Índia como país de origem de 1833 até o presente, demonstro como o governo indiano tem usado consistentemente a emigração como um vetor para alcançar crescimento econômico interno, garantir legitimidade política (em níveis nacional e global) e obter consenso para novas normas, hábitos e práticas. Por exemplo, os emigrantes indianos ajudaram a disseminar o movimento anti-imperialista e antirracista do início do século XX e um movimento pró-democracia na década de 1970. Mais recentemente, trabalhadores migrantes pobres que circulam entre a Índia e o Golfo transmitem ideais de empreendedorismo e autossuficiência, formulando identidades de cosmopolitismo global.

No entanto, questões importantes permanecem sem resposta para pesquisas futuras. Cada vez mais, os Estados atuam simultaneamente como Estados de origem e de destino. Como gerenciam esses papéis concorrentes? Como os regimes estatais em nível nacional diferem e potencialmente entram em conflito com os regimes estatais em nível subnacional? Nesse sentido, a estrutura RMD nos convida a romper com as atuais barreiras que separam as análises migratórias em nível nacional e internacional?

> Quais são as consequências exatas dos regimes migratórios?

Em segundo lugar, ao destacar os beneficiários exatos da migração, podemos também expor com mais precisão as consequências exatas (intencionais e não intencionais) da migração; o que, por sua vez, pode destacar melhor a natureza exata dos problemas que precisamos resolver.

No caso da Índia, utilizo a estrutura RMD para argumentar que uma consequência fundamental das políticas e práticas de emigração do Estado indiano, desde a década de 1830 até o presente, tem sido o agravamento e a consolidação das desigualdades de classe entre os cidadãos indianos. Por exemplo, após a abolição da escravatura em 1833, o regime colonial britânico incentivou a emigração de trabalhadores indianos pobres para servirem como trabalhadores braçais racializados (em regime de servidão por contrato, emprego informal e empregos profissionais de classe média). Contudo, desde a década de 1900 até os dias atuais, o governo indiano tem restringido legalmente a emigração de cidadãos pobres, enquanto permite que cidadãos da elite se desloquem livremente. Embora essas restrições à mobilidade tenham sido implementadas em nome

da proteção e do nacionalismo, elas ofereceram o que denomino “proteção paternalista”, que, por sua vez, aprofundou as desigualdades de classe na Índia e globalmente.

Entretanto, desde a década de 1980, o Estado indiano permitiu que seus emigrantes de elite formassem o que eu chamo de um “pacto de elite” com líderes empresariais e governamentais na Índia, o que, por sua vez, alterou a posição da Índia na ordem capitalista global pela primeira vez desde o século XIX. Devido às políticas e práticas de emigração do Estado indiano, os indianos-americanos, em particular, têm servido como um vetor transnacional fundamental para a transmissão de ideais e práticas neoliberais de privatização, autossuficiência e voluntariado dos espaços de elite dos EUA para as elites na Índia. Isso remodelou as empresas indianas, as organizações da sociedade civil, a educação, a saúde, os códigos tributários e os mercados imobiliários, tornando a Índia um novo tipo de ator econômico global. O ex-primeiro ministro do Reino Unido, de origem indiana e hindu, exemplificou como esses vetores transnacionais também se infiltram na esfera íntima; ele é casado com uma cidadã indiana e filha do fundador de uma das empresas de TI mais bem-sucedidas da Índia.

Mas, novamente, questões importantes permanecem sem resposta. Se a estrutura RMD expõe as desigualdades de classe, deveria também ser capaz de expor as consequências dos regimes migratórios baseadas em casta e gênero? Como os Estados migratórios consolidaram essas hierarquias ao longo do tempo?

> Como os regimes migratórios podem mudar e de que forma mudam?

Finalmente, como sociólogos, temos ampla formação na relação complexa e dinâmica entre estrutura e agência, e sabemos que o poder pode ser exercido de cima para baixo. Portanto, a estrutura RMD (Regime de Migração-Desenvolvimento) conceitua o Estado migratório não como uma entidade estática, mas como um campo de luta. Em nossas pesquisas sobre migração, portanto, não devemos apenas mostrar como as estruturas políticas e econômicas moldam a migração de cima para baixo, mas também como os migrantes, por vezes, remodelam os Estados e as estruturas econômicas de baixo para cima. Como resultado dessa relação dialética entre Estados e migrantes, os RMDs se transformam ao longo do tempo. No caso da Índia, meu livro traça a ascensão e queda de três RMDs distintos desde a década de 1830 até o presente. Pesquisas futuras devem rastrear as mudanças históricas que ocorreram nos RMDs de diferentes países e regiões subnacionais, e usar essas histórias para vislumbrar futuros alternativos.

Há décadas, os sociólogos vêm contribuindo de forma importante para a nossa compreensão da migração global. No entanto, os desafios contemporâneos estão tomando novos rumos, e nossa pesquisa precisa de uma renovação. A estrutura RMD oferece uma nova ferramenta para ajudar a expandir nossas pesquisas futuras. ■

Contato com:
Rina Agarwala <agarwala@jhu.edu>

> A prática do Estado indiano de uma migração segura e ordenada

por **Ashwin Kumar**, Universidade Cornell, EUA



Acenando com a bandeira indiana. Crédito: Ragu Raja, via Pexels.

Nas últimas décadas, surgiu uma literatura considerável sobre o papel do Estado, particularmente do Estado de origem, na gestão da migração para diversos objetivos políticos e de desenvolvimento. O apelo por uma migração segura e ordenada surge em paralelo ao discurso sobre como a migração e o desenvolvimento estão interligados. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas de 2015 e o Pacto Global para as Migrações, adotado em 2018, delineiam um paradigma para uma migração “segura, ordenada e responsável”.

Este ensaio explora as realidades desse modelo na prática e como os governos nacionais e subnacionais idealizam e implementam programas para esses fins. Especificamente, examino como a Índia, o maior emissor mundial de mão de obra migrante, vislumbra uma migração segura e ética por meio da disseminação de capacidades comercializáveis para potenciais trabalhadores migrantes. Para tanto, baseio-me em entrevistas com organizações de trabalhadores, bem como com agências federais e estaduais de qualificação e recrutamento, nas principais regiões emissoras de migrantes: Delhi, Kerala e Telangana.

> As promessas e limitações do “ecossistema de migração qualificada” para uma migração segura e ordenada

Como argumenta [Rina Agarwala](#), o Estado indiano, tanto colonial quanto pós-colonial, sempre interveio e interagiu com sua população migrante para alcançar seus próprios objetivos de desenvolvimento. Uma das principais formas dessa intervenção foi garantir a segurança de seus trabalhadores migrantes.

Mais recentemente, o Estado indiano tem tentado promover o recrutamento ético, fornecendo aos trabalhadores migrantes capacidades comercializáveis e enviando-os por meio de canais oficiais negociados em acordos bilaterais de trabalho (ABTs) com os países receptores. Embora limitados em sua aplicabilidade, esses acordos visam garantir um conjunto de normas mutuamente acordadas sobre práticas de recrutamento seguras e éticas,

>>

bem como salários e proteções trabalhistas nos países de destino. Em fevereiro de 2025, o governo federal indiano, assim como alguns governos estaduais, firmou ABTs baseados em capacitações com países como [Alemanha](#), [Israel](#) e [Japão](#) para uma ampla variedade de ocupações e setores, incluindo construção civil, elétrica, trabalhos técnicos e saúde. Por meio desses acordos, o governo indiano argumentou que também poderia controlar melhor o funcionamento das agências privadas, que ainda dominam o mercado de recrutamento, por meio de monitoramento e [colaboração](#) ocasional. Novos atores (nomeadamente agências [federais](#) e [estaduais](#), além de agências privadas de desenvolvimento de capacidades) entraram agora no ecossistema de “migração qualificada”.

No entanto, a implementação desses programas tem sido desafiadora dentro da estrutura fragmentada do sistema federalista de gestão migratória indiano. Os atores federais e estaduais perseguem objetivos e estratégias diferentes, além de manterem posicionamentos políticos distintos, o que gera competição e confusão durante o processo de implementação. Minhas entrevistas com agências federais e estaduais de capacitação revelaram uma forte competição entre elas, que buscam superar umas às outras na obtenção de contratos e destaque institucional, bem como competir com as inúmeras agências privadas de recrutamento e capacitação já existentes. Isso levou à falta de colaboração e criou confusão sobre os padrões para a capacitação de migrantes. Por exemplo, enquanto o recente acordo Índia-Alemanha exigia o cumprimento de padrões rigorosos de capacitações e treinamento linguístico antes que o recrutamento pudesse ocorrer, o acordo Índia-Israel, já estabelecido há mais tempo para trabalhos na construção civil, exigia apenas um teste superficial baseado em tarefas.

> Aspectos práticos e éticos da migração “segura” para zonas de perigo

O acordo entre a Índia e Israel, de fato, gerou grande controvérsia a respeito do que constituía uma migração laboral segura e ética. Quando questionei as autoridades sobre a segurança do envio de trabalhadores indianos para uma zona de conflito ativo, tanto as agências federais quanto as estaduais de Telangana justificaram sua decisão assegurando uma supervisão governamental rigorosa. Os trabalhadores receberiam um bom salário pelo seu trabalho, e o acordo cobria inclusive alimentação e acomodação. Caso os trabalhadores se encontrassem em situação de perigo, os consulados indianos cuidariam de suas necessidades, incluindo a evacuação, se necessário.

Por outro lado, as agências estaduais de Kerala questionaram a segurança e a ética do acordo bilateral. Em contraste com a postura mais ambivalente do governo federal em relação ao conflito, o governador de Kerala condenou oficialmente os ataques de Israel em Gaza

em dezembro de 2023. As agências de recrutamento do governo de Kerala confirmaram que, após a declaração do governador, recusaram-se a enviar trabalhadores para Israel nos termos deste acordo. Como argumentou um agente de recrutamento do estado de Kerala:

“Nós [agências governamentais] devemos nos concentrar no recrutamento ético de trabalhadores para diversos destinos. Enviá-los para uma zona de guerra ativa é anti-ético a qualquer tipo de ética!”

A extensão da incapacidade do governo indiano em proteger os trabalhadores também ficou evidente nas práticas de contratação e demissão. Poucos meses após a chegada do primeiro grupo de trabalhadores a Israel, uma [reportagem](#) investigativa revelou que quase 2.000 trabalhadores indianos foram demitidos de seus empregos por empreiteiras israelenses locais, resultando na deportação de muitos deles. Os empregadores alegaram “falta de qualificação” como motivo das demissões. E o governo pouco pôde fazer para remediar a situação. Esse incidente expôs diversas falhas na visão do programa de facilitar uma migração “segura, ordenada e responsável”.

> Incluir as vozes dos trabalhadores

Por fim, além dos governos federal e estaduais, a sociedade civil também importa. Tradicionalmente, organizações de trabalhadores, grupos civis e redes transnacionais de trabalhadores têm sido fundamentais na defesa dos direitos dos migrantes. Minhas entrevistas revelam que, à medida que a gestão governamental do trabalho migrante se expande, a voz dos organizadores de trabalhadores migrantes tem diminuído. Por exemplo, os sindicatos indianos se opuseram ao acordo da Índia com Israel, argumentando que não era ético agravar a opressão contínua dos palestinos. No entanto, sindicatos e outras organizações de migrantes confirmaram que não foram consultados durante a formulação desses acordos.

Os organizadores observaram que qualquer iniciativa em prol do recrutamento seguro e ético de trabalhadores migrantes precisa levar em consideração as perspectivas daqueles que defendem os direitos dos trabalhadores migrantes no território. No contexto do endurecimento das fronteiras globais, a inclusão dessas pessoas torna-se cada vez mais crucial, especialmente em nível transnacional. Além de capacitar os trabalhadores migrantes e conectá-los com empregadores dispostos a contratá-los, qualquer esperança de uma migração segura e ordenada exigirá uma visão mais inclusiva para garantir os direitos dos trabalhadores migrantes. ■

Contato com:
Ashwin Kumar <ak2398@cornell.edu>

> Cuidando além das fronteiras: mulheres migrantes venezuelanas na Colômbia

por **María Camila Vega-Salazar**, Universidade dos Andes, Colômbia, **Carolina Moreno**, Universidade dos Andes, Colômbia, **Suelen Castiblanco-Moreno**, Universidade de La Salle, Colômbia, e **Javier A. Pineda D.**, Universidade dos Andes, Colômbia



Tendas de assentamento em uma floresta com roupas estendidas sobre uma trilha. Crédito: Luna Andrade Arango, via Pexels.

Na virada do século XXI, a socióloga Arlie Hochschild introduziu a noção de cadeias globais de cuidado – redes transnacionais de mulheres que transferem responsabilidades de cuidado através de fronteiras, tipicamente de países mais pobres para países mais ricos. Esse conceito deu origem a um sólido campo acadêmico que analisa como gênero, classe e migração se entrelaçam com o cuidado. Grande parte da literatura se concentra na migração Sul-Norte: mulheres do Sul Global se deslocando para nações mais ricas para atender às crescentes demandas de cuidado. Mas o que acontece quando as cadeias de cuidado operam dentro do próprio Sul Global? Acadêmicos latino-americanos têm examinado justamente isso, revelando padrões complexos

de migração e cuidado em países como [Chile](#), [Brasil](#), [Argentina](#) e, mais recentemente, Colômbia.

Este artigo muda o foco para a migração Sul-Sul, usando o caso das mulheres venezuelanas que migraram para a Colômbia em grande número desde 2015. No final de 2023, quase 2,9 milhões de venezuelanos haviam se mudado para a Colômbia, com as mulheres superando ligeiramente os homens em número. Muitas dessas mulheres não apenas enfrentam políticas de imigração precárias e mercados de trabalho hostis, mas também assumem responsabilidades de cuidado remunerado e não remunerado.

Nosso argumento central é que a teoria da cadeia global de cuidados precisa ser revisada para refletir as rea-

>>

lidades dos fluxos migratórios regionais, feminizados e, muitas vezes, circulares no Sul Global. Essas dinâmicas de cuidado nem sempre seguem os mesmos padrões observados em países mais ricos. Por exemplo, mulheres migrantes frequentemente viajam com seus filhos, formam famílias multigeracionais no país de destino ou continuam a cuidar de outras pessoas dentro de suas próprias famílias. Nesses contextos, o trabalho de cuidado é reconfigurado, e não simplesmente transferido.

> Trabalho de cuidado na Colômbia: um cenário complexo

A Colômbia foi marcada ao longo dos anos pelo deslocamento interno causado por conflitos armados, o que contribuiu para uma grande população de mulheres que trabalham nos setores informais de cuidados e doméstico. Atualmente, o país também é um importante destino para migrantes internacionais, principalmente mulheres venezuelanas.

Inicialmente, o governo colombiano respondeu ao fluxo migratório venezuelano com ajuda humanitária. Posteriormente, introduziu mecanismos de regularização legal, notadamente a Permissão de Proteção Temporária (PPT), que oferecia acesso a trabalho e serviços básicos. No entanto, atrasos administrativos, mudanças na vontade política e fiscalização limitada deixaram muitos migrantes sem documentos e vulneráveis à exploração laboral.

Isso é especialmente verdadeiro na economia do cuidado. Usando dados da pesquisa nacional por amostra de domicílios (GEIH) da Colômbia, constatamos que, apesar de terem níveis de escolaridade relativamente altos, as mulheres venezuelanas estão sobrerrepresentadas em setores informais de baixa remuneração, como hotelaria, alimentação e varejo. Surpreendentemente, o trabalho doméstico não é o principal setor de atuação dessas mulheres. Esse papel é amplamente desempenhado por [mulheres colombianas deslocadas internamente](#), o que reflete como os conflitos internos da Colômbia moldaram seu próprio mercado de trabalho de cuidado.

As mulheres venezuelanas que trabalham como domésticas tendem a ser mais jovens e mais escolarizadas do que suas contrapartes colombianas, porém enfrentam maiores taxas de informalidade e exclusão da proteção social. Por exemplo, em 2023, 40% das trabalhadoras domésticas venezuelanas não possuíam plano de saúde e apenas 7% estavam inscritas em sistemas de previdência, apesar de trabalharem em tempo integral. A maioria possui apenas contratos de trabalho verbais, o que agrava ainda mais sua situação precária.

> Além dos números: uma crítica feminista

Nosso estudo defende uma abordagem mais interseccional para analisar o trabalho de cuidado. Gênero não é

a única variável em jogo. Origem nacional, situação legal, raça, idade e escolaridade se inter cruzam para moldar a distribuição das responsabilidades de cuidado e quem fica excluída.

O caso venezuelano também levanta questões sobre a sustentabilidade das atuais políticas migratórias e trabalhistas. A mudança de foco da Colômbia, da assistência humanitária para a “integração socioeconômica”, ainda não se concretizou em proteções ou oportunidades significativas para as mulheres migrantes. Mais recentemente, mudanças políticas têm levado a apelos por retornos voluntários à Venezuela, apesar da instabilidade persistente no país.

Argumentamos que, em vez de depender de autorizações temporárias e discricionariedade política, países como a Colômbia precisam de políticas migratórias robustas e permanentes que reconheçam o valor do trabalho de cuidado e garantam direitos àquelas que o realizam, independentemente de sua situação documental.

> Repensando as cadeias de cuidados no Sul Global

Esta pesquisa contribui para um crescente conjunto de estudos latino-americanos que desafiam os modelos eurocêntricos de migração de cuidadoras. Em vez de assumir um fluxo unidirecional de trabalho do Sul para o Norte, devemos reconhecer as realidades dinâmicas e multifacetadas do cuidado em contextos regionais. Na Colômbia, o cuidado é tanto exportado quanto importado: embora muitas colombianas tenham deixado o país como migrantes, a nação também acolhe um grande fluxo de cuidadoras estrangeiras.

Além disso, o cuidado no Sul Global é frequentemente moldado pelo deslocamento, pela desigualdade e pela negligência estatal. Não se trata apenas de emprego, mas de sobrevivência e solidariedade entre as mulheres. O cuidado é distribuído por meio de redes informais, arranjos familiares e estratégias comunitárias, muitas vezes sem o apoio do Estado.

As mulheres venezuelanas na Colômbia estão reformulando o significado de ser migrante e cuidadora. Suas experiências desafiam modelos simplistas de cadeias globais de cuidado e nos convidam a enxergar o cuidado não apenas como trabalho, mas como um espaço de luta política e transformação social. Ao documentar essas realidades, este estudo defende uma sociologia da migração e do cuidado mais fundamentada e inclusiva, que priorize as vozes e a capacidade de ação de mulheres que vivenciam a vida em constante movimento. ■

Contato com:

María Camila Vega-Salazar <mc.vega611@uniandes.edu.co>

Carolina Moreno <camoreno@uniandes.edu.co>

Suelen Castiblanco-Moreno <secastiblanco@unisalle.edu.co>

Javier A. Pineda D. <jpineda@uniandes.edu.co>

> ‘Desenvolvimentismo móvel’

da migração do trabalho de cuidado na China e em Singapura

por **Lynn Yu Ling Ng**, Universidade de York, Canadá, e **Yunhui Ye**, Universidade de Victoria, Canadá



Dia de folga para empregadas domésticas. Crédito: Rex Pe, via Creative Commons CC BY 2.0.

A pandemia da COVID-19 trouxe uma atenção renovada ao trabalho de cuidado e à nossa dependência global de trabalhadoras domésticas migrantes. No entanto, apesar das lutas compartilhadas, as experiências dessas trabalhadoras raramente foram analisadas em diferentes contextos nacionais. A vibrante produção acadêmica sobre esse tema no Leste Asiático, na Europa e, de fato, em grandes países como China e Índia, ganhou força, mas permanece relativamente marginal nos principais contextos de pesquisa. Participamos dessa importante discussão ao entrelaçar os casos de trabalhadoras domésticas de cuidado (TDCs) na China e de trabalhadoras domésticas estrangeiras (TDEs) em Singapura para revelar como estratégias semelhantes de desenvolvimento econômico criam formas paralelas de exploração.

> **Modelos desatualizados classificam o meio rural/tradicional como mais “atrasado” e o meio urbano/moderno como “superior”**

Em nosso artigo “*Same but Different: Care Labor Migration in China and Singapore*” [Iguais, mas diferente: migração de trabalhadoras domésticas na China e em Singapura], a ser publicado em uma edição especial sobre “Espacialidades da Domesticidade” na revista *Work*

Organisation, Labour and Globalisation [Organização do trabalho, emprego e globalização], utilizamos estudos de economia política feminista e pesquisa etnográfica online para comparar as experiências de trabalhadoras domésticas em diferentes países, revelando padrões comuns de exploração enraizados em ideologias de desenvolvimento. Ilustramos as circunstâncias do que chamamos de “desenvolvimentismo móvel”: ideologias de desenvolvimento linear e por estágios que, seguindo a teoria popular da modernização, constroem status superiores versus inferiores para pessoas rurais/tradicionais e urbanas/modernas, respectivamente.

A mobilidade migratória é moldada por essas hierarquias sociais. Na China, as trabalhadoras domésticas rurais sofrem discriminação com base em um nível de *suzhi* (qualidade humana) inferior. Em Singapura, as trabalhadoras domésticas estrangeiras são vistas como provenientes de regiões “menos desenvolvidas” da Ásia. Ambos os grupos de mulheres migrantes estão sujeitos ao “desenvolvimentismo móvel” da hierarquia civilizacional colonial, onde algumas pessoas são consideradas inerentemente mais “modernas” ou “desenvolvidas”.

Este sistema de classificação não é coincidência. Ele deriva da teoria da modernização pós-guerra, que celebra o progresso linear de sociedades rurais/tradicionais “atrasadas” para sociedades urbanas/modernas “avançadas”. Quer as trabalhadoras se desloquem através de fronteiras internacionais (Singapura) ou de divisões internas entre o meio rural e o urbano (China), elas enfrentam uma desvalorização semelhante da sua humanidade e do seu trabalho.

> **Entendendo a crise dos cuidados**

Os Estados utilizam estratégias de desenvolvimento para justificar a desvalorização das mulheres e do trabalho de cuidado que elas realizam. As metas nacionais de modernização econômica e “elevação” do país são uma parte importante, mas não a única, desse quadro. Existe uma vasta produção acadêmica feminista em economia política sobre como o trabalho de cuidado é sistematicamente desvalorizado. Seja realizado por chinesas rurais ou migrantes asiáticas, esse trabalho é invisibilizado e

>>

explorado por meio de ideologias de gênero que enquadram mulheres não brancas como naturalmente mais aptas a servir aos outros. Essa situação reflete falhas globais mais amplas em valorizar o trabalho de cuidado. O cuidado é visto como o “dever natural” das mulheres: um recurso infinito e abundante, motivado pelo “amor” em vez de merecedor de uma remuneração justa.

> A noção de *suzhi* (qualidade humana) e a Ásia “menos desenvolvida”

O sistema *hukou* (registro domiciliar) da China, estabelecido na década de 1950, cria uma segregação institucional entre o campo e a cidade. Os migrantes rurais podem trabalhar nas cidades, mas não têm acesso a benefícios urbanos como saúde, educação para os filhos ou previdência social. O discurso *suzhi* reforça essa situação ao retratar os moradores rurais como “de baixa qualidade”: desprovidos de civilidade e um obstáculo à modernização da China.

Uma cuidadora doméstica desafiou corajosamente essa situação quando seu empregador lhe negou folga no dia de Ano Novo, perguntando: “Como uma *Baomu* (termo pejorativo para trabalhadora doméstica), que direito você tem de pedir um feriado nacional?” Ela respondeu: “*Baomu* não são cidadãs chinesas? Se forem, têm direito a feriados nacionais.” Sua afronta lhe custou o emprego.

Em Singapura, as trabalhadoras domésticas estrangeiras enfrentam discriminação racial por serem mulheres de países asiáticos “menos desenvolvidos”. Sites de recrutamento exibem suas fotos, dados pessoais e “habilidades” como se fossem produtos para comparação de preços. A política estatal de residência obrigatória e o sistema de patrocínio do empregador (semelhante ao sistema *kafala*) criam relações de dependência em que as trabalhadoras não podem trocar de empregador facilmente, mesmo quando sofrem abusos.

As trabalhadoras chinesas são cidadãs da mesma etnia que se deslocam dentro do seu próprio país. As suas homólogas em Singapura são estrangeiras que atravessam fronteiras internacionais. Ambos os grupos enfrentam desafios semelhantes.

Vulnerabilidade legal: na China, mais de 90% das trabalhadoras domésticas não possuem contratos de trabalho formais, pois apenas as empresas, e não as famílias, são reconhecidas como empregadoras. Da mesma forma, embora as trabalhadoras domésticas estrangeiras em Singapura possuam contratos, elas são classificadas como “trabalhadoras convidadas” temporárias na categoria de visto mais baixa, renovável apenas a cada dois anos.

Exploração de trabalhadoras domésticas residentes: ambos os grupos geralmente vivem com as famílias empregadoras, criando a expectativa de disponibilidade 24 horas por dia, 7 dias por semana. Uma trabalhadora doméstica estrangeira em Singapura compartilhou: “Acordo às 4 da manhã para preparar o café da manhã

[...] meu horário de descanso começa às 23h e vai até meia-noite, dependendo do horário em que eles chegam do trabalho.” O poema de uma cuidadora doméstica chinesa diz: “Quando minha cabeça toca o travesseiro, já são onze horas. Exausta, encharcada de suor, deitado na cama, pensando em casa.”

Tratamento Desumanizador: ambos os grupos enfrentam atitudes condescendentes enraizadas na ideologia do desenvolvimento. Os empregadores chineses criticam o mandarim “não padrão” das trabalhadoras domésticas e as forçam a praticar a fala “corretamente”. Os empregadores de Singapura veem as trabalhadoras domésticas estrangeiras como necessitando de “disciplina” para se adequarem à vida urbana, criticando sua higiene, familiaridade com eletrodomésticos modernos e estilo de vida rural pouco disciplinado.

> A exploração em espaços privados e as ideologias de desenvolvimento tratam as trabalhadoras migrantes de cuidados como menos merecedoras de dignidade e proteção

Nossa perspectiva comparativa foca no aspecto nacional da migração internacional. Tanto a migração interna (China) quanto a internacional (Singapura) revelam ideologias de desenvolvimento em diferentes escalas e contextos. Ambas criam o que pode ser chamado de “espacialidades da domesticidade”: espaços privados onde a exploração prospera à margem do escrutínio público e da regulamentação trabalhista. As estratégias globais de desenvolvimento criam hierarquias locais que justificam o tratamento de certas populações como mão de obra descartável. Seja por meio das disparidades entre áreas rurais e urbanas ou pelas desigualdades internacionais de desenvolvimento, o resultado é semelhante: o trabalho de cuidado realizado por mulheres torna-se uma mercadoria extraída para sustentar a reprodução social de outras famílias.

Compreender o desenvolvimentismo móvel nos ajuda a enxergar conexões entre situações aparentemente distintas. As trabalhadoras domésticas chinesas que lutam por direitos trabalhistas básicos e as trabalhadoras domésticas de Singapura que se organizam por tratamento justo enfrentam desafios semelhantes, enraizados em ideologias de desenvolvimento que as posicionam como inerentemente menos merecedoras de dignidade e proteção.

Em última análise, o reconhecimento coletivo desses paralelos abre possibilidades para a solidariedade transnacional e relacional e para o aprendizado em diferentes contextos. Ambos os grupos de mulheres demonstram uma resiliência notável, utilizando espaços online para compartilhar experiências, oferecer apoio mútuo e documentar injustiças. Suas vozes desafiam a depreciação generalizada do trabalho de cuidado e a exploração da mão de obra, e exigem o reconhecimento de sua plena humanidade. ■

Contato:
Lynn Yu Ling Ng <lynnngyl@yorku.ca>
Yunhui Ye <yunhuiye@uvic.ca>

> A atração singular de Dubai para expatriados não-ocidentais

por **Anju Mary Paul, Mustafa Yavaş e Sejin Park**, Universidade de Nova York, Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos

Desde a obra clássica de Saskia Sassen, que descreveu Nova York, Londres e Tóquio como cidades globais, outras cidades globais têm sido identificadas e classificadas, em grande parte, com base em critérios econômicos. Como polos da globalização corporativa, as cidades globais abrigam os escritórios de importantes corporações multinacionais, dirigidos por migrantes altamente qualificados. À medida que essas cidades competem por esses talentos, os analistas que as avaliam e classificam, e até mesmo os formuladores de políticas que tentam promovê-las, tendem a usar critérios universais, como se todos os expatriados se encaixassem no mesmo perfil, buscando apenas altos rendimentos, estilos de vida confortáveis e maior segurança. Até mesmo a importância cultural das cidades globais é avaliada em termos do número de museus e pontos turísticos que abrigam.

Questionamos se existem aspectos “distintivos” adicionais de uma cidade global que podem aumentar seu apelo para subgrupos específicos de migrantes altamente qualificados. Para responder a essa pergunta, consideramos o caso de Dubai, que ascendeu rapidamente nos rankings de cidades globais. Com base em pesquisas e entrevistas aprofundadas com profissionais migrantes não ocidentais em Dubai, constatamos que Dubai possui um apelo singular tanto como cidade global quanto como cidade “local” para expatriados das regiões do Sul da Ásia e do Oriente Médio e Norte da África (MENA).

Como uma típica cidade global, Dubai oferece (1) maiores benefícios econômicos, (2) padrões de vida mais elevados e (3) maior segurança que os migrantes frequentemente associam à categoria construída do Norte Global. Mas Dubai também oferece benefícios “locais” a esses migrantes: (4) proximidade geográfica aos seus países de origem, (5) familiaridade cultural, dada a sua grande e antiga população migrante dessas regiões, e finalmente (6) maior tolerância às identidades religiosas e raciais específicas desses migrantes.

> Contexto de Dubai

Com 3,5 milhões de habitantes, Dubai é a maior cidade dos Emirados Árabes Unidos (EAU). Nas últimas duas décadas, Dubai se desenvolveu rapidamente, tornando-se a sede regional preferida de corporações multinacionais que operam na região MENA (Oriente Médio e Norte da África). A cidade se orgulha de ser o centro

mais liberal e favorável aos negócios do Oriente Médio e recebe consistentemente altas pontuações em segurança pública, confiança no governo e qualidade de vida, alguns dos critérios padrão usados para classificar o quão amigáveis as cidades são para expatriados.

Entretanto, Dubai (e o resto dos Emirados Árabes Unidos) continua fortemente dependente de migrantes para sustentar seu crescimento econômico. Em 2023, 92% da população de Dubai não era emiradense. Embora a imagem popular dos expatriados em Dubai seja a de ocidentais, muitos mais são, na verdade, originários do Sul da Ásia e do Oriente Médio e Norte da África.

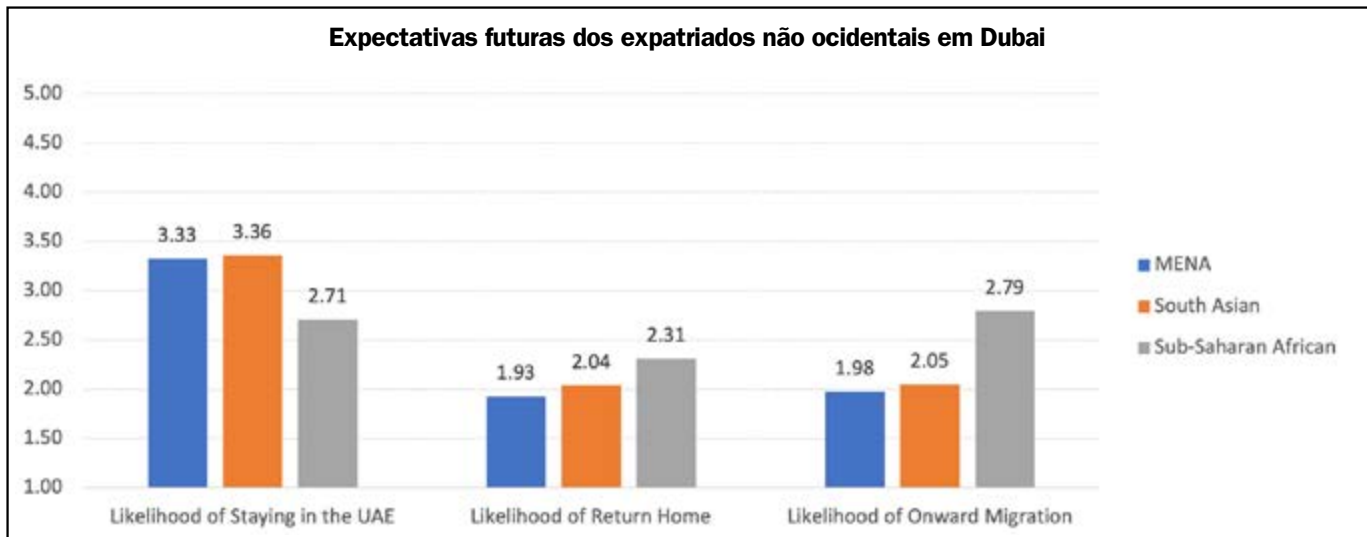
> Um tipo diferente de expatriados

Para avaliar o apelo relativo de Dubai, realizamos pesquisas e entrevistas com migrantes altamente qualificados das três regiões do mundo que circundam os Emirados Árabes Unidos (Sul da Ásia, Oriente Médio e Norte da África e África Subsaariana). Consideramos os países do Norte da África como parte da região MENA, separando-os do restante da África, porque as pessoas desses países falam árabe e são vistas como etnicamente árabes.

Os dados da nossa pesquisa revelaram que todos os três grupos de respondentes tinham um forte desejo de se mudar para os Emirados Árabes Unidos antes da migração (média de 3,68 em uma escala de 5 pontos, de 1 a 5). No entanto, os respondentes do Sul da Ásia e do Oriente Médio e Norte da África expressaram um desejo muito maior de permanecer nos Emirados Árabes Unidos, em comparação com os migrantes da África Subsaariana (3,35 contra 2,71). Essa divergência foi associada a diferentes níveis de satisfação entre os três grupos ao comparar a vida nos Emirados Árabes Unidos com a vida em seus países de origem.

Enquanto os entrevistados do Sul da Ásia e do Oriente Médio e Norte da África (MENA) observaram melhorias significativas ao chegarem aos Emirados Árabes Unidos em três aspectos principais – carreira, padrão de vida e familiaridade cultural –, os entrevistados da África Subsaariana relataram melhorias significativas apenas nos aspectos de trabalho e padrão de vida, mas não em relação à familiaridade cultural, devido ao tamanho menor das comunidades da África Subsaariana. Consequentemente, os entrevistados da África Subsaariana

>>



Fonte: Anju Mary Paul, Mustafa Yavaş, e Sejin Park.

demonstraram maior interesse em emigrar dos Emirados Árabes Unidos para um terceiro país, em comparação com os outros dois grupos.

> **Benefícios econômicos, de estilo de vida e de segurança de Dubai**

Nossas entrevistas aprofundadas com 46 desses profissionais com mobilidade global, que residiam fora de seus países de origem antes de virem para Dubai, ajudaram a desvendar esses diferentes pontos de vista. Todos os três grupos destacaram os benefícios econômicos, o estilo de vida confortável e a maior segurança que desfrutam em Dubai. Esses benefícios são aplicáveis a todos os migrantes qualificados que trabalham como expatriados nos Emirados Árabes Unidos, independentemente de seu país de origem. Os benefícios financeiros que Dubai oferece aos profissionais expatriados podem, por vezes, até mesmo superar a renda que obteriam em cargos comparáveis em países ocidentais, em parte graças ao baixo imposto sobre valor agregado (IVA) e à ausência de imposto de renda pessoal nos Emirados Árabes Unidos.

Os entrevistados destacaram o alto padrão de vida em Dubai, incluindo uma infraestrutura pública bem conservada e uma maior sensação de segurança pública. Além disso, enfatizaram o fácil acesso à mão de obra doméstica acessível, graças ao grande número de migrantes de baixa renda da Ásia e da África que também chegam aos Emirados Árabes Unidos em busca de emprego em cuidados e serviços. Essas características comprovam o status de Dubai como uma verdadeira “cidade global”, com suas significativas populações de migrantes tanto na base quanto no topo do mercado de trabalho.

> **Dubai: o melhor dos dois mundos**

Mas os entrevistados do Sul da Ásia e do Oriente Médio e Norte da África também falaram bastante sobre a proxi-

midade geográfica de Dubai com seus países de origem, o que lhes permite fazer visitas frequentes (e acessíveis) à família em seus países de origem ou receber visitas de seus parentes graças aos vistos de turista flexíveis dos Emirados Árabes Unidos. Considerando a longa presença de comunidades migrantes de classe média dessas duas regiões nos Emirados Árabes Unidos e as diversas instituições culturais e sociais que se desenvolveram junto a essas comunidades, os expatriados do Sul da Ásia e do Oriente Médio e Norte da África frequentemente destacaram a familiaridade cultural de Dubai, mencionando as várias comodidades (de mesquitas a supermercados e restaurantes que oferecem opções de comida halal e étnica, até escolas que ensinam o currículo nacional) que contribuem para que Dubai pareça “um lar” para eles.

Por fim, esses entrevistados mencionaram a maior aceitação de suas identidades religiosas e raciais, algo que muitas vezes lhes faltava nas cidades globais do Norte. Em contraste, os entrevistados da África Subsaariana eram mais propensos a falar de discriminação racial nos Emirados Árabes Unidos, ou simplesmente de solidão devido à ausência de uma grande comunidade coétnica no mesmo nível socioeconômico.

Em geral, nossas descobertas destacam a necessidade de que os estudos sobre cidades globais/mundiais considerem a diversidade de migrantes qualificados nessas cidades, em vez de assumir um expatriado universal. Deve haver um maior reconhecimento das características sociais e culturais das cidades, para além de noções simplistas de cosmopolitismo, no sentido de fazer com que determinados grupos de migrantes se sintam “em casa” no exterior. ■

Contato com:
 Anju Mary Paul <anju.paul@nyu.edu>
 Mustafa Yavaş <mustafa.yavas@nyu.edu>
 Sejin Park <sejin.park@nyu.edu>

> Migrantes educacionais chineses:

no país, no exterior e após o retorno

por **Feng Xu**, Universidade de Victoria, Canadá

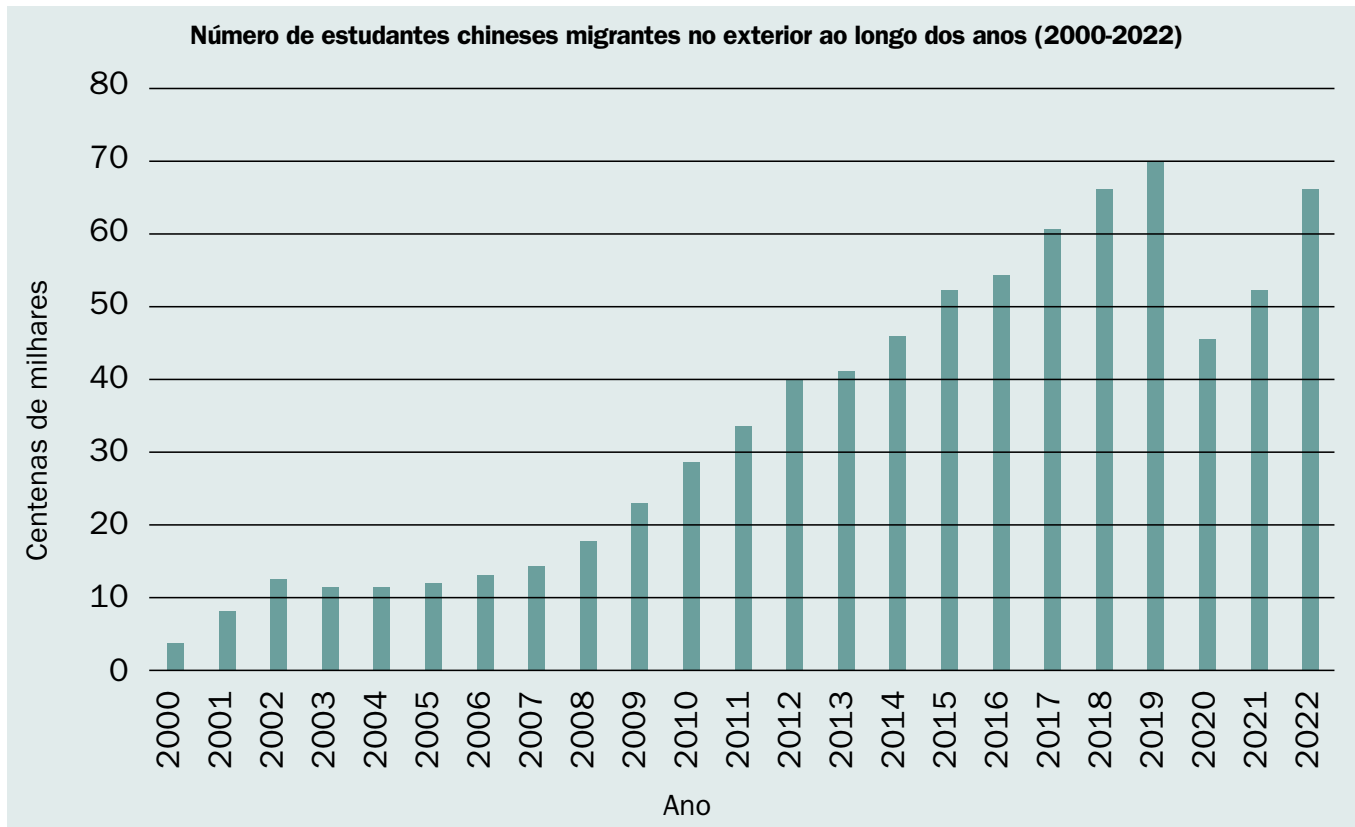


Gaokao. Fonte: Hubei Daily, disponível em: http://m.cnhubei.com/content/2019-06/08/content_10844871.html.

Muitos jovens migrantes chineses buscam ascensão social por meio de uma melhor educação. Este estudo considera migrantes internos e internacionais em busca de educação, bem como aqueles que “retornam” ao país. A pesquisa enfatiza suas experiências vividas na busca por status de residência local: *hukou* em Xangai ou Pequim (registro de residência domiciliar) e residência permanente (RP) no Canadá. Embora a cidadania canadense possa ser funcionalmente mais próxima do *hukou* do que a RP, ela foi pouco mencionada entre os entrevistados; o direito ao voto não é citado, e a cidadania canadense, de outra forma, apenas complica visitas ou futuros retornos à China.

Entre 2024 e 2025, entrevistei doze estudantes migrantes chineses na Columbia Britânica, Canadá, e quinze em Pequim e Xangai, na China. A maioria havia nascido na década de 1990; poucos eram casados; a maioria era do sexo feminino; todos estavam empregados ou em busca de trabalho.

>>



Dados do Centro para a China e a Globalização, adaptados de “O Desenvolvimento de Estudantes Chineses no Exterior (2023-2024)”. Disponível em <https://web.archive.org/web/20240514045418/http://www.ccg.org.cn/archives/84327>.

Por que combinar os grupos em um único estudo? Em primeiro lugar, as “práticas fronteiriças” de inclusão e exclusão ocorrem tanto nas fronteiras nacionais quanto dentro dos territórios nacionais. Em segundo lugar, as experiências de migração interna e internacional se sobrepõem. E, por fim, a relação entre educação e mobilidade social não é linear.

> **Experiências migratórias fluidas e sobrepostas**

Minhas entrevistas desconstruíram as oposições bem definidas entre migrantes “em casa” e “no exterior”. Todos os “migrantes internos”, com exceção de três, também haviam “retornado” após estudar fora, mas nenhum havia voltado para sua cidade natal. Enquanto isso, vários “regressos” em Pequim ou Xangai consideravam esses locais também como temporários, embora todos considerassem essas cidades cosmopolitas, desenvolvidas e oásis desejáveis.

A maioria dos entrevistados no Canadá queria ficar, mas mesmo aqueles com residência permanente viajavam de volta para visitar parentes e amigos na China, e alguns planejavam ativamente o retorno definitivo quando seus pais envelhecessem. (Um estudo recente mostrou que mais de 80% dos migrantes em busca de educação em todo o mundo retornam.) No geral, as experiências dos migrantes em busca de educação se mostraram provisórias, fluidas, sobrepostas e complexas.

> **Desigualdades espaciais e mobilidade educacional**

Meus entrevistados cresceram em uma China hiper-móvel, em plena era de reformas. A mobilidade espacial que sustenta suas aspirações reflete acentuadas desigualdades geográficas. Ela depende de políticas mais flexíveis de *hukou* e passaporte na China, de políticas receptivas de recrutamento de talentos por parte dos governos anfitriões e de transportes e comunicações mais acessíveis e eficientes (trens-bala, viagens aéreas, mídias sociais).

À medida que esses migrantes em busca de educação se deslocavam, pressões migratórias mais amplas frequentemente transformavam suas cidades natais. A desindustrialização no nordeste da China fechou fábricas e forçou a migração para outras regiões. A urbanização impulsionada pelo mercado e pelo Estado alterou fundamentalmente o tecido social em outros lugares. Os trabalhadores migrantes muitas vezes constroem novas casas para seus parentes em suas cidades natais. As cidades natais são lembradas por laços sociais mais fortes, mas também como lugares deixados para trás.

As preferências por Pequim e Xangai provavelmente foram influenciadas pelos critérios de recrutamento do estudo, mas não são surpreendentes. Os portadores de *hukou* de Xangai ou Pequim têm acesso mais fácil às melhores universidades chinesas em seu país de origem. Em contrapartida, os migrantes rurais ou de



pequenas cidades, como os entrevistados, mudaram-se e, muitas vezes, ficaram em internatos, geralmente para cursar, ao menos, o ensino fundamental II.

A preparação para o *gaokao* (exame nacional de admissão à universidade) era intensa; exigia um imenso conjunto de apoios invisíveis e subvalorizados: trabalhadores pagos em internatos ou os próprios pais, principalmente as mães. Aqueles que não moravam em internatos podiam alugar acomodações perto da escola com trabalho remunerado ou apoio dos pais, mas ainda assim passavam a maior parte do tempo acordados na escola. Os estudantes do ensino médio que viajavam para estudar ficavam, portanto, relativamente imóveis durante anos de estudo. Ingressar em uma universidade de ponta em Pequim ou Xangai já era, portanto, uma história de sucesso.

Muitos entrevistados residentes no Canadá também iniciaram sua migração educacional no ensino médio, espelhando as trajetórias dos migrantes internos na China. No entanto, diferentemente do prestígio associado ao ingresso em uma universidade de ponta em Pequim ou Xangai, matricular-se em uma universidade canadense é um indicador de sucesso muito menos evidente. Muitos estudantes de graduação de quatro anos tiveram um desempenho ruim no *gaokao* (exame nacional de admissão para universidades canadenses) ou preferiram evitá-lo. Somente famílias de classe média ou alta podem arcar com os custos integrais da educação na Columbia Britânica, Canadá. Portanto, estudantes de pós-graduação mais pobres da Columbia Britânica frequentemente trabalham enquanto estudam. O custo e o potencial de imigração foram os principais motivos que levaram meus entrevistados a escolher o Canadá. Além da ascensão social, os entrevistados frequentemente citaram o desenvolvimento pessoal como uma razão para migrar para o Canadá.

> Práticas de delimitação de fronteiras e estratégias para o status local permanente

Os migrantes de mão de obra menos qualificada na China não têm as mesmas aspirações de ascensão social que os migrantes em busca de educação. Os governos locais que acolhem migrantes na China desejam mão de obra migrante barata, mas não como titulares permanentes do *hukou*. Embora menos importante hoje em dia, o *hukou* ainda oferece alguns direitos fundamentais ao longo da vida, incluindo o direito à educação para os futuros filhos.

Em contrapartida, os migrantes bem-sucedidos no sistema educacional desfrutaram de um caminho relativamente privilegiado para obter o *hukou* local. No entanto, ainda enfrentam múltiplas barreiras nas principais universidades e cidades chinesas. Mesmo quando conseguem, os titulares do *hukou* nas grandes cidades ridicularizam as habilidades e as notas excepcionalmente altas nos exames dos migrantes que obtêm sucesso.

Diferentemente dos migrantes que buscam educação no Canadá, os migrantes chineses que buscam educação podem permanecer legalmente em Pequim ou Xangai sem o *hukou* local após a formatura. Eles precisam apenas de empregos estáveis e moradia. Curiosamente, como o acesso ao *hukou* de Pequim privilegia apenas funcionários públicos, não é uma prioridade para aqueles que almejam emprego no setor privado. Ao contrário dos migrantes com baixa qualificação, eles sabem que bons empregos no setor privado, e não o *hukou*, lhes proporcionarão seguro saúde e aposentadoria privados. O status do *hukou* local é importante principalmente para os migrantes graduados com filhos, e muitos dos meus entrevistados tinham outros planos.

Para os migrantes chineses que estudam no Canadá, em contrapartida, a residência permanente é crucial para qualquer permanência a longo prazo, seja por perspectivas de emprego, relacionamentos amorosos ou para escapar da violência sexual. Em teoria, os “estudantes internacionais” têm um caminho distinto para a residência permanente no âmbito do Programa de Mobilidade Internacional do Canadá. No entanto, a experiência prática desse caminho foi complexa. Mudanças frequentes no sistema de pontos do Canadá e reduções recentes no número de vagas podem comprometer planos bem elaborados para a residência permanente. Além disso, para obter pontos extras para um convite para solicitar a residência permanente, os entrevistados frequentemente trabalhavam em empregos locais, pouco qualificados e precários. Entre a formatura e o convite para solicitar a residência permanente, a experiência inicial de trabalho no Canadá também pode ser crucial para empregos posteriores mais estáveis. Todos os entrevistados, com exceção de um, encontraram seu primeiro emprego local em empresas de propriedade chinesa, poucas das quais exigem experiência de trabalho canadense. Alguns dos próprios empregadores eram migrantes recentes. Os trabalhos mais comuns incluem serviços especializados para a comunidade chinesa local, como serviços educacionais e de imigração para estudantes ou trabalho em restaurantes.

> Conclusão

A pesquisa sobre migração internacional e interna influencia as experiências desses migrantes em busca de educação. Combinando estudos, observa-se que as fronteiras nacionais não figuram entre as principais barreiras enfrentadas pelos migrantes, incluindo as desigualdades de poder. O sistema de registro de residência chinês (*hukou*) separa o rural do urbano, bem como cidades e vilas de diferentes status, além de separar trabalhadores pouco qualificados de trabalhadores qualificados. A residência permanente no Canadá, e não a cidadania em si, leva os migrantes em busca de educação a empregos precários, geralmente em comércios locais. Além disso, a instabilidade das regras do jogo complica sua busca por um status local estável. ■

Contato com:
Feng Xu <fengxu@uvic.ca>

> Trabalhadores migrantes do setor de vestuário no Camboja: precariedade e protesto

por Tsz Chung Lai, e Kaxton Siu, Universidade Batista de Hong Kong, Hong Kong



Trabalhadores migrantes rurais cambojanos participam de uma sessão de treinamento sobre direitos trabalhistas. Foto de Kaxton Siu.

Em 9 de março de 2024, cerca de 600 trabalhadores migrantes cambojanos de origem rural da empresa de vestuário Y&W, de propriedade chinesa, marcharam até o Ministério do Trabalho e Formação Profissional. Eles entregaram uma petição exigindo o pagamento de salários e benefícios atrasados, após o proprietário da empresa ter declarado falência abruptamente, deixando-os sem o salário do último mês. Mais tarde, ainda naquela tarde, o Ministério emitiu um comunicado instando os trabalhadores, representantes legais, sindicatos locais e outras partes interessadas a encerrarem o protesto imediatamente, acusando-os de obstruir o trânsito e causar congestionamento. O Ministério aconselhou os trabalhadores a buscarem reparação por meio de vias legais, enfatizando a importância de “manter a ordem pública e proteger os interesses da comunidade em geral”.

A falência repentina da Y&W Garment Co. Ltd. e os consequentes salários não pagos mostram de forma clara as condições precárias enfrentadas pelos trabalhadores migrantes ru-

rais cambojanos da indústria têxtil, em um cenário de constante evolução devido ao investimento estrangeiro. Simultaneamente, o protesto coletivo dos trabalhadores não apenas expõe sua vulnerabilidade, mas também demonstra sua capacidade de mobilização e de exercer autonomia em meio à crescente exploração e insegurança. A rápida expansão das fábricas de propriedade chinesa, aliada a esses atos de resistência operária, levanta questões urgentes para sociólogos do trabalho e da indústria: qual é a situação atual dos trabalhadores migrantes rurais cambojanos da indústria têxtil diante da presença avassaladora do capital chinês? E, principalmente, como os trabalhadores estão reagindo aos desafios e dificuldades impostos pelas más condições de trabalho e pela incerteza econômica? Qual é a posição do governo cambojano diante dessa situação?

> Precariedade multifacetada dos trabalhadores

Ao analisarmos as circunstâncias atuais dos trabalhadores migrantes rurais da indústria têxtil cambojana, múltiplas e in-

terligadas formas de precariedade tornam-se evidentes. Com base em nossa pesquisa realizada entre 2023 e 2024 com 86 trabalhadores de 28 fábricas de vestuário, fica claro que esses trabalhadores enfrentam uma grave insegurança no emprego, impulsionada por salários de subsistência (US\$ 204/mês), contratos de curto prazo generalizados (com 66% em contratos de seis meses ou menos) e discriminação generalizada baseada na idade – trabalhadores com mais de 40 anos são particularmente suscetíveis a demissões e exclusão. As fábricas rotineiramente impõem suspensões rotativas, pagando aos trabalhadores apenas US\$ 40/mês durante períodos de escassez de pedidos, perpetuando ciclos de instabilidade e incerteza financeira. A profunda integração da indústria em cadeias de valor globais orientadas pelos compradores permite que marcas internacionais transfiram os riscos da flutuação da demanda e da produção para os mais vulneráveis: os próprios trabalhadores.

A precariedade vai muito além dos portões das fábricas, moldando os padrões migratórios e as estratégias de sobrevivência das famílias. Uma parcela significativa de 77% dos trabalhadores são migrantes rurais, e a renda dupla é essencial para a sobrevivência: 75% dos casais casados residem juntos em Phnom Penh, mas o custo de vida básico (US\$ 300 por mês para duas pessoas) excede os salários típicos. Para lidar com a situação, muitas famílias deixam os filhos em suas aldeias de origem (37%), dependendo dos avós para cuidar das crianças e, em tempos de crise, de remessas de dinheiro; 31% dos trabalhadores recebem apoio de famílias rurais. O endividamento é generalizado e debilitante (mediana: US\$ 4.250), muitas vezes garantido por terras, corroendo a segurança de longo prazo dos trabalhadores e perpetuando ciclos de desnutrição e pobreza intergeracional, já que os salários consistentemente não conseguem suprir nem mesmo as necessidades mais básicas. Essas dívidas se originaram do subemprego durante o período da Covid-19, quando os trabalhadores lutavam para sobreviver no ambiente de alto custo de Phnom Penh. Além disso, alguns trabalhadores migrantes rurais pedem dinheiro emprestado para comprar motocicletas e combustível para se deslocarem entre as áreas rurais e urbanas, especialmente aqueles que deixam seus filhos e parentes idosos em suas cidades natais rurais.

> Capitalismo autoritário e a resposta do Estado cambojano

A reação do governo ao protesto da Y&W Garment exemplifica a guinada autoritária do Camboja nas relações trabalhistas. Ao enquadrar a manifestação como uma ameaça à ordem pública, o Estado sinaliza um controle mais rígido sobre o ativismo trabalhista, em consonância com uma tendência regional rumo ao capitalismo autoritário: o crescimento econômico e o investimento estrangeiro são priorizados em detrimento dos direitos trabalhistas e da participação democrática.

Embora os trabalhadores migrantes rurais cambojanos tenham um histórico de resistência coletiva, seu espaço de ação diminuiu drasticamente. De acordo com a *Better Factories Cambodia* [Melhores Fábricas Camboja], as greves despencaram de 147 em 2013 para apenas 9 em agosto de 2018, com os dias de traba-

lho perdidos caindo de quase 889.000 para 42.000. As disputas trabalhistas encaminhadas ao Conselho de Arbitragem caíram de 248 em 2016 para 50 em 2017. Essa queda indica menos uma melhora nas relações trabalhistas do que uma consequência da repressão estatal sistemática: prisões de líderes sindicais, intimidação de ativistas e cooptação de sindicatos como aliados do governo, especialmente desde as eleições de 2013.

O arcabouço legal para a organização sindical tem sido progressivamente enfraquecido, e a resolução independente de conflitos é cada vez mais rara. A retórica do governo – que enfatiza a “ordem pública” e os “interesses da comunidade” – serve para obscurecer uma realidade mais profunda: os interesses do capital, tanto nacional quanto estrangeiro, que são privilegiados em detrimento do bem-estar e dos direitos dos trabalhadores.

> Precariedade e a possibilidade de resistência

O protesto da Y&W Garment oferece uma visão crua da precariedade multifacetada e da limitada autonomia dos trabalhadores migrantes rurais cambojanos da indústria têxtil sob o capitalismo autoritário. Embora o investimento chinês tenha impulsionado o crescimento econômico e a criação de empregos, também consolidou um sistema em que o risco e a insegurança são suportados quase que inteiramente pelos trabalhadores. Em outubro de 2024, o capital chinês detinha aproximadamente 54,7% da propriedade das 2.236 fábricas industriais do Camboja, representando um investimento impressionante de US\$ 9,086 bilhões. Mais surpreendente ainda, os investidores chineses agora controlam cerca de 90% de todas as fábricas de vestuário no Camboja.

Essa mudança drástica ilustra a evolução da China, de “fábrica do mundo” a um dos principais investidores globais. O aumento dos custos da mão de obra interna leva as empresas chinesas a realocarem a produção para países como o Camboja, onde os baixos salários oferecem uma clara vantagem competitiva. O domínio do capital chinês nas principais indústrias do Camboja obriga o Estado cambojano a se alinhar aos interesses do capital. Esse alinhamento – evidente na repressão ao ativismo trabalhista e na ênfase na “ordem pública” – restringiu ainda mais o espaço para a negociação coletiva e para mudanças exigidas pelos trabalhadores.

Contudo, a resiliência dos trabalhadores migrantes rurais cambojanos persiste. Sua disposição para protestar, a dependência de redes familiares e comunitárias e as lutas contínuas por salários justos e condições dignas demonstram um poderoso espírito de resistência. O caminho a seguir exigirá novas formas de solidariedade e ativismo – tanto dentro do Camboja quanto além das fronteiras – para combater a crescente precariedade imposta pelo capital global e pela governança autoritária. O caso cambojano é um lembrete vívido de que o futuro do trabalho em um mundo globalizado será moldado pela disputa constante entre as demandas do capital e as lutas dos trabalhadores por dignidade, segurança e justiça. ■

Contato com:
Tsz Chung Lai <22482261@life.hkbu.edu.hk>
Kaxton Siu <kaxton_siu@hkbu.edu.hk>

> Guerra como acumulação entrelaçada: o caso de Gaza

por **Guilherme Leite Gonçalves**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil



Crédito: Markus Winkler, via Pexels.

Juristas têm oferecido importantes perspectivas sobre os novos padrões de guerra na sociedade contemporânea. Entre eles, em um capítulo de Toshiki Mogami, preparado para a coletânea de ensaios *Festschrift*, em homenagem a Masato Ninomiya, conecta três dimensões: vingança estatal, genocídio e colonialismo. Esses processos, contudo, podem ser relidos sob as condições específicas do desenvolvimento capitalista, quando, impulsionada pela reivindicação de receitas futuras, a riqueza superacumulada alimenta a pressão para a abertura de novos mercados no contexto da financeirização. Tal perspectiva se baseia em Karl Marx, Rosa Luxemburgo e Hannah Arendt, posteriormente redefinida nos debates sobre o *Landnahme* (apropriação de terras). Essa visão argumenta que o crescimento capitalista, limitado por restrições espaço-temporais, supera essas barreiras por meio da ocupação de territórios não capitalistas através da violência, da política colonial e da guerra. A questão é como isso se manifesta nos conflitos militares recentes; um problema que deve ser situado dentro do sistema de acumulação financeira.

O capital remunerado, fundamentado em direitos de propriedade sobre o dinheiro e na obrigação de ressarcimento com juros, assume a forma de capital fictício nos mercados secundários, instituindo expectativas de fluxos de renda que se multiplicam com o potencial de capitalização. Sob a forma de contratos de investimento, esse regime superacumula direitos sobre a mais-valia futura, cuja realização depende de expropriações que anexam territórios e populações a um circuito de valorização. Tais anexações canalizam o capital excedente para infraestrutura, habitação e extração de recursos, enquanto geram fluxos de renda por meio de títulos lastreados em terras e ativos imobiliários.

A devastação da Palestina é, nesse sentido, um caso extremo de [acumulação entrelaçada](#) em tempos de guerra.

> Israel tornou-se um nó estratégico para o capital global

Conforme observado por [William I. Robinson e Hoai-An Nguyen](#), a invasão do Iraque em 2003 coincidiu com a aceleração da integração do Oriente Médio à economia global, após a criação da Grande Área de Livre Comércio Árabe (GAFTA) e outros acordos bilaterais e multilaterais. Isso gerou uma onda de investimentos corporativos e financeiros em setores estratégicos, apoiados por capital do Golfo – trilhões em fundos soberanos – além de fluxos da Europa, das Américas e da China. Israel tornou-se um nó estratégico para o capital global.

Nesse contexto, o cercamento de Gaza pode ser entendido como um meio pelo qual a superacumulação transnacional, já manifestada pelo complexo corporativo israelense, busca novas fronteiras de valorização. Representa uma forma de acumulação primitiva: uma expropriação de terras, bens e pessoas com o objetivo de transformá-los em relações sociais baseadas no mercado.

> O medo do terrorismo e o estado de emergência abrem caminho para a vingança estatal

Essa expropriação se baseia na suspensão de direitos e garantias, permitindo o emprego de aparato militar sem controles ou salvaguardas institucionais. Essa suspensão se apoia em um artifício legal (estado de emergência) para autorizá-la. O conceito de vingança estatal, conforme delineado por Mogami, captura essa mudança: a resposta do Estado à violência politicamente motivada contra pessoas ou propriedades não é mais regida pela lei, mas impulsionada pela retribuição.

Após os ataques do Hamas, Benjamin Netanyahu prometeu “[vingança poderosa](#)” e invocou o versículo “[lembrem-se do](#)

>>

que Amalek fez a vocês”, frequentemente interpretado como um imperativo à retaliação. Esse contexto se legitima ao mobilizar o medo por meio de um apelo discursivo ao “terror”. Assim, a insegurança da população é amplificada por uma ideologia dominante que normaliza o pânico social e autoriza práticas desproporcionais de vingança estatal. A declaração do Ministro da Defesa, Yoav Gallant, de um “cerco total” a Gaza – “sem eletricidade, sem comida, sem água, sem combustível” – tornou-se emblemática da punição coletiva e da fome como método de guerra.

> Reproduzindo a lógica do colonialismo europeu

A ideologia da vingança estatal repousa sobre o estigma do “terrorista”. Ela funciona como um mecanismo de alteridade que atribui a certos grupos traços de violência, barbárie e irracionalidade, tornando-os, assim, alvos legítimos de repressão. Esse dispositivo também sustenta a autoimagem moral de superioridade em sociedades que se consideram “civilizadas”. Nessa perspectiva, a guerra ao terror reproduz a lógica do colonialismo europeu, onde hierarquias de povos e raças justificavam missões civilizatórias e o domínio repressivo sobre as populações colonizadas. Sob essa ótica, a descrição de Yoav Gallant dos palestinos como “animais humanos” ecoa a linguagem de desumanização típica dos projetos coloniais.

O caráter colonial da vingança estatal transforma as guerras contemporâneas em instrumentos para atender às demandas de valorização da superacumulação financeira. Discursos estigmatizantes de alteridade autorizam a violência que facilita a desapropriação de territórios e povos, atingindo sua forma extrema no conflito israel-palestino, onde o populismo de extrema-direita de Netanyahu radicaliza o que Eran Kaplan identifica como o legado revisionista do militarismo colonial de Jabotinsky. Apropria-se de argumentos religiosos e do direito natural para construir a superioridade judaica sobre os árabes, promovendo um colonialismo racista que impede a perspectiva de coexistência igualitária. Essa estrutura permite que a guerra em Gaza execute a vingança estatal sob o pretexto de limpeza étnica, abrindo caminho para atos genocidas contra os palestinos. Essa violência serve às soluções para a superacumulação, baseando-se em doutrinas como a *terra nullius* – a alegação de que terras consideradas “vazias” ou “não utilizadas” estão abertas à colonização – para justificar a aniquilação e a reconstrução, viabilizando novos investimentos e a valorização de ativos.

> Colonização territorial entrelaçada com acumulação militarizada

Segundo a *Forbes*, as ações do setor de defesa atingiram recordes históricos durante a escalada do conflito no Oriente Médio, impulsionadas por contratos com grandes fornecedores de armas, o que, por sua vez, reacendeu a indústria militar. Essa acumulação militarizada está intrinsecamente ligada a outras formas de valorização de capital. No final de outubro de 2024, em meio aos bombardeios, Israel concedeu licenças a empresas transnacionais de energia para exploração de gás e petróleo no Mediterrâneo, buscando transformar o país em um centro de distribuição de gás durante a crise energética agravada pela guerra na Ucrânia, como demonstrado por *Robinson e Nguyen*.

A interligação entre colonização territorial, etnonacionalismo de extrema-direita e canalização da superacumulação financeira tornou-se evidente. Entre os planos de reconstrução para Gaza estão o *Gaza 2035*, divulgado pelo governo israelense, e *Um plano econômico para a reconstrução de Gaza: uma abordagem BOT*, de Joseph Pelzman, apresentado à equipe de Donald Trump. Ambos defendem mecanismos internacionais de governança e segurança que promovam a privatização de ativos públicos por investidores estrangeiros.

Como observam *Nur Arafah e Mandy Turner*, o plano dos EUA declara o território “desprovido de leis de propriedade” e, com base nisso, o arrenda por cinquenta anos, com os investidores adquirindo “ações em Gaza” e assumindo o controle total da economia, infraestrutura e administração. Em contrapartida, o *Gaza 2035* vincula a reconstrução à exploração das reservas energéticas de Gaza (cerca de 122 trilhões de pés cúbicos de gás e 1,7 bilhão de barris de petróleo). Ambos os planos pressupõem o deslocamento de palestinos: o plano BOT prevê que Gaza seja “completamente esvaziada”, enquanto o projeto israelense prevê “reconstruí-la do zero”. Ambos também fornecem força militar contínua para garantir o controle político externo e viabilizar a reestruturação econômica alinhada aos interesses dos investidores.

> Em Gaza, palestinos estão presos entre a violência e a dependência financeira

Após a primeira fase do cessar-fogo ter sido acordada em 9 de outubro de 2025, o debate sobre a reconstrução de Gaza provavelmente se intensificará. O *plano de paz de 20 pontos* de Trump propõe uma administração com participação palestina, apresentada como tecnocrata, mas politicamente subordinada a um “Conselho de Paz” presidido pelo presidente dos EUA e incluindo figuras históricas da ordem neoliberal, como Tony Blair. O plano promete que os palestinos sobreviventes serão “livres para sair e retornar”, juntamente com uma iniciativa econômica para “energizar Gaza”: uma síntese de estruturas anteriores para atrair investimentos, inspirada nas “prósperas cidades modernas e milagrosas do Oriente Médio” (pontos 9 e 10). Celebrando o cessar-fogo, *Trump* declarou: “Gaza será reconstruída aos poucos [...] vocês têm uma riqueza imensa naquela parte do mundo”.

A guerra em Gaza ilustra como o acúmulo emaranhado de destruição e reconstrução produz uma complexa interação entre desapropriação, financeirização e os povos remanescentes. Segundo *Orwa Switat*, a resistência à violência genocida reafirma os laços coletivos ou comunitários com a terra, impulsionando as lutas contra a expropriação, enquanto a “valorização econômica”, como técnica colonial, incentiva a inclusão cívica, mas dentro de uma cidadania israelense estratificada que se torna ainda mais discriminatória no contexto pós-guerra. O aumento das demolições e das mortes é acompanhado por promessas de prosperidade financeira nos territórios reestruturados. Assim, o acúmulo emaranhado aprisiona os palestinos entre a violência e a dependência financeira da própria reconstrução. ■

Contato com:
Guilherme Leite Gonçalves <guilhermeleite@iesp.uerj.br>

